

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
INSTITUTO DE TECNOLOGIA

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

DISSERTAÇÃO

**ETNODESENVOLVIMENTO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO
RURAL: O CASO DO QUILOMBO DE MONTE ALEGRE – CACHOEIRO DE
ITAPEMIRIM/ES**

João Francisco Alves Mendes

2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**ETNODESENVOLVIMENTO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO
RURAL: O CASO DO QUILOMBO DE MONTE ALEGRE – CACHOEIRO DE
ITAPEMIRIM/ES**

JOÃO FRANCISCO ALVES MENDES

Sob a Orientação da Professora

Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Curso de Pós-Graduação em **Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, Área de Concentração em Planejamento Urbano e Regional.

Seropédica
Abril de 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

JOÃO FRANCISCO ALVES MENDES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas. Área de Concentração em Planejamento Regional e Urbano

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 10/04/2014

Cristhiane Amâncio (Dra.) UFRRJ
(Orientadora)

André Luiz Videira (Dr.) DCS/UFRRJ

Leonardo Oliveira Carneiro (Dr.) UFJF
Assinatura

As famílias negras quilombolas, que provam, em pleno século XXI, que herdaram o caráter de resistência de seus antepassados.

AGRADECIMENTO

Minha caminhada nessa jornada chamada ‘mestrado’ não teria disso realizada com sucesso sem o apoio de diversas pessoas e instituições. Mas antes, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a uma força sobrenatural, o meu Deus, que permitiu que o sopro da vida permanecesse em mim, além do ânimo concedido, em meio às muitas turbulências do cotidiano.

Agradeço imensamente a minha orientadora Cristhiane Amâncio, que aceitou o desafio de me instruir, apresentando um olhar crítico do meu trabalho, permitindo que eu o elaborasse com mais afinco e cientificidade. Com certeza, foi uma parceria incrível, uma aliada no trabalho por justiça social dos povos tradicionais quilombolas.

Aos professores Robson Amâncio, César Da Ros, Camila Rodrigues e Robson Dias, minha eterna gratidão pelos ensinamentos em aulas (e fora delas). Posso afirmar, que vocês foram os pilares da minha formação no mestrado, por isso merecem destaque.

Agradeço a meus familiares, em especial, minha mãe Sandra e meu pai José Francisco, que entenderam minha ausência, e acima de tudo e todos, foram os que mais incentivaram minha caminhada. Obrigado mãe, pelas palavras de apoio e carinho que você teve comigo desde sempre!

Não posso deixar de registrar, o companheirismo e amizades da turma pioneira do Programa de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, todos sabemos que s/fomos uma turma diferenciada, por isso mesmo vencemos juntos essa jornada. Muito obrigado Jeni, Felipe, Rai, Ian, Maria, Lu, Samuca, Marlen, Paty, Marcos e Valmir, por suas contribuições ao meu trabalho, além dos momentos de ‘relaxamento’ nas nossas confraternizações.

Sou grato ao setor de Transferência de Tecnologia da EMBRAPA Agrobiologia, em especial os companheiros da graduação que ali estagiam: Léo, Dudu (meu primo), Stéfani, Thaiz, Frango, Raquel, Patrícia, Gabi, que sofreram as mesmas sensações de ansiedade que eu, durante as apresentações de seminários (internos e externos), sensações de alegria, quando aparecíamos em algum coffee break da EMBRAPA. Não posso esquecer-me de lembrar a vocês, que a comunidade quilombola que eu estudo é no Brasil, e não na África.

Agradeço àqueles a quem tive a oportunidade de conviver nesses dois anos. Vocês sem dúvidas tem grande importância nessa jornada. Obrigado Ângelo, por ter sido o chef de república mais talentoso que conheci, jamais esquecerei os verdadeiros ‘banquetes’ que você organizou. Ao amigo Felipe Santana, que além de ter-me ‘aplicado’ o reggae, me ajudou, através de sábias palavras, a ter paciência e focar meu objetivo. Ao amigo Gabriel, que além de desmaiar de madrugada, colocando todos em apuros, sempre ajudou a me ‘distrair’ quando era necessário. Obrigado a todos os amigos da UP, em especial a Bruna, Rafa e Nico, vocês sem dúvida são pessoas incríveis que guardarei na memória pra sempre, obrigado pelo interesse de vocês em saber o que eu fazia e como fazia isso pra mim sempre foi de grande valor.

Aos amigos da graduação de História: Roberta, Rafaela e Renatinha, que estiveram próximas a mim, brindando sempre a amizade. Agradeço as orações e a torcidas das amigas Natália e Ana Paula. Não me esqueço da amizade das minhas

‘choconetes’ Flora e Camila, obrigado pelo apoio e as boas vibrações que vocês me emanaram sempre.

Aos amigos do ‘aloja’: família 513 – Maza, Sylvinho, Allan, Hélder – aos amigos do NUN, em especial a uma paulistana chamada Terena, você é especial, viu como não esqueci! Ao amigo Marlon, que vi entrar na faculdade, se tornar veterano, participar do ME, amadurecer intelectualmente, e continuar sempre humilde, obrigado por me ajudar nas horas de aperto.

A Clarissa, uma indiazinha, que durante muito tempo compartilhou os estudos com as comunidades quilombolas comigo. Agradeço ao grupo Observatório de Povos Tradicionais, que muito contribuíram para o resultado final do meu trabalho final.

Agradeço ao Instituto Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER, em especial ao Dirceu (Lêla), sua parceria foi de extrema importância para a realização do meu trabalho. Agradeço a disponibilidade dos servidores da prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, que puderam dialogar comigo.

Sou eternamente agradecido a todos os remanescentes quilombolas de Monte Alegre, que são donos de uma história de luta e resistência e merecem todo o destaque.

RESUMO

MENDES, João Francisco Alves. **Etnodesenvolvimento, Assistência Técnica e Extensão Rural: O Caso do Quilombo de Monte Alegre – Cachoeiro de Itapemirim**. 2014. 120 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). Instituto de Ciências Humanas e Sociais; Instituto de Tecnologia e Instituto Multidisciplinar, Departamento de Ciências Econômicas. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

A inserção de políticas sociais para a assistência técnica e extensão rural (ATER) no Brasil é de grande relevância no processo de viabilização produtiva dos agricultores familiares, colaborando para a ocorrência do desenvolvimento local. A ruralidade brasileira é formada por diversas identidades, algumas demandam assistência técnica e práticas de extensão rural especializadas, para que os propósitos dessas ações/comunicações sejam atingidos. O presente trabalho disserta sobre os etnodesenvolvimento na Comunidade Remanescente de Quilombo de Monte Alegre, localizado no município de Cachoeiro de Itapemirim – ES. Analisaram-se as principais estratégias, de órgãos públicos, em especial o Instituto Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), a fim de evidenciar quais e como têm sido realizadas as ações de incentivo a produção agrícola e como elas têm gerado o desenvolvimento territorial e fortalecimento da identidade.

Palavras-Chaves: Quilombolas, Ater, (Etno) Desenvolvimento Territorial, Monte Alegre.

ABSTRACT

MENDES, João Francisco Alves. **Ethnodevelopment, Technical Assistance and Rural Extension: The Case of the Quilombo de Monte Alegre – Cachoeiro de Itapemirim/ES**. 2014. 120 p. Dissertation (Master in Territorial Development and Public Policy). Instituto de Ciências Humanas e Sociais; Instituto de Tecnologia; Instituto Multidisciplinar; Departamento de Economia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

The inclusion of social policies for technical assistance and rural extension (ATER) in Brazil is of great importance in the production process enabling family farmers, contributing to the occurrence of local development. The Brazilian rurality is comprised of several identities, some require technical assistance and rural extension specialist practices, so that the purpose of these actions / communications are achieved. This paper talks about the ethnodevelopment the Remnant Community Quilombo de Monte Alegre, located in the municipality of Cachoeiro de Itapemirim - ES. We analyzed the main strategies of public agencies, especially the Espírito Santo State Institute for Technical Assistance and Rural Extension (INCAPER) in order to show which and how actions to encourage agricultural production have been carried out and how they have generated the development and strengthening of territorial identity.

Key Words: Quilombo, Ater (Ethno) Territorial Development, Monte Alegre.

SIGLAS

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

CNATER – Conferência Nacional Sobre Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária.

CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

FCP – Fundação Cultural Palmares

FLONA – Floresta Nacional

FNDE – Fundação Nacional de Educação

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional da Saúde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação

MINC – Ministério da Cultura

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PBQ – Programa Brasil Quilombola

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RTID – Relatório Técnico de Identificação

SEAG – Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento

SEPPIR – Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial

SIPAF – Selo da Agricultura Familiar

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Comunidade Remanescente de Quilombo de Monte Alegre

Figura 02 - Estrada de Acesso a Comunidade Remanescente de Quilombo de Monte Alegre

Figura 03 - Trilha da FLONA de Pacotuba

Figura 04 - Horta Agroecológica – PAIS

Figura 05 - Horta familiar Quilombolas

Figura 06 - Horta de uma propriedade familiar

Figura 07 - Produção Familiar Quilombola destinada a Feira Livre do município de Cachoeiro de Itapemirim

Figura 08 - Feira Livre de Cachoeiro de Itapemirim

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Limites de Cachoeiro de Itapemirim

SUMÁRIO

<u>RESUMO</u>	7
<u>ABSTRACT</u>	8
<u>SIGLAS</u>	9
<u>LISTA DE FIGURAS</u>	10
<u>LISTA DE MAPAS</u>	11
<u>INTRODUÇÃO</u>	14
<u>CAPÍTULO I – OS DIVERSOS SENTIDOS DO DESENVOLVIMENTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ETNODESENVOLVIMENTO...</u>	21
1.1 – Principais teorias do desenvolvimento.....	20
1.2 – O processo de construção dos territórios.....	22
1.3 – A definição da Identidade/Etnicidade e a contribuição para o território.....	25
1.4 – A abordagem do Desenvolvimento Territorial.....	29
1.4.1 – As concepções do Rural e sua relação com a abordagem do desenvolvimento territorial.....	31
1.5 – Uma abordagem diferencial de desenvolvimento: Etnodesenvolvimento.....	32
1.6 - Desenvolvimento Territorial Étnico ou Etnodesenvolvimento ?.....	35
1.7 – Políticas Públicas na Agricultura de grupos étnicos e sua contribuição para o etnodesenvolvimento.....	36
1.8 Um olhar sobre a definição de Política Pública.....	37
1.9 -Políticas de Etnodesenvolvimento.....	39
1.10 - Programas Brasil Quilombola.....	40
1.10.1 - Plano Brasil sem Miséria.....	42
1.11 - Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural para Comunidades Quilombolas e seus desafios para o Etnodesenvolvimento.....	43
1.12 - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.....	44
1.13 –Contexto atual da PNATER em Comunidades Remanescentes de Quilombo.....	46
<u>CAPÍTULO II – QUILOMBOS: CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA. DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E DO DIREITO</u>	50
2.1 – Os quilombos históricos.....	51
2.2 – Resignificação dos quilombos	53
2.3 – Quilombos e disputas políticas jurídicas.....	53
2.3.1 – Caminhos jurídicos para a titularização das terras quilombolas.....	54
2.4 – A Ruralidade Quilombola.....	55

<u>CAPÍTULO III –A ATUAÇÃO DO INCAPER NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE MONTE ALEGRE</u>	58
3.1 – Sobre o Instituto Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural	58
3.2 – História da Ocupação da Comunidade de Monte Alegre.....	59
3.3 - Características do município de Cachoeiro de Itapemirim.....	65
3.4 - Localização e acesso a Monte Alegre.....	67
3.5 – Quilombo de Monte Alegre: um lugar pra ser feliz.....	69
3.6 – A atuação do INCAPER na comunidade Quilombola de Monte Alegre.....	81
IV – CONCLUSÃO.....	84
ANEXO	

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira, durante boa parte de sua história, negligenciou o direito de cidadania a diversas minorias. No mundo contemporâneo, alguns avanços têm sido observados como resultado da luta dos movimentos sociais e uma conjuntura política que tende a demonstrar interesse em atender a demanda desses grupos.

Entretanto, novos desafios são colocados em evidência e é preciso que se pense em meios de superação. No Brasil, a questão de gênero e a racial, tem sido tópicos levantados pelos movimentos sociais, tanto no debate político e acadêmico. Contudo, duas pautas, que são colocadas em discussão no cenário político, há décadas e revela-se com poucos avanços, diante do tempo que vem sendo discutida, são: a reforma agrária e a questão racial. A distribuição injusta de terra e a desvalorização do negro na sociedade brasileira é uma questão que permeia do Brasil Colônia, até os dias atuais. Diagnosticado o problema tardiamente, as iniciativas para remedia-lo têm sido intensivas, nos últimos 30 anos, porém, pouca incisiva.

A sobreposição desses conflitos é o que muitas comunidades remanescentes de quilombo têm enfrentado: conflitos e processos lentos de regularização fundiária e marginalização e discriminação racial. Historicamente conhecidos enquanto grupos de escravos fugidos, os remanescentes de quilombo, após uma série de ressignificações¹, são considerados hoje povos tradicionais e étnicos, que compartilham de um modo de vida diferente do restante da sociedade civil brasileira, baseado em lógicas próprias.

Os territórios quilombolas, a maioria situados em regiões rurais, ainda permanecem esquecidos e muitos se encontram em situação de vulnerabilidade social, vivendo apenas da uma agricultura de subsistência e/ou com bolsas de crédito que o governo federal oferece, em alguns casos. Graças a essa característica ‘rural’ das comunidades remanescentes de quilombo, uma das estratégias para a promoção do desenvolvimento local² dessas comunidades, tem se dado através da agricultura.

Outras expressões que são utilizadas para designar os territórios quilombolas são ‘terra de preto’ e ‘território negro’, destacando o caráter da coletividade camponesa. Os remanescentes quilombolas reproduzem a lógica de uma ancestralidade negra, preservando valores e reformulando costumes. A terra, na maioria das comunidades quilombolas, é fundamental para a reprodução material e imaterial de suas relações sociais.

O modelo de agricultura que é fomentado nos quilombos, é do tipo familiar. A relação com a terra também assume um caráter simbólico para esse grupo, pois além de representar uma fonte de renda, representa também à relação com elementos do sagrado, do mítico, da ancestralidade, do parentesco. E é dessa forma que os quilombolas tem se firmado como camponês, através da organização política e das ações que envolvem sua etnicidade, ou seja, a forma específica que eles se enxergam.

¹ O significado sobre o termo ‘quilombola’ foi apropriado por diversas áreas das Ciências Humanas, geralmente, carregadas de sentido ideológico e político.

² Desenvolvimento Local entendido nas palavras de Buarque ‘um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população’ (BUARQUE, 1998, p.9).

Se pensarmos historicamente, o Brasil é uma nação democrática jovem. Diversos grupos sociais foram (e alguns ainda são) deixados à margem da sociedade. Os projetos políticos do país no decorrer século XX atenderam a diversos interesses da classe dominante. A década de 1980 foi um período de reconstrução democrática, e nesse contexto, os movimentos sociais passaram a se movimentar em uma série de questões que atendiam suas demandas.

O movimento negro e indígena passou a se articular, garantindo o reconhecimento caráter multicultural da nação. Foi nesse contexto que os remanescentes quilombolas, foram legitimados e obtiveram o direito de permanência na terra, porém, até o início dos anos 2000, pouco se tinha feito nos processos de regularização fundiária, nesse período ocorreu uma mudança no eixo administrativo dos processos, além da inclusão desse grupo, em diversas políticas de desenvolvimento rural.

Atualmente, uma nova abordagem do desenvolvimento rural sustentável³, baseada nos princípios da agroecologia, tem pautado as discussões sobre um novo modelo de assistência técnica e extensão rural. Busca-se “os processo de desenvolvimento endógeno, adotando uma abordagem sistêmica e multidisciplinar, diante a utilização de métodos participativos e um paradigma tecnológico baseado na agroecologia” (CAPORAL, 2006, p.03).

As ações afirmativas, que alcançam o mundo rural, têm contemplado diversos setores, como educação, saúde, habitação entre outros, e geralmente tem por finalidade a geração de autonomia e desenvolvimento nesses espaços. No trabalho aqui apresentado, se faz uma reflexão sobre as ações de assistência técnica e de extensão rural, em uma dessas novas faces do rural: as comunidades remanescentes de quilombo.

Com formas peculiares nas práticas de agricultura, os remanescentes quilombolas têm buscado reafirmar sua identidade étnica, como também através de elementos tradicionais da cultura, de sua organização social etc. Além disso, a atividade agrícola tem contribuído para a geração de renda dos grupos étnicos, funcionando como uma estratégia para a promoção do etnodesenvolvimento.

Na última década o Estado tem envidado esforços na construção e proposição de políticas sociais para a superação da miséria. Os programas de desenvolvimento, geralmente interministerial, elaboram projetos e mecanismos para a eficiência dessas ações. Nesse contexto, as políticas de assistência técnica e de extensão rural têm sido fomentadas pelo Estado, pois reconhece o quão a atividades socioeconômicas relacionadas ao meio rural, são relevantes no desenvolvimento das populações rurais. Além disso, os remanescentes quilombolas têm, constitucionalmente⁴, o direito de ocupação fundiária.

As ações do governo federal, em prol das comunidades remanescentes de quilombo, ganhou um destaque mais efetivo a partir do início dos anos 2000. A partir do decreto presidencial nº 4887 de 2003, os remanescentes quilombolas foram

³ Estratégia de gestão do território rural, nos âmbitos sociais, econômicos, ambientais e político – institucional, que visa o bem-estar do mundo rural.

⁴ O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) diz o seguinte: "*Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*".

contemplados com diversas políticas e programas de governo intersetoriais, que visa à superação da desigualdade racial e da vulnerabilidade socioeconômica e cultural.

Nesse quadro de ações governamentais, encontra-se a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), elaborada em 2003, e que anunciava um tratamento peculiar aos povos tradicionais e étnicos, como é o caso dos remanescentes de quilombo e dos indígenas. A PNATER indígena foi financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no período de 2004 – 2008, enquanto as ações de ater específica para quilombolas passaram a ocorrer a partir de 2011.

Na busca por uma associação de trabalho que parta dos princípios da PNATER, neste estudo foi eleito o Instituto Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), como a instituição facilitadora dos processos de desenvolvimento em comunidades remanescentes de quilombo. Essa empresa de pesquisa, além de ter compatibilidade com o que a nova Lei de Ater propõe, ela se revelou como proponente de projetos de desenvolvimento em comunidades quilombolas.

Segundo dados do INCAPER, ao todo são 67 comunidades quilombolas que se localizam no estado do Espírito Santo. O caráter rural da grande maioria dessas comunidades tem facilitado à abordagem de instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ater) que enxergam possibilidades de mudanças socioeconômicas no resgate da agricultura, como geração de renda.

Almejando uma análise dessa relação, entre INCAPER e Quilombo, passou - se acompanhar, nos anos de 2012 e 2013 a extensão rural e as estratégias de geração de renda dos agricultores quilombolas, na Comunidade Remanescente de Quilombo de Monte Alegre, localizado no município de Cachoeiro de Itapemirim-ES. Além de esta comunidade ser assistida pelo INCAPER, com um projeto de desenvolvimento, ela tem sido destaque em outras ações que visam promover o etnodesenvolvimento.

A história do quilombo de Monte Alegre revela a relação que a comunidade tem com a terra e com a agricultura. Mesmo com várias investidas de expropriação fundiária, no decorrer do século XX, os remanescentes de Monte Alegre evidenciam mais uma vez, o caráter de resistência do seu povo. Muitos permaneceram na comunidade, exercendo a atividade agrícola.

A ausência de serviços públicos na comunidade teve como consequência o êxodo rural. Mas no início do século XXI, o movimento tem sido contrário. O fortalecimento da identidade quilombola na comunidade despertou o interesse em resgatar o modo de vida, enquanto agricultores. Os incentivos para esse resgate têm sido facilitados por algumas políticas públicas que observamos em campo.

As políticas públicas surgem como instrumentos facilitadores da promoção de autonomia política e superação da miséria. Buscando guiar nossa pesquisa, e conseqüentemente a construção da dissertação formulou - se as seguintes questões: Quais instituições têm estado colaborando com o processo de construção da autonomia do Quilombo de Monte Alegre? A prática de uma ATER convencional tem atendido as demandas dos agricultores quilombolas em Monte Alegre? Como tem se revelado a relação entre quilombolas e a sociedade local?

Essas questões são capazes de sistematizar um painel sobre a eficiência de uma assistência técnica convencional no processo de etnodesenvolvimento na comunidade

quilombola de Monte Alegre e como ela tem contribuído para a reconstrução da identidade camponesa do quilombo.

O principal objetivo do nosso trabalho foi o de identificar e analisar o modelo de assistência técnica oferecida à comunidade quilombola de Monte Alegre, e perceber como essa extensão rural, facilita com os processos endógenos de desenvolvimento territorial/ etnodesenvolvimento na comunidade, além de mostrar como essas ações tem sido importantes no resgate da cultura quilombola e na promoção da autoestima.

Mapeamos as instituições que atuam com projetos Assistência Técnicas e de Extensão Rural (Ater), pública e/ou privadas, que desenvolve trabalho na comunidade quilombola de Monte Alegre. Verificamos as principais ações do Instituto Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) e de outros órgãos na comunidade quilombola de Monte Alegre.

Para alcançar tais objetivos, a hipótese formulada é que o INCAPER tem sido uma instituição participante na construção da autonomia⁵ e fortalecimento da identidade quilombola, através do incentivo do resgate da agricultura como fonte de renda e subsistência.

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, caracterizada por um enfoque interpretativo. Na pesquisa qualitativa observa-se o fato no seu meio natural, por isso as pesquisas de campo são fundamentais. Busca-se reunir informações e dados sobre um estudo de caso, a partir da perspectiva dos atores envolvidos no processo social estudado.

Para a realização dessa pesquisa fez-se um levantamento bibliográfico sobre o tema em questão, com intuito de buscar referências teóricas que sustentem a discussão. Outra estratégia na elaboração do texto foi o de buscar as fontes primárias, nos documentos oficiais das políticas discutidas, além de dados secundários, que oferecem informações quantitativas e históricas sobre o estudo que tratam das ações de ater para quilombolas. Foram utilizados nesse trabalho o Relatório Técnico de Identificação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Monte Alegre, o Plano Rural Sustentável e um material digital do Instituto Jones dos Santos Neves com algumas informações socioeconômicas.

O trabalho de campo ocorreu no decorrer do ano de 2013, com visitas intercaladas nos meses de janeiro, maio, setembro e novembro. Durante essa atividade, estive com proprietários quilombolas, com o extensionista do INCAPER e o secretário de agricultura do município de Cachoeiro de Itapemirim.

Foi aplicado um roteiro semiestruturado num grupo de 06 famílias quilombolas, no total de 37, que realizam trabalhos na agricultura e que recebem a assistência técnica do INCAPER. A entrevista com o roteiro é um instrumento facilitador no processo de observação, pois na fala do entrevistado se podem extrair elementos que ajudarão o desenvolver da análise.

Em questões como essas, e quando conduzidas na forma de entrevista focalizada, proporcionam não só a

⁵ Entende-se autonomia como a capacidade de indivíduos gerirem suas decisões próprias e não em função de outras instituições e organizações.

identificação de problemas na perspectiva do depoente, mas uma série de informações que refletem o modo como o entrevistado articula diferentes objetos de orientação que o levam atribuir a algo o significado de problema. (AMÂNCIO, 2012, p. 22)

A organização dos dados levantado, através dos relatos dos agricultores quilombolas, junto à fala dos outros atores envolvidos nesse processo, foram analisadas e interpretadas, visando compreender os procedimentos que envolvem a ater e o (etno) desenvolvimento.

No capítulo I da dissertação, apresenta-se uma revisão conceitual sobre as abordagens do desenvolvimento, destacando o viés territorial e étnico das discussões sobre os processos de desenvolvimento, tentando perceber as suas semelhanças e diferenças. O elemento território e identidade são fundamentais para o entendimento dessas abordagens, nesse sentido, faço uma revisão conceitual sobre os termos. Além disso, discorro sobre o conceito de políticas públicas, e em seguida revela - se as principais ações do governo federal para as comunidades remanescentes de quilombo, quando se trata de ações de etnodesenvolvimento. Identificar o sentido teórico da política pública é necessário para fundamentá-la na investigação de um caso.

No capítulo II, aponta - se uma visita sobre os principais conceitos na história de 'quilombos' e também sobre o processo de ressignificação da expressão, com o olhar da antropologia, e a constituição de quilombos enquanto campesinato.

No capítulo III, é apresentado um estudo de caso, apresentando a história da comunidade e a caracterização das relações entre instituições promotoras de desenvolvimento e remanescentes de quilombo. Fecho a dissertação com um tópico para as conclusões.

Por fim, encerramos o trabalho com as considerações finais sobre os objetivos a serem respondidos.

CAPÍTULO I – OS DIVERSOS SENTIDOS DO DESENVOLVIMENTO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ETNODESENVOLVIMENTO

São diversos os discursos sobre desenvolvimento, e por isso mesmo, são muitos os adjetivos que acompanham o termo: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento econômico, desenvolvimento humano, desenvolvimento territorial, etnodesenvolvimento, etc. O objetivo deste capítulo visa identificar as correspondências entre a abordagem territorial do desenvolvimento e o etnodesenvolvimento.

Pensar no ‘desenvolvimento’ como uma solução para superação das dificuldades sociais, econômicas e políticas, se tornou quase uma verdade unânime entre os estudiosos do tema, assim como para os governantes, independentes de correntes ideológicas, cada qual tem se apropriado de um modelo de desenvolvimento. Como revela Escobar (1995):

o ‘desenvolvimento’ alcançou o status de uma certeza e uma necessidade no imaginário social. Ainda que seja possível argumentar por um ‘outro desenvolvimento’, um ‘desenvolvimento participativo’ ou um ‘desenvolvimento socialista’, o fato do desenvolvimento em si não está em questão. A suposta inelutabilidade dessa noção e, em grande medida, a sua desejabilidade inquestionável são profundamente intrigantes. (ESCOBAR, 1995, p.7)

A princípio, podemos identificar alguns conceitos que se relacionam e compõem estas as vertentes de desenvolvimento analisadas nesse capítulo: território, identidade e territorialidade. O território e a identidade são fundamentais para a construção da territorialidade, visto que essa funciona como espaço de reprodução de aspectos simbólicos e materiais de um agrupamento humano que reúne semelhanças entre si e que enxergam o outro de forma diferente.

O desenvolvimento territorial e o etnodesenvolvimento podem ser considerados, de forma geral, estratégias para a geração de autonomia de um determinado grupo. A principal diferença entre tais mecanismos de desenvolvimento reside no fato de uma abordagem - o etnodesenvolvimento - tratar de grupos específicos, grupos que possuem uma etnicidade, enquanto a abordagem do desenvolvimento territorial contempla os territórios étnicos e os outros espaços.

O capítulo está estruturado da seguinte forma: um tópico para a análise da noção de desenvolvimento; em seguida se faz uma reflexão sobre os termos que são comuns as duas abordagens – território, territorialidade e identidade – esse último item se relaciona a um conceito que também será discutido, que é o de etnicidade; e por fim procuramos colocar em evidência a abordagem territorial de desenvolvimento e o etnodesenvolvimento, entendendo as como estratégias complementares de desenvolvimento.

Além disto, neste capítulo, pretendemos refletir sobre o conceito de políticas públicas, pois se considera esse exercício fundamental para entender os esforços que o Estado tem empenhado para cumprir o contrato social assumido com a sociedade. Em seguida, discorre-se sobre as principais políticas de etnodesenvolvimento da última década para comunidades remanescentes de quilombo, logo depois, faço um recorte sobre as contribuições das políticas de Ater para o etnodesenvolvimento quilombola, de

maneira que as reflexões aqui apresentadas nos oriente na compreensão do caso do Quilombo de Monte Alegre.

1.1 – Principais teorias do desenvolvimento

Na segunda metade do século XX, no mesmo momento em que diversas colônias na África, Ásia e Caribe, ganharam sua independência, por exemplo, Cabo Verde (1975), Moçambique (1975), Índia (1947), Indonésia (1945), ocorreu uma divisão geopolítica do mundo: países do hemisfério norte (exceto a União Soviética e os países socialistas, que eram considerados países do Segundo Mundo), seriam os países do Primeiro Mundo, enquanto os países abaixo da linha Equador, foram considerados países de Terceiro Mundo.

É relevante evidenciar a relação que a noção de desenvolvimento assume nesse momento pós-colonial. De acordo com Escobar (1995, p.9), o discurso sobre desenvolvimento tem ‘um aparato que se constrói sob a hierarquização das diferenças históricas, culturais e raciais’, os mesmos princípios que prevaleceu no colonialismo.

Uma das principais variantes para a classificação dos países nesse modelo foi à tecnologia produzida nas nações. A teoria social, que percebia a modernização como característica do desenvolvimento, entrou em vigor com força na década de 1950-1960. O imperialismo⁶ que vigorou em diversas nações, principalmente africanas, até o século XX, limou a possibilidade dos países recém - libertos se inserirem no mercado mundial oferecendo tecnologias, e neste contexto passaram a importar o modelo de ‘desenvolvimento’ dos países do norte.

A teoria da modernização, que orientou o debate sobre o desenvolvimento regional, nas décadas de 50 e 60, trazia consigo alguns princípios, como a inserção de indústrias nos países, e a implantação de tecnologias avançadas e modos de vida correspondente ao modelo liberal.

a teoria da modernização anunciava implicitamente o suposto fim dos povos indígenas e outros grupos considerados como ‘tribais’ através de sua rápida assimilação aos Estados nacionais novos e modernos (LITTLE, 2002, p.34).

Little (2002) recupera os autores Frank (1971) e Amin (1974), para explicar a nova teoria social que surgiu na década de 1960, a ‘teoria da dependência’, segundo esses economistas os países subdesenvolvidos realizavam suas ações econômicas, social e políticas em desvantagem, em relação aos países que constituíam o bloco dos ‘desenvolvidos’. Essa corrente de pensamento, entretanto, contestava apenas a distribuição dos ‘pacotes’ de tecnologia, e não avaliava as reais necessidades de determinados povos, inclusive os tradicionais.

Na década de 1970, surge no debate sobre desenvolvimento, a expressão ‘desenvolvimento rural’, que de acordo com Chalita (2005) foi elaborado para “contrabalançar os efeitos negativos sobre os países do terceiro mundo, do ‘modelo de

⁶ O sentido atribuído ao ‘imperialismo’ neste trabalho, associa-se ao capitalismo, como forma de dominação que alguns Estados-nações passam a inferir economicamente em países periféricos, criando demandas e instrumentos e assim, os colocando sob o jugo dos países mais ‘desenvolvidos’ (COHEN, 1976).

desenvolvimento comunitário” (CHALITA, 2005, p. 101) que era empregado pelas agências internacionais de desenvolvimento. A separação entre o agrário e o agrícola, nas três primeiras décadas, da segunda metade do século XX, contribuiu para a concepção de que o rural deveria ser modernizado tecnicamente, com o apoio de ações governamentais, criando linhas de crédito e incentivando a pesquisa e a transferência de tecnologias.

A partir do momento que passou a se priorizar os investimentos relacionados à produção agrícola, a modernização desse setor, visando impulsionar o desenvolvimento do país, aumentou as diferenças sociais existentes entre o pequeno agricultor e o latifundiário, sendo esse último beneficiado pelas políticas sociais de desenvolvimento. Enquanto, a questão agrária, que pretendia tratar da distribuição justa da terra pouco se avançou nas discussões das instituições responsáveis pela reforma.

Furtado, no artigo “A superação do desenvolvimento”, aponta que a ideia de desenvolvimento é uma invenção, e que possui intencionalidades políticas. Ou seja, na sociedade capitalista, o conceito de ‘desenvolvimento’, para caracterizar uma sociedade é uma estratégia de dominação. Cano chama a atenção para:

quando se explicita que desenvolvimento significa não só crescimento, mas mudanças estruturais que exigem distintas formas de tributação, de apropriação e distribuição da renda e de alocação do excedente, os conflitos sociais emergem” (CANO, 2010. pág. 7)

O interesse dos grupos dominantes do mercado mundial não permitiu o desenvolvimento socioeconômico dos países que foram colônias. Na maioria dos países América Latina, Ásia e África, a produção agrícola foi e continua sendo à base da economia dos países. Percebe-se que a lógica colonial e mercantil prevaleceu, ou seja, os países periféricos exportam matérias – primas e importam os bens industrializados, obedecendo à lógica do mercado, criado pelas economias dominantes. Além disso, reproduzem um discurso hegemônico que tenta divulgar a ideia de que o modelo de vida das principais nações sobressai e ainda sobressai em diversas estratégias de desenvolvimento para países que se encontram em situação de vulnerabilidade⁷.

Esses apontamentos nos revelam como a ideologia capitalista se renova e se reinventa nos processos sociais. A criação de produtos modernos, que atenda as demandas dos indivíduos, está cada vez mais voltada à necessidade do capital. A necessidade da reprodução material da economia capitalista faz com que países industrializados ampliem o campo de mercados consumidores.

A formulação da teoria do subdesenvolvimento constitui por si mesma, uma manifestação da tomada de consciência das limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho que se estabelece com a difusão da civilização industrial. (FURTADO, s/d, p.37)

⁷ Vulnerabilidade entendida nesta análise como situação em que os serviços básicos para viver não são atendidos e a escassez dos recursos naturais, se revela como uma ameaça real.

A análise de Furtado para que o desenvolvimento de um país do terceiro mundo ocorra, está justamente na superação da estratégia de importação de tecnologias e na criação de um mecanismo próprio, que fosse capaz de gerar autonomia interna e contribuir para o crescimento econômico e a conquista do bem-estar entre os cidadãos.

Relacionar desenvolvimento, apenas ao crescimento econômico é um equívoco. Atualmente, as correntes teóricas trazem as discussões políticas e sociais, num sentido mais amplo, para o debate.

O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorializado, a não ser para fins de exposição didática. Se o desenvolvimento econômico não trazer consigo modificações de caráter social e político, se o desenvolvimento social e político não for a um tempo o resultado e a causa de transformações econômicas será porque de fato não tivemos desenvolvimento. (SANTANA, GUEDES, VILLELA, 2011, P.6).

A compreensão do desenvolvimento, a partir desse viés, possibilita que as abordagens que tratam o tema, assumam múltiplas escalas. Do desenvolvimento local, numa comunidade tradicional quilombola do Brasil à superação da miséria em alguns países do continente africano. O reconhecimento das especificidades históricas de uma determinada localidade é capaz de criar as condições necessárias para o sucesso de uma estratégia de desenvolvimento, e é nesse sentido, que a ideia de território passa a se articular com os processos de desenvolvimento.

As diversas interpretações sobre o desenvolvimento reúne uma característica em comum: o bem-estar. O bem-estar, enquanto, desenvolvimento nos seus sentidos mais amplos, só tem chegado a pequenos grupos. Reconhecer o que caracteriza o bem-estar nas diversas sociedades, é um desafio que tem sido proposto em algumas agendas de governo. A política de desenvolvimento na sociedade capitalista tenta incorporar povos que ainda resistem com a lógica tradicional, a superação dessa questão é fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária.

1.2 – O processo de construção dos territórios

A apropriação do conceito de território deixou de ser algo exclusivo da geografia, que o relacionava ao conceito de espaço, e passou a ser apropriada por outras áreas de conhecimento, como: sociologia, história, economia e a antropologia.

Ratzel (1990) aponta que o conceito de território, prevaleceu por muito tempo nas discussões das ciências naturais, entretanto, a análise territorial, para esse autor, deveria se estender para a ciência geográfica e outras ciências humanas. Na abordagem dele, o território aparece como algo intrínseco a evolução do ser humano. Outros autores vão além da dimensão naturalista.

De acordo com Haesbaert (2006), a noção de território possui três eixos básicos: político, cultural e econômico, além de uma perspectiva natural. As abordagens filosóficas que serve para pensar o território, numa perspectiva analítica, são: o binômio materialismo – idealismo; o binômio espaço – tempo. A abordagem que privilegia o binômio materialismo – idealismo, corresponde às interpretações do território na visão naturalista (caráter biológico) e no campo social (de relações). Neste conjunto de perspectivas, o território assume funções específicas: permite a reprodução da vida humana, em todos seus sentidos ambientais e biológicos, além disso, a organização de um território, possibilitar o fortalecimento, no sentido mais subjetivo, das relações pessoais.

Entender o território a partir de uma análise idealista inclui considerar uma série de signos que só é compreendido diante os códigos culturais que os circundam. O território passar a ser semantizado e identidades são construídas a partir dessas interpretações da relação território – indivíduo. O território idealista passa a valorizar as dimensões simbólicas, religiosas, afetivas, éticas.

Os territórios étnicos são dotados desses elementos. A organização dos grupos indígenas, remanescentes de quilombo, por exemplo, encontra-se condicionada a lógica da representatividade que o território imprime sobre os agrupamentos.

O território também apresenta uma perspectiva integradora das dimensões sociais, que acabam realizando a função de uma região. Haesbaert indica que “difícilmente encontramos hoje um espaço capaz de ‘integrar’ de forma coesa as múltiplas dimensões ou lógicas econômicas, política, cultural, natural” (Haesbaert, 2006, pág. 75). O componente histórico é importante na análise integradora do território. Nessa perspectiva, aponta-se para a ideia de múltiplas relações de poder que se cruzam na determinação material do território.

Na visão relacional do espaço, o território está inscrito nas relações social – históricas ou relações de poder. O autor destaca o cuidado que a análise do território através dessa abordagem relacional deve apresentar, pois há um risco de cometer um exagero de ‘sociologização’ ou de ‘historicização’. Nesse modelo de análise, fica evidente o caráter dinâmico e interconexo do território.

Território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder resulta da interação diferenciada entre múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política. (Haesbaert, 2006, p. 93).

Milton Santos (2005) vai dizer que ‘é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social’ (SANTOS, 2005, p. 255), território pode ser definido como um conjunto de relações, materiais ou imateriais, que reúne uma série de elementos que define as características do território. Alerta – se para o caráter fluido que o território assume, uma vez que o modo de utilização dele poderá alterar as configurações que nele estão inscritas. A partir de tal afirmação podemos também refletir o processo de conceituação de territorialidade.

Alguns autores, como Reis (2005) e Santos (2005) apontam a emergência dos estudos sobre território a partir da segunda metade do século XX, momento em que as fronteiras dos países começaram a se expandir, num processo conhecido como globalização. Para Milton Santos, “a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território” (SANTOS, 2005, p.255), para Reis (2005) “a globalização é totalizante” (REIS, 2005, p.53) e compreende uma rede de interações. Nesse contexto, é perceptível que o conceito de território, ultrapassou os limites interpretativos do ‘espaço geográfico’ alcançando uma lógica muito mais complexa, que permite elaborar com mais eficiência as políticas públicas, por exemplo.

Raffestin (1993) acredita que o tema ‘território’ deva ser tratado sob o viés da geografia política. Ele propõe a separação temporal nos processos de construção do ‘espaço’ e do ‘território’, entendendo, que o primeiro é essencial para a formação do segundo. A formação de um território está inscrita nas relações de poder existente em um determinado espaço.

De acordo com o autor supracitado o conceito de território é relacionado a sistemas de ações e sistemas de objetos, essa interpretação sobre o território vai ao encontro do que Milton Santos expõe sobre o mesmo, como algo que se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico. O território enquanto espaço material (rodovias, canais, ferrovias, rotas aéreas, redes comerciais) para ele constitui, junto com a soberania e o povo, os elementos formadores do Estado-nação. A percepção da mobilidade dos territórios tem contribuído nas políticas públicas, que atualmente, em alguns casos, tem utilizado a abordagem territorial como estratégia para a efetivação de suas metas.

As relações sociais são as definidoras dos territórios que são constituídos, desconstruídos e reconstruídos. Entender território a partir dessa perspectiva implica, dentre múltiplas questões, identificar as redes que são estabelecidas entre os indivíduos. Os elementos subjetivos são os que criam as fronteiras de um território.

Entendendo o território, como uma construção social, podemos apontar alguns atores que formam os territórios, além de perceber os instrumentos que eles são construídos.

Para Wagner (2004) o processo de afirmação do território de povos tradicionais, e suas estratégias para conquistarem legitimação no território nacional, ocorrem num movimento de duplo interesse:

Não obstante diferentes planos de ação e de organização e de relações distintas com os aparelhos de poder, tais unidades de mobilização podem ser interpretadas como potencialmente tendentes a se constituir em forças sociais. Nesta ordem elas não representam apenas simples respostas a problemas localizados. Suas práticas alteram padrões tradicionais de relação política com os centros de poder e com as instâncias de legitimação, possibilitando a emergência de lideranças que prescindem dos que detêm o poder local. Destaque-se, neste particular, que, mesmo distantes da pretensão de serem movimentos para a tomada do poder político, logram generalizar o localismo das reivindicações e que, mediante estas práticas de mobilização, aumentam

seu poder de barganha com o governo e o Estado, deslocando os “mediadores tradicionais” (grandes proprietários de terras, comerciantes de produtos extrativos-seringalistas, donos de castanhais e babaquais). Deriva daí a ampliação das pautas reivindicatórias e a multiplicação das instâncias de interlocução dos movimentos sociais com os aparatos político-administrativos, sobretudo com os responsáveis pelas políticas agrárias e ambientais (já que não se pode dizer que exista uma política étnica bem delineada). (WAGNER, 2004).

A relação entre território e poder se torna evidente em grande parte dos referenciais. De acordo com Bourdieu (2006), é importante que se atente para não reduzir o processo de análise das relações de poder, nas relações de comunicação. A disputa pela dominação simbólica do mundo social é um dos entraves das classes.

Compreende-se território, para além dos espaços naturais e do jogo de poder, para este trabalho fundamenta-se a ideia de território associada a uma coletividade, um conjunto de próximos que estabelecem relações entre si.

Os territórios quilombolas são construídos, a partir de uma série de relações históricas e de poder, além disso, é nele que se fundamenta a materialidade dos costumes e tradição das famílias quilombolas.

A noção de território suscita algumas reflexões, que são fundamentais para sua compreensão, dentre essas, a ideia de pertencimento é importante. Um grupo que reúne indivíduos com mesmas características, só possui características próprias, se existir outro indivíduo ou outro grupo, com características que diferem deles. Outro elemento que surge nesse aspecto, e que contribui para a conceptualização do território, é a identidade, que permite a ideia da coletividade e de estar inscrito em um grupo.

1.3 – A definição da Identidade/Etnicidade/Territorialidade e a contribuição para o território

Tratar o conceito de identidade, para compreender o território e a territorialidade se torna necessário para que a dissociação da ideia de território associado exclusivamente a espaços onde podemos encontrar apenas o conjunto de aspectos naturais seja superada. Hall (2005) nos revela que há três definições consagradas na história sobre o que seria a ‘identidade’ nos sujeitos do Iluminismo, sociológico e pós-moderno.

A identidade do sujeito no Iluminismo correspondia aquela cuja se centrava na pessoa individual, que era capaz de ter razão, consciência e ação independente de outros indivíduos. A identidade no sujeito sociológico, no mundo moderno, era concebida na complexidade das relações humanas, pois o ser humano passou a enxergar que a autossuficiência não era capaz de articular uma série de elementos da cultura que reuniam os grupos em torno de uma centralidade. Por fim o conceito da identidade no sujeito pós-moderno, foi elaborado justamente no contexto da expansão das fronteiras dos Estados – Nações.

Partindo da concepção de identidade na pós-modernidade, que enxerga a como uma construção social, podemos tratar os territórios também como algo que é

construído diante um processo de relações de poder e que ora se torna fluido, ora se torna consistente. A des – re – construção do território se dá por diferentes motivos, que envolvem, por exemplo, aspectos políticos, jurídicos e de outras ordens e que pode ter relação direta com o a questão da identidade (HAESBAERT, 2004).

Pollak (1992) vai tratar o tema da memória, para articular a ideia de identidade social. Pollak recupera Halbwachs (1920-30) que fala sobre caráter coletivo e social da memória, e que neste sentido, podemos afirmar que a memória é um fenômeno dinâmico.

Os elementos que compõe a memória, de acordo com Pollak (1992) são: os acontecimentos – vividos e não vividos; os sujeitos – existentes ou não; e por fim os lugares – frequentados ou não. A composição da memória, nesse esquema evidencia o caráter seletivo, que Pollak (1992) vai destacar a respeito do fenômeno da memória.

Esses três critérios, acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos. Mas pode se tratar também da projeção de outros eventos (POLLAK, 1992, p. 3).

A invenção da tradição, entendida nas palavras de Hobsbawm (2012), envolve “um conjunto de práticas, normalmente reguladas (...) visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição” (HOBBSAWM, 2012, p. 8), e a dinamicidade da memória, cria uma série de disputas em diversos âmbitos. A “organização [da memória] em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostram que *a memória é um fenômeno construído*” (POLLAK, 1992, p.4)

A relação entre memória e identidade, é que ambos os elementos são construídos e podem ser compartilhados. Pollak trata a ideia de identidade como o “sentido da imagem de si, para si e para os outros” (POLLAK, 1992, p. 5). Tanto memória, quanto a identidade são elementos que são disputados politicamente.

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992, p. 5)

O entendimento da identidade como um elemento de disputas políticas, mostra a ‘força’ que um determinado grupo possui em um determinado território, propicia a reflexão sobre outro conceito: o de territorialidade (que apresentaremos mais a frente). O caráter da memória coletiva, vinculado à tradição, vai conferir a percepção de uma identidade territorial.

A etnicidade é um conceito que se aproxima nos debates sobre identidade. Barth (1997) indica que um grupo étnico, geralmente, é apresentado como um conjunto de indivíduos que:

perpetua-se biologicamente de modo amplo; compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais; constitui um campo de comunicação e de interação; possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo (BARTH, 1997, p. 189).

Para Barth (1997) a etnicidade, é o produto dessa auto identificação e a identificação externa, não depende das categorias pré-estabelecidas fenotipicamente, sendo apresentada por questões subjetivas e simbólicas (MENDES, 2011). Ela é construída socialmente. Ou seja, a etnicidade se revela como um mecanismo dinâmico de identificações, em que são levantadas questões.

A primeira questão diz respeito à atribuição categorial. Deixa-se a ideia da identidade étnica ser construída de forma interna e isolada e passa a considerar que uma identidade étnica é elaborada na relação entre não membros e os que se auto reconhecem como grupo particular (MENDES, 2011). Isso é um fator que contribui positivamente para a organização interna do grupo, potencializando o capital simbólico do grupo.

Outro problema é o do sentido externo que acabam criando estereótipos de uma identidade étnica. O reconhecimento de fora, agindo de forma independente acaba inibindo a capacidade de auto atribuição, retira o “direito” dos indivíduos de se auto definirem. Ambas as definições (exógena e endógena) devem estar articuladas nas atribuições dos grupos étnicos, analisadas em sua relação dialética, como afirma Barth:

a produção e a utilização de nomes étnicos representam objetos de análise particularmente importantes para elucidar os fenômenos de etnicidade, uma vez que a existência e a realidade de um grupo étnico não podem ser atestadas por outra coisa, senão o fato de que ele próprio se designa e é designado por seus vizinhos por intermédio de um nome específico (Barth, 1997, p. 143).

Segundo Barth (1997) quando a intensidade da exo-definição é superior à elaboração das características simbólicas internas, ocorre uma coerção do grupo dominante em relação ao grupo específico, que acaba incorporando e transformando aqueles elementos que foram apresentados.

a dialética entre exo e endo-definições passa pela inversão dos critérios impostos, pela transmutação deles do exterior/negativo em interior/positivo, processo que inclui a mudança de rótulo e a inversão de estigma (BARTH, 1997, p. 147).

Outro aspecto que é fundamental neste debate sobre configuração de etnicidade proposto por Barth se refere ao conceito de fronteiras:

Para que a noção de grupo étnico tenha um sentido, é preciso que os atores possam se dar conta das fronteiras que marcam o sistema social ao qual acham que pertencem e para além dos quais eles identificam outros atores implicados em outro sistema social (BARTH, 1997, p. 152).

Ou seja, de acordo com a teoria da etnicidade elaborada por Barth, não mais o conteúdo simbólico interno por si só definirá o grupo étnico, mas seus limites. O reconhecimento de uma comunidade étnica não se daria apenas por traços internos, mas pelos indivíduos que se encontram fora do grupo, assim como a relação entre os externos e os internos e também pela integração dos atores internos entre si (MENDES, 2011). Essa análise evidencia as relações sociais na construção do território em torno de uma identidade, que ganha o caráter étnico.

A categorização dos grupos étnicos se aproxima dos elementos de definição de povos tradicionais. De acordo com o decreto nº6040 de 2007⁸, povos e comunidades tradicionais, são definidos como agrupamentos com culturas diferenciadas e que assumem essa distinção, além disso, possuem uma forma própria de organização, que tem no território o espaço para a reprodução material e simbólica. Na questão indígena e quilombola o principal elemento que permitiu a verificação dessa fronteira que dá esse sentido étnico de tais grupos é o território tradicional.

A territorialidade, segundo Little (2002), esteve à margem nas pesquisas sociais, o pesquisador explica que esse fato aconteceu porque houve a incorporação do termo a etologia⁹, que enxerga a territorialidade como “um instinto animal ao par com outras espécies de animais” (LITTLE, 2002, p. 3) e/ou também estiveram relacionadas a densidade populacional e limitações dos recursos naturais.

O ressurgimento das discussões sobre territorialidade surgiu junto com o novo modelo da abordagem territorial para as políticas públicas de desenvolvimento, especialmente aquelas ligadas ao mundo rural, na década de 1990. Little (2002) define territorialidade como: “o esforço coletivo de um grupo social ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo – a assim em seu ‘território’.” (LITTLE, 2002, p. 3).

Os elementos históricos e os símbolos podem ser recursos que permitem manifestar a territorialidade de um grupo. A auto-afirmação da identidade quilombola, presente numa comunidade negra rural, por exemplo, expressa a territorialidade do grupo, que compartilham um passado e articulam os recursos (materiais e imateriais) disponíveis da melhor maneira para sua afirmação no território. O que difere identidade e territorialidade é que no estabelecimento da primeira, ‘as diferenças são estabelecidas por sistemas classificatórios inerentes à vida social’ (SAQUET & BRISKIEVICZ, p.7, 2009). Enquanto a territorialidade pode ser entendida “como apropriação ou empoderamento de um grupo sobre determinado espaço, onde se cristalizam relações econômicas, políticas e culturais” (CARNEIRO, 2011, p.02), ou seja, ela surge como uma estratégia para fortalecer um grupo.

⁸ Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

⁹ Ramo da Biologia que estuda o comportamento animal.

As facetas da territorialidade são múltiplas e identifica-las é um exercício de observação, Little (2002) sugere a abordagem etnográfica para compreender as formas peculiares da multiplicidade dos territórios. Tal tratamento a questão, cria melhores possibilidades para o entendimento da relação exclusiva que um grupo tem com um território.

Para Bonnemaïson (1981), a territorialidade “é uma oscilação contínua entre, de um lado, o território que dá segurança, símbolo da identidade, e, de outro, o espaço que se para a liberdade, às vezes também para a alienação” (BONNEMAISON, 1981).

Sack (1986) apresenta a territorialidade como meio de controle ligada a uma determinada organização social, seria uma forma de comportamento humano espacial, ao contrário do que as Ciências Naturais apresentam. Territorialidade pode ser entendida como o exercício do poder, em que interesse de agrupamentos distintos encontra-se em disputas.

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado. (SACK, 1986, p. 219)

Para Wagner, “a territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força: laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável” (ALMEIDA, 2004, p. 9). Neste sentido a territorialidade aparece como um elemento que os grupos podem estar usando a seu favor, ora como um instrumento de mobilização para alcançar benefícios, ora como uma força capaz de enfrentar possíveis adversidades.

As mais diversas análises, de grande parte dos campos do conhecimento, reconhecem com uma maior notoriedade, a territorialidade dos povos tradicionais. Essa identificação, entretanto, está para além dos territórios tradicionais. A territorialidade encontra nas relações sociais dos grupos, na reprodução física de tais relações.

A territorialidade para esses autores funciona como um trunfo para a afirmação de um grupo seja numa situação de conflito ou em busca a um bem comum.

Como Little (2002) vai nos apontar, a territorialidade humana possui múltiplas expressões. Isso significa que um indivíduo é capaz de articular uma série de laços e dessa forma, acaba por criar uma rede. A identidade para compreender o papel da territorialidade é fundamental.

1.4 – A abordagem do Desenvolvimento Territorial

A abordagem territorial, como estratégia para promoção do desenvolvimento, tem estado na pauta de diversas agendas de governo. A possibilidade de gerar renda, e conseqüentemente, certa autonomia e criar redes de solidariedade, em torno de um território, são os principais argumentos que confere legitimidade a tal abordagem.

Estudar o desenvolvimento a partir de uma abordagem territorial possibilita o aumento do campo da análise, para além dos limites setoriais, que por muito tempo marcaram o papel dos atores e das instituições públicas nas décadas passadas. Isso se

justifica, pois, abandona-se a ideia de que desenvolvimento está vinculado exclusivamente com o crescimento, e passa a se tratar o tema como um processo de expansão de liberdades substantivas (SEN, 2000); pode-se dizer que a partir da utilização desse modelo de análise, o territorial, as ações dos processos de desenvolvimento se tornam mais evidentes; além disso, a noção de território perpassa pelo âmbito dos conflitos ambientais que envolvem os recursos naturais.

De acordo com Abramoway (2006), a noção de território, para se pensar desenvolvimento, beneficia os estudos principalmente das regiões rurais em quatro pontos: deixa de pontuar a agricultura, como o único fator de desenvolvimento de uma localidade rural; estabelece diferenças nos conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento; analisa com um maior aprofundamento a história de vida dos atores sociais e de suas organizações e por fim, visa perceber a lógica que existe entre os sistemas ecológicos e os sistemas sociais.

A abordagem territorial ganha destaque, pois identifica os laços diretos entre os atores sociais e dessa forma as chances da organização de um sistema produtivo obter sucesso se tornam considerável. Os estudos rurais beneficiam-se particularmente dessa abordagem e estimulam a percepção de que o meio rural vai muito além da agricultura e que a compreensão de sua dinâmica exige que se analise a maneira como nele interagem os diferentes atores sociais (ABRAMOWAY, 2006, p. 27).

O enfoque territorial nas políticas de desenvolvimento é capaz de levantar as demandas de um grupo, contribuindo para a eficiência de uma política pública. Segundo Perez (2001), “o ordenamento do território, a integração nacional, o restabelecimento de condições de convivência no campo, o fortalecimento da democracia participativa, o capital social e político, devem ser o fundamento de uma estratégia humana de desenvolvimento para o setor rural” (PEREZ, 2001, p.19).

Delgado (2010) apresenta sinteticamente, o princípio da subsidiariedade, que diz que todas as decisões devem ser tomadas localmente, tanto as decisões econômicas, sociais e culturais.

De acordo com este princípio, portanto, a reterritorialização significa o fortalecimento das condições pelas quais os territórios ganham capacidade para recuperar o poder de determinar e controlar seus projetos de desenvolvimento ou as trajetórias econômicas e políticas preferidas por suas populações (DELGADO, 2010, p.44).

A abordagem territorial do desenvolvimento não pensa, exclusivamente, num território isolado. As ações de desenvolvimento territorial, devem se relacionar a outras de escalas diferentes. E nesse sentido, a formação de redes é fundamental, para articulação dos territórios.

Delgado (2010), ainda revela que os indivíduos envolvidos nos projetos de desenvolvimento, devem estar dispostos a consolida-los e ter força política

(territorialidade); outro fator que o autor indica é pensar o contínuo rural - urbano, como uma das estratégias para o sucesso de uma política pública; e também visar inserir o território no mercado:

Porque o território é um mercado – embora a ele não se reduza – e porque o território é resultado de pactos (econômicos, políticos, sociais), na medida em que criar vontade política local significa, no dizer de Cândido, ‘investir nos atores, falar, dialogar, conhecer, se admitir mutuamente, negociar, ceder. Um tem que ceder, outro tem que ceder, incorporando os vários atores do território e, com isso, chegar a pactos (...) e, com isso, se apropriar das possibilidades que as políticas oferecem’ (DELGADO, 2010, p 46).

Dessa forma, podemos perceber que o desenvolvimento territorial, além de fortalecer os laços entre os atores de um determinado território, busca promover a consolidação da geração de renda, dentro do grupo, e conseqüentemente criar alguns elementos de autonomia.

1.4.1 – As concepções do Rural e sua relação com a abordagem do desenvolvimento territorial

De acordo com Blume (2004), os processos de (re) significação de um conceito são contínuos, e aponta que o exercício de definir o que vem a ser a ‘ruralidade’ é complexo, graças ao contexto socioeconômico que vivemos, pois muitos intelectuais acreditam que a globalização eliminou os espaços rurais e a lógica urbana - industrial passou a interferir no modo de vida do camponês, o tirando as características (estigmatizada) da categoria.

O ‘rural’ como objeto da Sociologia, se consolidou no século XX, nas décadas de 20-30 e passaram por três momentos: a primeira vertente percebia o ‘rural’ de forma dicotômica (rural – urbano); uma segunda corrente entendia o ‘rural’ como um espaço onde uma atividade setorial (agrícola) era realizada; e por fim a vertente que enxergava o ‘rural’ como local onde técnicas agrícolas poderiam ser difundidas (BLUME, 2004)

A primeira dessas correntes não teve a preocupação em perceber a relação campo – cidade, podendo assim ser explicado, a estigmatização do rural. Os primeiros estudos sociológicos sobre o rural tratavam da dicotomia comunidade - sociedade, o objetivo era perceber os processos que diferenciavam o rural (coesão emocional, profundidade, conservadorismo) e o urbano (impessoalidade, contratualismo, racionalidade) (Blume, 2004, p.30).

A segunda vertente, de autores como Sorokin, Zimmermann, Galpin (1986), de acordo com Blume (2004), inseriu a discussão sobre o contínuo entre urbano e o rural passou a indicar algumas características do rural: ocupacional (as pessoas se ocupam de atividade de coleta e cultivo); ambiental (relação com a natureza); tamanho das comunidades; baixa densidade populacional; os rurais são mais homogêneos; baixa mobilidade territorial; processos migratórios distintos; diferenças nos sistemas de integração social.

Ainda de acordo com Blume (2004) no momento posterior a Segunda Guerra Mundial, as ações de modernização na produção agrícola aumentaram e as fontes e dados para os estudos do mundo rural, se tornaram raros. O enfoque que passou a ser

estudado foi sobre os processos de difusão e adoção de novas tecnologias, não mais as pessoas eram analisadas, porém, suas propriedades sim. A forma de análise difusionista, procurou identificar o comportamento psicossocial dos agricultores e verificar como os agricultores respondiam as novas tecnologias. As pesquisas estatísticas se destacaram, o rural passou a não ser o principal objeto de estudo, apenas palco para as inovações tecnológicas. O que passou a ocorrer foi uma descrição normativa do espaço rural.

Abramoway (2000) nos revela que há três fatores que definem a fronteira do rural atualmente: a delimitação administrativa do Brasil, a forte economia primária de uma determinada região e a baixa densidade demográfica.

A arbitrariedade dos poderes públicos, nas suas mais diversas escalas, vão delimitar os espaços rurais, sendo que o objeto de análise dos poderes administrativos não é coerente, visto que na maioria das vezes associam o rural com as regiões carentes. Ao tratar as regiões rurais, como aquelas em que a economia se baseia na agricultura, poderia se concluir que não existe o 'campo' nos países desenvolvidos e industrializados. A baixa densidade populacional, como nos revela Abramoway (2000) é equivocada, pois limita a identificação do rural a localidades como os municípios e não regiões ou territórios.

Contemporaneamente, um novo enfoque é dado ao tema: as percepções do rural por meio de estudos sobre a estrutura da agricultura, com um tom mais crítico, onde os processos sociais passam a ganhar mais evidencia.

A partir dessa contextualização é possível refletir sobre o que define uma categoria social, está para além das características comuns que reúnem determinado grupo. As relações de poder é que infere no que será 'universalizado', fruto de um projeto de um grupo dominante.

No Brasil, as discussões entre os intelectuais sobre o destino que se deu a 'ruralidade' se tornaram divergentes. De acordo com Blume (2004), alguns autores vão supor o fim do 'rural', como Graziano da Silva (1999), que levanta apontamentos sobre o processo de urbanização do campo; contrário a essa perspectiva, Carneiro (1998) percebe o 'rural' através de uma corrente mais culturalista, através de manifestações materiais e simbólicas, que a existência de uma ruralidade ainda é forte; Veiga (2004) é outro autor que defende a permanência do rural, entretanto, parte de uma abordagem diferente de Carneiro, ele é embasado pela perspectiva territorial que reflete as relações sociais na construção da territorialidade rural.

Essas perspectivas acompanham as discussões em todo mundo. Compartilhando da perspectiva de Veiga (2004), acredito que através das relações sociais é possível definir novas categorias, novas territorialidades que pertencem a uma categoria mais geral e diversificada que é o 'rural'.

Para Blume (2004) a utilização da perspectiva territorial para entender o 'rural' é capaz de preencher as lacunas das políticas públicas para o meio rural, entretanto, é fundamental que as análises a partir do território não sejam banalizadas, como algo relacionado a espaço físico, ou algo semelhante das ciências geográficas. De acordo com Abramoway (2000) a ruralidade é uma definição da conceituação territorial e não categorial.

1.5 – Uma abordagem diferencial de desenvolvimento: Etnodesenvolvimento

De acordo com Verdum (2002) o tema *etnodesenvolvimento* surgiu nas discussões na América Latina, no início da década de 1980. Esse movimento possibilitou que as Constituições de diversos países latino-americanos, legitimasse a diferença cultural no interior dos países, por exemplo, as Constituições do Brasil (1988), da Colômbia (1991), do Equador (1998) e da Venezuela (1999) (LITTLE, 2002).

A consolidação dos Estados Nacionais, no pós-independência, foi baseado no liberalismo e num projeto modernizador da nação e das relações entre índios e não índios, como nos revela Valencia (1995). Apontava-se para os princípios da igualdade e a livre concorrência e competência econômica dos povos, entretanto, tal perspectiva não levava em consideração a etnicidade dos povos.

Valencia (1995) afirma que essas ideias e os interesses dos dominantes do Estado Nação, contribuíram para o aumento da desigualdade e da assimetria das relações sociais, econômicas e políticas nos países latino-americanos, visto que estes importaram um projeto de desenvolvimento, que não correspondia à realidade multicultural dos países, provocando um forte impacto principalmente na cultura indígena dos países.

No Brasil, com a Proclamação da República, em 1889, novos projetos de desenvolvimento para o país despontavam, como a construção de ferrovias e estradas que pudessem ligar o país. Nesse contexto, as disputas armadas entre os indígenas e os trabalhadores se intensificaram, com superioridade armamentista dos não índios.

Constrangido internacionalmente, em 1908, durante o XVI Congresso de Americanistas em Viena, na Áustria, o Brasil foi acusado de estar cometendo genocídio contra esses grupos étnicos. Numa tentativa de controlar as ações desses grupos, o Estado brasileiro cria o Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

Baseado no pensamento positivista, o princípio desse órgão era o de assegurar a pacificação do ‘selvagem’ até que este estivesse pronto a ingressar na sociedade. Funcionava como um órgão de transição. Somente em 1934, foi garantido constitucionalmente o direito e posse de terras dos índios.

Quanto ao direito constitucional, desde a Constituição de 1934, é respeitada a posse inalienável das suas terras. Diga-se em sua honra, foi na bancada amazonense que teve a origem a emenda que consagrou esses direitos em 1934. Todas as Constituições subsequentes mantiveram e desenvolveram esses direitos, e a Constituição de 1988 deu – lhes sua expressão mais detalhada. (CUNHA, 1994, p. 127).

As ações do SPI no decorrer das décadas da promulgação da Constituição de 1934 entraram em decadência. As disputas internas e ideológicas, fez com que o órgão fosse extinto em 1967. Nesse mesmo ano, o governo militar estabeleceu a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que desde então executando a política indigenista no Brasil. Atualmente, o direito da ‘terra indígena’ está garantido constitucionalmente, nos artigos 231 e 232.

Um dos debates que permeou as ciências sociais no início do século XX, tratava do fim desse grupo étnico, com o passar do tempo, e o avanço de um modelo de

desenvolvimento que rompesse com o modo de vida dos indígenas. Mas as avaliações realizadas recentemente prevê o inverso:

A grande novidade com respeito aos povos que sobreviveram aos séculos de extermínio, até agora, é que vão sobreviver no futuro. Ao contrário do que temíamos todos, estabilizaram-se suas populações e alguns povos indígenas estão crescendo em número. Jamais alcançarão o montante que tinham nos primeiros tempos da invasão europeia, perto de 5 milhões. Metade deles na Amazônia, cujos rios colossais abrigavam concentrações indígenas que pasmaram os primeiros navegantes. Foi realmente, espantosa, até agora, a queda abrupta e contínua de cada população indígena que se deparava com a civilização. Mas veio a reversão, os índios brasileiros já superaram muito os 150 mil a que chegaram nos piores dias. Hoje, ultrapassam os 300 mil e esse número vai crescer substancialmente. (RIBEIRO, 1995, p. 330)

A partir da década de 1980, as evidências de que o modelo de desenvolvimento importado do Norte, não atendia as todas as demandas dos povos do Sul. É nesse contexto, que os debates sobre etnodesenvolvimento se fortalecem. Pode-se dizer que o etnodesenvolvimento surge a partir das denúncias realizadas por intelectuais e militantes da questão indígena, que reconheceram as limitações do projeto de desenvolvimento liberal.

Segundo Batalla (1982) etnodesenvolvimento é o exercício da capacidade social dos povos indígenas para construir seu futuro, aproveitando suas experiências históricas e os recursos reais e potências de sua cultura, de acordo com projetos definidos segundo seus próprios valores e aspirações.

Na perspectiva do etnodesenvolvimento, elementos da cultura de um grupo são acionados na construção de um projeto de desenvolvimento. Ou seja, busca-se romper com a homogeneidade das relações do Estado Nacional na elaboração de políticas e projetos que visem atender as demandas da sociedade de uma nação.

Para Stavenhagen (1985) ‘etnodesenvolvimento’ pode ser referir ao desenvolvimento econômico de um grupo étnico e/ou desenvolvimento da etnicidade de um grupo social.

De acordo com Muñoz (1996), quatro elementos constitutivos fundamentais aparecem na elaboração dos discursos sobre etnodesenvolvimento: o fortalecimento da cultura própria; a questão da identidade étnica; a autonomia em relação à terra e ao território; e autogestão. De fato, são pontos que se entrelaçam e se complementam.

É notável que os trabalhos iniciais sobre o tema, davam uma ênfase a comunidades indígenas latino-americanas, entretanto, como aponta Little (2002), os grupos afro-americanos, também passaram a reivindicar sua diversidade cultural, nos limites de suas fronteiras. No Brasil, como Verdum (2006) indica, somente a partir da Constituição de 1988, se passou a tratar os quilombolas, como um grupo étnico e reconhece - los como um povo tradicional.

Apesar da relativa difusão do ideal etnodesenvolvimentista para o segmento indígena nos

anos de 1980 e 1990, não podemos dizer que tal fato foi característica dos demais segmentos sociais brasileiros. No caso dos remanescentes dos quilombos, por exemplo, as progressões práticas foram mínimas, mesmo na seara das elaborações conceituais. Embora assegurados pelos artigos 215, 216 e, mais especificamente, pelo Artigo 68 do ADCT da Constituição de 1988, este segmento, esperou mais de 15 anos até que fosse contemplado por percepções de etnodesenvolvimento elaboradas no âmbito de políticas federais do governo (SILVA, p. 24, 2010).

Uma vez que os direitos são assegurados nas Cartas Constitucionais dos respectivos países, torna-se fundamental, o planejamento de estratégias de desenvolvimento territorial que respeitem o patrimônio cultural desses povos. Little faz a seguinte assertiva sobre essa questão:

Esse desafio é particularmente difícil de ser superado devido às pretensões universalistas do desenvolvimento que não reconhecem diferenças frente às tarefas de modernização burocrática e tecnológica e à ideologia neoliberal vigente que tenta enquadrar a diversidade cultural dentro da categoria de consumidores diferenciados (LITTLE, 2002, pág. 36).

A autonomia de um povo étnico é o principal motivador dessa abordagem. Não apenas autonomia econômica, mas uma independência cultural e política e que respeite o modo de vida desses grupos. A perspectiva do etnodesenvolvimento é a de romper com as políticas assistencialistas que se colocam diante esses povos durante décadas.

1.6 - Desenvolvimento Territorial Étnico ou Etnodesenvolvimento ?

Como já havíamos exposto anteriormente, as qualificações para expressão ‘desenvolvimento’ são diversas. Pode-se entender que desenvolvimento territorial, é uma categoria muito mais ampla que inclui os grupos étnicos, enquanto o etnodesenvolvimento, reduz os agrupamentos que acompanham essa abordagem.

A sobreposição de políticas públicas para grupos étnicos no Brasil, não tem sido suficiente, para superar as dificuldades que tais grupos passam. É fundamental a efetividade da promoção da autonomia dos povos, que respeite seu modo de vida.

As ações integradas do governo tem sido uma estratégia para a realização dos projetos de desenvolvimento junto aos grupos étnicos. Os esforços, muito das vezes, tem sido em vão, visto que há uma ausência de informações sobre a história e o contexto de vida os indivíduos dessas comunidades.

A utilização do ‘território’ nas duas abordagens, o Desenvolvimento Territorial e o Etnodesenvolvimento, é de grande importância para eficácia nos processos de autonomia dos grupos étnicos. As relações que são criadas a partir do território permite visualizar as potencialidades para o desenvolvimento de um grupo.

Nesse sentido, acreditamos que a parceria do Estado, da sociedade civil com os movimentos sociais, tem criado respostas as demandas dos grupos étnicos, porém, sem alcançar grande parte dos grupos, devido a uma série de burocracias.

1.7 – Políticas Públicas na Agricultura de grupos étnicos e sua contribuição para o etnodesenvolvimento.

A formação dos Estados Nacionais, como nós conhecemos atualmente, ocorreu na Europa por volta do século XI - XIV. A pretensão, frustrada, da Igreja Católica de reunir sobre seu comando todo o continente, despertou a vontade entre diversos povos europeus, a eleger um administrador (governante) que representasse os cidadãos na defesa de seus direitos.

Historicamente, os Estados se desenvolveram de formas diferentes ao longo dos séculos. De acordo com Naef (2005) foram três as fases que se passaram para o Estado se apresentar do tipo que é atualmente: Estado estamental – prevaleceu nos séculos XV-XVI, na qual esse assume os direitos políticos; Estado monárquico absoluto – existiu no século XVII – XVIII, em que os poder político concentrou-se na figura do rei; e por fim o Estado democrático – que surge no final do século XVIII, com a Revolução Francesa, numa perspectiva em que os direitos princípios de cidadania fossem o objetivo da construção do Estado.

As definições sobre o conceito de Governo e Estado são diversas na Ciência Política e na Filosofia. Salienta-se a diferença entre Governo e Estado. Abaixo, segue algumas das definições sobre as expressões citadas.

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma representação da forma corporativo-econômico, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado=sociedade política mais sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção). Numa doutrina do Estado que concebe este tendencialmente capaz de esgotamento e de dissolução na sociedade regulada, o tema é fundamental (GRAMSCI, 2000, pg. 244-245).

A palavra governo é plurissignificativa: (1) é o complexo organizatório do Estado (conjunto de órgãos) ao qual é reconhecida competência de direção política (ex.: forma de governo); (2) conjunto de todos os órgãos que desempenham tarefas e funções não enquadrava no 'poder legislativo' e no 'poder jurisdicional' (ex.: 'poder executivo'); (3) órgão constitucional de soberania com competência para a condução da política geral do país e superintendente na administração pública. (CANOTILHO, 1999, pág. 594).

De acordo com Motta e Pereira (1986), existem três formas históricas de administração do Estado brasileiro: administração patrimonialista, que tende a atender os interesses do governante, é considerada como uma herança feudal, que prevalece nas sociedades pré-democrática; a administração burocrática surge no período da Revolução Industrial, e é baseado na impessoalidade, no profissionalismo e na racionalidade; e a administração gerencial, que está baseada num modelo de eficiência, eficácia e competitividade, que segundo teóricos da Administração Pública afirmam ser necessária na sociedade globalizada que estamos.

O processo de administração dos representantes do Estado envolve uma série de relações de poder. De acordo com Bourdieu (2006) o ‘poder’ e as relações de ‘poder’ estão em quase todos os espaços, mesmo naqueles em que são ignorados, ou seja, são reafirmados através da negação, trata-se do poder simbólico, que pode ser praticado com o apoio daqueles que se omitem, se tornando sujeitos submissos ou aqueles que praticam ação de autoridade numa relação de poder. Um conceito que vem a luz desse debate é o conceito de ‘poder político’:

O poder político (segundo a hipótese construída por Braud), nascido no centro do modo de produção da coerção, caracteriza-se pela sua capacidade de extrair do modo de produção dos bens simbólicos uma legitimidade mínima, e do modo de produção econômica os homens e as tecnologias sem as quais ele não conseguiria se reproduzir nem se impor ao conjunto social. A noção de “injunção socialmente legítima” permite manifestar esta trílice relação coerção, simbólico e econômico.

Na relação do Estado democrático e sociedade, a cidadania, enquanto direitos sociais, políticos e civis são garantidos pela estrutura estatal. O que acontece muito das vezes, é que a estrutura estatal não é capaz de assegurar assistência aos cidadãos, visto que pode existir uma diversidade cultural num grupo de indivíduos que formam a sociedade. A fim de solucionar demandas específicas e/ou superar alguns impasses, a intervenção estatal, através de políticas públicas se fazem necessárias.

As políticas públicas, que é tema deste tópico, são concebidas por forças políticas, que foram escolhidas pelo povo, funcionam como instrumentos de ação, organizada por gestores públicos, que formulam ações, projetos, programas e diversas atividades que apresentam, geralmente, como finalidade a superação de uma ‘descontinuidade’ existente na sociedade civil e também no mercado.

1.8 Um olhar sobre a definição de Política Pública

O debate sobre políticas públicas, nas últimas décadas, reapareceu no universo da academia. De acordo com Souza (2006), o ressurgimento desse debate surgiu nos anos de 1980 graças a fatores como: o reequilíbrio fiscal, em especial, nos países em desenvolvimento; os impasses nos processos de criação de governos, principalmente nos países da América Latina, que fossem capazes de criar estratégias de crescimento econômico e de inclusão social. Outro autor que discute políticas públicas aponta que o debate sobre o tema permite “conhecer melhor como avançam as relações entre o Estado e a Sociedade em torno dos interesses que demandam regulações e ações do governo” (DUNCAN, 2010, p.187).

Os estudos sobre as políticas públicas surgiram nos EUA, como uma subárea da ciência política, que pretendia compreender as intenções do governo ao eleger alguma ação. Segundo Souza (2006), os intentos de unir os recursos científicos, que garantiria teoricamente, racionalidade às formulações e decisões do governo, surgiu durante a Guerra Fria, e posteriormente se estendeu as outras áreas.

São várias as definições de políticas públicas, Souza (2006) nos apresenta alguns: segundo Mead (1995) as políticas públicas são um campo de estudo, que está inserido na ciência política, que faz análises do governo à luz de grandes questões públicas; para Lynn (1980), o termo discutido aqui, seria um conjunto de ações de governos que apresenta resultados específicos; Peters (1986) diz que políticas públicas é a soma das ações dos governos, que influencia, direta ou indiretamente, a vida dos indivíduos; Dye (1984) apresenta a como aquilo que o governo delibera como sua ação de fazer ou não fazer.

Para Romero (2009) as políticas públicas podem ser compreendidas como ações ou propostas que visam ajustar os diversos problemas e contradições que as sociedades do tempo presente enfrentam. As políticas públicas são inseridas em processos conflituosos e objetivam, através do manejo dos recursos e oportunidades, solucionar e/ou minimizar os predicados do problema.

A utilização do conceito de políticas públicas, entendida nesta análise, será a que foi apresentada por Duncan “como o conjunto de ações desencadeadas pelo Estado (no caso brasileiro, nas escalas federal, estadual e municipal), com vistas ao bem coletivo” (DUNCAN, 2011, p.1) e a de Souza que define política pública, “como campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso de ações (variável dependente)”. (SOUZA, 2006, p.16).

Segundo Duncan (2011), as ações públicas podem assumir alguns rearranjos, ou seja, o governo pode criar estratégias de colaboração com organizações não governamentais, e também com a iniciativa privada, que são forças sociais que compõem o Estado.

Duncan (2011) e Souza (2006) apontam diversos autores que indicam uma diversidade nas formas das políticas públicas. A tipologia de política pública, proposta por Lowi (1964; 1972), é a que sustenta a discussão dos dois autores. Tal modelo enxerga a constituição das políticas sociais com diferentes mecanismos de apoio e de rejeição, e que as disputas em torno delas passam por diversos cenários da sociedade.

Sobre o Brasil, Duncan (2011), apresenta as categorias das políticas públicas, que seguem o modelo de Lowi (1972) que podem ser analisadas e que são aplicadas no país, são elas: distributivas, regulatórias, redistributivas e institucionais.

A primeira categoria, a distributiva, é a que possibilita o investimento de novos recursos de uma maneira que seja possível à repartição, criando assim uma relação de dependência. O autor recorre aos termos de Subirats e Gomà (1998), que diz que essa política criaria estruturas clientelísticas ou de patronagem e foi comum até o período que antecedeu a Constituição de 1988.

A categoria que segue é a regulatória, que eram elaboradas para supervisionar determinadas atividades. Segundo Duncan (2011), modelo dessa política acabava encaminhando os ‘ganhadores’ e os ‘perdedores’ de um determinado contexto. Essas ações estatais foram comuns no período pós- Constituinte, e não se seguiram por muitos anos seguintes.

Em terceiro encontram-se as políticas redistributivas, que são aquelas que de acordo com Souza (2006), alcança um número maior de pessoas e necessita que haja

perdas concretas a um prazo curto de tempo, para determinado grupo social, em função de possíveis ganhos para outros grupos, que se encontra em outro contexto social. Esse é um modelo de política, geralmente de alcance universal, que geram maiores conflitos, visto que os encaminhamentos para essas categorias encontram maiores obstáculos.

As políticas institucionais foram elencadas no quarto e último modelo das políticas públicas. Elas se relacionam com a aplicação dos direitos dos brasileiros e com as normas e a elaboração da prática política e governamental.

Cabe o destaque para uma característica importante sobre políticas públicas, como foi apontado por Bonnal e Kato (2012), as ações e/ou propostas, relacionadas às políticas públicas não são exclusivas do governo, podendo ser originadas e implementadas por organizações não governamentais e outros atores da sociedade civil.

Como bem atenta Duncan (2010) as políticas públicas não aparecem do nada. Elas se manifestam como resultado das relações de disputas pelo poder. As ações públicas voltadas ao desenvolvimento tem sido um dos principais vieses discutido sobre o tema política pública.

As estratégias do Estado, para garantir as funções que cabem a ele, têm sido reveladas principalmente através de ações e programas em diversas escalas. Na sociedade democrática brasileira, a inclusão de minorias étnicas tem sido um desafio para o governo federal. A promoção da autonomia dos grupos étnicos é o principal objetivo das políticas sociais, que tem sido implantada nos últimos anos. O tópico a seguir, discorre sobre as políticas de etnodesenvolvimento, uma abordagem desenvolvimento recente, que tem buscado alcançar os objetivos das políticas direcionadas aos grupos étnicos.

1.9 - Políticas de Etnodesenvolvimento

As políticas públicas diferenciadas para o mundo rural surgem a partir da década de 1990. De acordo com Bonnal e Kato (2012), pode-se dizer que até esse período, as ações do governo militar, que vigorou durante as décadas de 1960 a 1980 iam ao encontro de objetivos setoriais e agrícolas, de uma indústria agrícola e nesse sentido, a questão agrária e a agricultura familiar eram ignoradas.

O rompimento desse único modelo de políticas sociais ocorreu no final da década de 1980, durante o processo de redemocratização do país, no momento em que os movimentos sociais passaram a se articular com o campo e juntos reivindicaram nova fórmula estrutural para as políticas públicas, capaz de enxergar o rural, como “um espaço geográfico dotado de relações políticas, econômicas, sociais e culturais próprias, e que não se limitavam a aspectos setoriais” (BONNAL e KATO, 2012, p.22).

Nesse contexto, o reconhecimento da diversidade cultural que o rural possui, conquistou legitimidade nas ações públicas direcionadas a essa parcela da sociedade, para que fossem tratadas de formas específicas, em que o modo de vida do ‘sujeito rural’ fosse contemplado. A partir de então, as análises de políticas públicas de desenvolvimento não tem observado apenas os aspectos setoriais, tem se empreendido a “construção democrática de uma sociedade nacional” (DUNCAN, 2011 b, p.4).

As políticas de desenvolvimento de territórios rurais de grupos étnicos no Brasil têm sido avaliadas constantemente desde o início de suas formulações, por diversas instituições e órgãos responsáveis, numa tentativa de contribuir para efetivar suas

especificidades. No Brasil, os dois grupos étnicos que se destacam são os indígenas e os remanescentes quilombolas.

As ações em prol as comunidades indígenas ‘acontecem’ há algumas décadas, desde a criação da Secretaria de Proteção aos Índios (SPI) em 1910, e que no ano de 1967 se transformou na Fundação Nacional do Índio - FUNAI, enquanto isso, as políticas sociais para as comunidades remanescentes quilombolas só ganharam força com o apoio do movimento negro, e foram criadas no final da década de 1980, junto com a promulgação da Constituição de 1988.

As políticas para grupos étnicos podem ser enquadrada no modelo de políticas institucionais, uma vez que os princípios de suas diretrizes são sustentados na garantia dos direitos de cidadãos. Essas políticas ‘partem de institucionalidades criadas pelo Estado para organizar a ocupação e uso dos recursos territoriais e de “desenvolvimento”, quando se conjugam políticas públicas e sociais em torno de objetivos comuns, como a melhoria dos níveis de vida da população’ (DUNCAN, 2011, p. 3).

1.10 - Programas Brasil Quilombola

As políticas sociais para esses grupos têm sido formuladas através de programas, geralmente em nível federal, como é o caso do Programa Brasil Quilombola¹⁰, que surgiu em 2004, como uma política federal para comunidades remanescentes de quilombo do país, que abrangia ações em parceria com diversas instituições governamentais. O objetivo do PBQ era consolidar o marco da política de Estado para as áreas quilombolas.

Esse programa foi organizado em quatro eixos: regularização fundiária, infraestrutura e serviços, desenvolvimento econômico e social e controle e participação social. A racionalização dos recursos naturais na construção de ações com finalidade de aumentar a competitividade nas estruturas produtivas, o incentivo dos governos estaduais e municipais no incentivo aos acessos das políticas públicas e a participação dos quilombolas nos debates constituíam as diretrizes do programa.

O programa atualmente é coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, que atua em parceria com outros 11 ministérios (Casa Civil da Presidência da República/ Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, e INCRA/ Ministério de Desenvolvimento Social e combate a Fome – MDS/ Ministério da Cultura e FCP/ Ministério das Cidades/ Ministério da Educação – FNDE/ Ministério da Saúde/ Ministério do Trabalho e Emprego/ Ministério da Integração Nacional/ Ministério de Minas e Energia) constituindo o seu comitê gestor.

O relatório sobre a gestão de 2012 indica que até dezembro, 2040 comunidades foram certificadas e 207 foram tituladas, além disso, foram decretados 53 Declarações de Interesse Social de Territórios Quilombolas. A SEPPIR, repassou para o INCRA

¹⁰ Para outras informações sobre o Programa Brasil Quilombola acessar: <http://www.seppir.gov.br/acoes/pbq>.

R\$1,183 milhão para agilizar a elaboração do RTID, que beneficiará 26 comunidades quilombolas.

No eixo que trata sobre a infraestrutura e a qualidade de vida, que visa superar as situações de vulnerabilidade social, o relatório aponta as ações da FUNASA, que é um órgão que trata do saneamento em municípios com até 50.000 habitantes e às áreas rurais de todos os municípios brasileiros, e que pretende alcançar 375 comunidades quilombolas e inserir obras de saneamento. Em 2012, 123 comunidades foram beneficiadas pelo Programa Água para Todos, com serviços de abastecimento de água e perfuração de poços para a implantação de sistemas simplificados.

O programa Minha Casa Minha Vida, alcançou as famílias quilombolas. Segundo dados do PBQ 2.868 moradias foram construídas, e prevê a construção de mais 2.049 habitações. Além disso, até 2012, 26.345 domicílios quilombolas foram contemplados com o Programa Luz para Todos, as famílias quilombolas inscritas no CadÚnico tem direito a tarifa social de energia elétrica, que reduz ou isenta o pagamento da conta de luz de famílias carentes.

Outras iniciativas como a inclusão digital, contemplaram 64 quilombos com equipamentos de um telecentro. A construção de estradas, açudes e abrigo de ônibus, são ações que visam aumentar a integração das comunidades quilombolas.

Em relação ao desenvolvimento local e a inclusão produtiva, surge como primeiro tópico deste eixo a assistência técnica e a extensão rural, objeto de análise. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem sido responsável por promover o desenvolvimento etnosustentável das comunidades quilombolas, criando condições para a diversificação da produção, e também beneficiando e comercializando esses produtos. Tem se investido no fortalecimento da organização quilombola, para que eles possam assumir a gestão do território, utilizando os saberes tradicionais.

Além disso, o MDA desenvolve o Projeto de Articulação e Acesso das Comunidades Quilombolas às Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural nos Territórios da Cidadania, que tem como foco principal potencializar o etnodesenvolvimento nos quilombos, que se encontram localizados nos Territórios da Cidadania, inserindo-os socialmente, elaborando instrumentos de autonomia e articulando as ações governamentais para o desenvolvimento rural.

Esse eixo conta com o Programa Brasil Local – Economia Solidária, que é desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, incentivando práticas sustentáveis, na lógica da própria comunidade, potencializando os recursos endógenos. De acordo com dados do Relatório de 2012 do PBQ, entre os anos de 2010 e 2012, investiram-se mais de R\$1,7 milhões, beneficiando 7,5 mil famílias quilombolas.

O relatório indica que foram comercializados 3.553 toneladas de alimentos em 2012, através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e foram repassadas às comunidades um valor de R\$7,4 milhões, oriundos dessa troca. Indica-se também que aumentou o número de agricultores familiares quilombolas para 1652 famílias. Além disso, em 2010 foi criado o Selo Quilombos do Brasil para acompanhar o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF), que visa atribuir uma identidade cultural nos produtos quilombolas, a partir do resgate histórico dos modos de produção e da relação da comunidade com determinada atividade produtiva. A

distribuição de sementes para as comunidades quilombolas visando a promoção da segurança alimentar e nutricional tem sido uma das ações do PBQ.

No eixo direito e cidadania, as ações do PBQ tem por objetivo principal garantir os direitos das comunidades quilombolas. E nesse sentido, a Fundação Cultural Palmares, tem garantido assistência jurídica, nos casos de violência de direitos e proteção dos direitos humanos. Há um investimento na formação de defensores públicos para direitos de comunidades tradicionais.

Tem se criado pontos de leitura, em que é recuperada a literatura afro. Políticas na área da saúde tem sido alvo das ações do Estado. O PBQ conta com políticas que tem incentivada a Educação Quilombola, visando resgatar a história, vivência, tradições, cultura e inserção no mundo do trabalho.

As ações que constituem esse programa, tem por objetivo a promoção do (etno) desenvolvimento nas comunidades remanescentes quilombolas, entretanto, diferente das outras políticas públicas de desenvolvimento, que o governo federal tem implementado no território nacional, essa tem buscado reconhecer a especificidades do grupo, seu modo de vida e dessa formar criar os instrumentos fundamentais para a autonomia do grupo.

A questão que nos últimos anos é evidenciada nas políticas institucionais para esses grupos diz respeito à consolidação das ações públicas voltadas à questão da terra, e o processo de titularização, em especial para as comunidades quilombolas. Isso ocorre, em primeiro lugar, em função da diversidade histórica nos processos de formação desses espaços, em segundo lugar, pela morosidade das instituições responsáveis, em elaborar estratégias para a regularização das terras. O processo de titulação e reconhecimento da legitimidade da posse da terra tem dificultado a inserção das ações de desenvolvimento.

Diversas organizações não governamentais junto com os movimentos sociais e também com algumas universidades, tem se esforçado em criar instrumentos para que o processo de articulação e organização desses grupos se amplie, pois de acordo com Verdum (2002), essas comunidades étnicas passaram a ser reconhecidas pelas agências multilaterais, como sujeitos políticos e atores gestores do desenvolvimento territorial. As medidas compensatórias do governo, não tem sido eficientes, no sentido de contribuir para a fomentação de oportunidades, para grupos tradicionais.

1.10.1 - Plano Brasil sem Miséria

O lançamento Plano Plurianual 2012-2015 inclui as comunidades remanescentes de quilombo no eixo 'Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial' do Plano Brasil sem Miséria. Esse eixo é coordenado pela SEPPPIR, que assume a tarefa de monitorar e avaliar as ações governamentais em comunidades remanescentes de quilombo.

Segundo dados do MDS, 75% das famílias quilombolas, encontram-se abaixo da linha da pobreza. O PBQ, neste sentido, contribui com as iniciativas para a superação da miséria, através de suas ações. No ano de 2012, ficou estabelecido a parceria entre a SEPPPIR, o MDS, o MDA, o MEC e MINC, e que através da Fundação Cultural Palmares, articulará junto ao Plano Brasil sem Miséria, e envolverão ações de inclusão

produtiva, acesso à água, ampliação do Programa Bolsa Família, regularização fundiária e outros.

A formulação de ações desenvolvimentistas, com um caráter mais humanístico e multicultural, para as comunidades étnicas no Brasil, de fato tem ocorrido. O discurso sobre a avaliação oficial do programa indica que as metas têm sido alcançadas, principalmente quando se criam parcerias entre as instituições, nas diferentes escalas.

1.11 - de Assistência Técnica e Extensão Rural para Comunidades Quilombolas e a contribuição para o Etnodesenvolvimento.

A prática da assistência técnica e da extensão rural (Ater) no Brasil, desde a década de 1970, vem sendo aplicada como um instrumento para a promoção do desenvolvimento rural no país. Entretanto, o modelo de ater criado nesse período, visava à modernização do campo, através da inserção de tecnologias importadas. Porém, essa estratégia de desenvolvimento para o meio rural, apresentou alguns resultados negativos, que ao invés de superar miséria da zona rural, agravou ainda mais as diferenças socioeconômicas entre a cidade e o campo.

De acordo com Caporal (2003), a revolução verde iniciou-se com a implantação de um pacote tecnológico de sementes e de um conjunto de mecanismo agrícolas, na década de 1950, fundamentais para o sucesso produtivo das novas culturas. Esses pacotes de tecnologias foram importados pelo governo brasileiro, intensificamente, a partir dos anos de 1970, no período da ditadura civil militar. Esse período foi caracterizado pela forte industrialização da sociedade brasileira. Uma das justificativas para esse processo de mecanização acelerada foi à necessidade dos militares ganharem apoio das classes burguesas e dos industriais.

O desenvolvimento rural na Revolução Verde foi entendido como um conjunto de ações a qual se submetiam os agricultores, adotando técnicas modernas, com a mecanização nos processos de manejo e uso dos insumos, sem identificar as especificidades e demandas dos diferentes 'rurais' que existem no Brasil. Ou seja, os grandes proprietários de lavouras de monocultura, foram os principais beneficiados com o modelo de transferência de tecnologia.

A forma que se construiu os programas de ater ao longo das décadas seguintes, recebeu muitas críticas, como a de Caporal (2000), Costabeber (2000), Ehlers (1999), visto que era uma prática difusionista e verticalizada e não existia menor indicação para valorização do saber local. Neste sentido, a realidade do pequeno agricultor era ignorada, a mecanização do espaço rural foi benéfica, especialmente, para latifundiário que aperfeiçoou a produção agrícola em suas propriedades, diminuindo a mão-de-obra e aumentando a produção e conseqüentemente elevando a comercialização dos gêneros agrícolas.

Porém, desde a década de 1980, quando surge o debate, nos espaços acadêmicos e políticos, sobre a funcionalidade da ater convencional, diversos cientistas apontaram os impasses que esse modelo tem levantando, para o desenvolvimento rural. Uma nova abordagem de ater, baseada na participação e na construção coletiva do saber, passou a orientar os movimentos sociais do campo.

No início dos anos 2000, depois de um longo período de ausência de diálogo com os movimentos sociais e outros setores da sociedade civil, exceto os latifundiários

e os empresários agrícolas, uma nova política Ater foi pensada, através de uma proposta baseada na agroecologia¹¹, que visa romper com os equívocos da antiga prática de assistência e extensão. A sustentabilidade socioambiental na agricultura é o que tem orientado as novas políticas de Ater do Estado, identificando e reconhecendo, no plano teórico.

1.12 - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A prática de Ater pode ser considerada com um mecanismo para promover a reforma agrária no Brasil, visto que alguma das propostas da assistência técnica é criar condições para o aumento da produtividade agrícola, seja para subsistência e garantir o aumento da segurança alimentar ou para a comercialização e geração de renda.

Na segunda metade do século XX, na década de 1970, o governo brasileiro importou uma ‘pacote’ de tecnologias para a agricultura, esse processo ficou conhecido como “Revolução Verde” e tinha por princípio a função de modernizar tecnicamente a agricultura brasileira. De acordo com Navarro (2001) o conceito de ‘desenvolvimento’ no pós II Guerra tinha caráter de modernização tecnológica, e a mecanização do campo era entendida como a promoção do desenvolvimento rural.

A estratégia de modernização do campo, a fim de integrar a agricultura brasileira ao mercado internacional, de fato contribuiu para o sucesso dos empreendimentos agrícolas da época. Porém, a questão que se levantou posteriormente é que as novas tecnologias não poderiam ser incorporadas e /ou inseridas na totalidade do rural brasileiro, visto que esse possui diversas facetas. Como nos revela Navarro (2001) a Revolução Verde acabou provocando a racionalidade produtiva, mercantilização social e perda da autonomia dos diversos grupos rurais. O pensamento que se tinha era o seguinte: criando condições técnicas para o aumento da produtividade, a renda familiar aumentaria, criando condições para a melhoria de vida da população rural.

A produção da família camponesa, geralmente, era voltada para a subsistência e os padrões e as ferramentas, para o benefício da agricultura, que estavam inseridos nesse ‘pacote’ não atendiam as demandas da família rural. Ou seja, os avanços tecnológicos beneficiaram economicamente apenas uma elite agrária, que conseguiram integrar sua produção agrícola numa esfera além do local.

A percepção do sucesso parcial da ater, fundamentada na transferência dos pacotes de tecnologias, provocou a reflexão dos agentes e atores que estão ligados diretamente a essa temática. E em meados da década de 1980, iniciou-se um processo de reflexão, junto com os movimentos sociais, a respeito de se pensar uma melhor ação extensionista.

Foi nesse contexto, ora de disputas, ora de diálogos, que se pensou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. Lançada no ano de 2004, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, a PNATER propôs uma assistência

¹¹ Diversos são as definições para tal termo, visto que se encontra em processo de construção, muitos deles se complementam. De acordo com ALTIERI (s/d) basea-se no estudo de sistemas agrícolas com perspectivas ecológicas e socioeconômicas; para CAPORAL e COSTABEBER (2000) trata-se de um processo multidimensional, orientado para ecologização das práticas agrícolas no manejo das culturas agrícolas; para GUSMÁN (1997) a agroecologia surge como um agente provedor de um padrão justo e prudente do desenvolvimento.

técnica baseada nos princípios da agroecologia, fomentando ações de estímulo a participação do agricultor, a construção em conjunto do saber e priorizando a sustentabilidade ambiental nos processos de desenvolvimento.

A elaboração da PNATER permite evidenciar que o Estado tem assumido um papel inovador no que tange ações de ater, rompendo com o modelo clássico, em que prevalece o conhecimento técnico-científico, como o exclusivo e decisivo, e que também o que apresenta o crescimento econômico, através do aumento da produção e comercialização de gêneros alimentícios, como uma das metas norteadoras das ações de ater.

A PNATER, de acordo com Caporal (2007), está orientada para o desenvolvimento local, colocando o agricultor como protagonista das ações de ater. O desenvolvimento local é socialmente e economicamente equilibrado, além de ambientalmente sustentável, reduzindo, ao máximo, os impactos negativos nos modos de vida e nos recursos naturais disponíveis. A compreensão do que é a agricultura é bastante complexa e diversificada, no entendimento dos formuladores da PNATER e por isso há necessidade de uma metodologia específica para alcançar as diferentes identidades que constituem o espaço rural no Brasil, e por isso os processos de comunicação é horizontal e a educação é democrática e participativa.

Os princípios que constituem a PNATER são os seguintes:

- Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aqüiculturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar;
- Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares e demais públicos descritos anteriormente, na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais;
- Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia;
- Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações;
- Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando à formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável. (MDA, 2004, p.6-7).

A preocupação com a garantia que os serviços das empresas de Ater alcance os agricultores familiares aparece em primeiro lugar. Em relação a ater convencional pode-se afirmar que durante o período que ela prevaleceu, o pequeno agricultor não foi contemplado com os programas de assistência técnica, visto que o nível de burocracia e

a ausência de informação no campo limitaram diversas comunidades rurais de terem acesso ao crédito rural, por exemplo. Outro elemento presente exposto nos princípios da PNATER é o reconhecimento de povos étnicos e tradicionais, como grupos que constituem o pequeno campesinato, que utiliza na maioria das vezes a agricultura de subsistência.

Outro aspecto que merece destaque nos princípios da PNATER é o reforço à autonomia dos agricultores familiares, enfatizando os processos internos de desenvolvimento. Ao contrário do antigo modelo de ater, que introduzia tecnologias e técnicas de uso e manejo de uma cultura, com a finalidade da produção agrícola ali estabelecida apenas abastecer o mercado externo, sem incentivos a capacitação técnica, no sentido mais amplo e total ausência de melhoria na vida cotidiana dos jovens rurais, que acabavam migrando para os centros urbanos.

A interdisciplinaridade e a multidisciplinariedade da abordagem da nova ater é outro fator limitante entre a ater convencional e a ater agroecológica. Outras disciplinas passaram a ser exploradas, por exemplo, a história dos grupos de agricultores, aspectos da religião, também é enquadrada nesse novo modelo de análise. Foi fundamental que a nova PNATER valorizasse a relação entre elementos simbólicos e técnicos agrícolas do agricultor familiar, pois dessa forma é possível que a construção do saber e os processos de comunicação funcionem.

A participação social, na busca de cidadania é algo que se revela como uma das principais características dessa abordagem de ater agroecológica. As organizações dos produtores rurais sejam em associações de moradores ou em assembleias, a fim de deliberarem quais são as reais demandas da comunidade tem facilitado as ações dos extensionistas, que chegam a comunidade, de certa forma conhecendo a realidade do grupo.

Outro princípio da PNATER, que se deve comentado nas análises de tal política, é o processo educativo, baseado no diálogo, com uma perspectiva mais humanística e que vise à construção do saber em parceria do extensionista e do agricultor familiar, sem que haja a prepotência de um técnico em apontar de forma vertical os possíveis equívocos de um agricultor familiar, em relação ao uso e manejo dos recursos ambientais.

Os princípios da PNATER de fato são baseados nos princípios de agroecologia e o Estado brasileiro na última década tem direcionado ações que vão ao encontro dos pequenos agricultores familiares. Os entraves, principalmente, graça a uma bancada ruralista, que privilegia o grande proprietário, existem, mas tem nota-se que a indicação de um modelo alternativo para agricultura encontrou-se na agenda, e pode-se dizer que ainda se encontra do governo passado e o atual.

Essas diretrizes são frutos de um projeto político que pretendia a reforma agrária. Nesta perspectiva o desenvolvimento econômico e social, através dos serviços de ater se revelariam como base para essa mudança na estrutura agrária do país. Criando condições de melhorias técnicas no campo, expandindo e fortalecendo a agricultura familiar, diminuir o êxodo rural, da juventude camponesa e prover o que for preciso para o alcance da autonomia do rural.

1.13 – Contexto atual da PNATER em Comunidades Remanescentes de Quilombo

A maioria das comunidades remanescentes de quilombo encontra-se na zona rural do país. Apresentam um alto nível de pobreza, e ausência e/ou precariedade de infraestrutura. O conservadorismo e uma política neoliberal nos anos de 1990, explicam em parte o insucesso dos processos de reconhecimento e titulação das comunidades remanescentes de quilombo, travando as ações sociais que visam à superação da miséria. Entretanto, a partir do início dos anos 2000, houve uma clara mudança de eixo nas políticas sociais.

A prática agrícola encontra-se presente em grande parte das comunidades quilombolas, ora como um recurso para a subsistência, garantindo a segurança alimentar da população, ora como uma fonte geradora de renda para a permanência material do grupo na sociedade moderna. A atividade na agricultura, também é um fator que contribui para o fortalecimento da identidade.

Os programas de assistência técnica e extensão rural que passaram por uma reformulação, atualmente, concebem o modo de vida dos agricultores quilombolas de uma maneira particular. Nesse sentido, a PNATER tem garantido em seu manual, uma ater diferenciada para a promoção do desenvolvimento territorial e fortalecimento da identidade quilombola.

Desde o lançamento da PNATER, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tem financiado projetos de assistência técnica e extensão rural para povos indígenas. Para famílias de agricultores assentados, o governo federal, também tem desenvolvido políticas de ATER específicas, através do próprio PNATER e também com a elaboração do programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES). Entretanto, para comunidades remanescentes de quilombo, que também é elencada como uma das beneficiárias da PNATER, as ações só passam a ocorrer a partir do ano de 2012.

Um dos grandes obstáculos na formulação de políticas de ATER para grupos étnicos, tem sido a ausência de profissionais capazes de reconhecer as peculiaridades de tais grupos. Infelizmente, não somente para esses, há falta de sensibilidade para tratar de modos de agriculturas que são praticados nas comunidades ou aldeias, mas também nos assentamentos da reforma agrária, como nos aponta Da Ros e Peccin (2012).

Em janeiro de 2010, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural se estabeleceu na Lei nº 12.188, a Lei de Ater, que sustentado no princípio da equidade de gênero, geração, raça e etnia, inclui em seu artigo 5º, os remanescentes de quilombo como um grupo dos beneficiários. É possível que essa mudança na configuração da PNATER, tenha surtido algum efeito nas ações do MDA em relação à assistência técnica para comunidades remanescentes quilombolas.

No ano de 2011, ocorreu a primeira Chamada Pública, para a contratação e execução de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, para família quilombolas. Tal chamada faz parte do Plano Brasil sem Miséria. Essa ação inicial pretende contemplar famílias, que se encontra em situação de vulnerabilidade social, nos estados do Pará, Maranhão, Espírito Santo, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. A única exigência, que constava na chamada, para que tais comunidades sejam beneficiadas, é que elas apresentem uma Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

De acordo com o documento oficial, da chamada, 5520 famílias quilombolas serão assistidas por esses técnicos, objetivando a inclusão produtiva e social dessas comunidades. Cinco estados (PA, MA, PE, BA, MG) foram selecionados, pois apresentam a maior concentração de comunidade quilombolas certificadas e/ou tituladas no Brasil, enquanto as comunidades do Espírito Santo foram escolhidas depois que se analisou um relatório da Comissão Especial de Acompanhamento e Apurações de Denúncias Relativas à Violação do Direito Humano à Alimentação Adequada, em que ficou constatado a violação deste direito no Território Sapê do Norte¹². Abaixo segue uma tabela, extraída do edital da chamada, que identifica as comunidades beneficiadas.

No segundo mês do ano de 2012, ocorreu o 1º Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que objetivava mobilizar as lideranças quilombolas, para a Primeira Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Extensão Rural (Cnater), que foi realizada no mês de abril do mesmo ano. Segundo fontes do MDA, o evento uniu 50 participantes na capital federal, para a discussão do tema.

A Cnater foi um evento realizado pelo MDA em parceria com Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), junto com o Comitê Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (CNATER) e o apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No evento, os remanescentes de quilombo apresentaram como proposta a capacitação dos próprios moradores das comunidades, além disso, propuseram a criação de uma rede nacional de ATER quilombola.

É perceptível que o governo nos últimos anos, como nos revela Da Ros, a respeito das políticas de extensão rural para assentamentos das reforma agrária, tem reavaliado as ações de ATER e neste sentido, tem ampliado as políticas de fortalecimento da agricultura familiar. Cabe enfatizar a condição camponesa das comunidades tradicionais, que assumem o modelo da agroecologia, na maioria das vezes, como a principal fonte geradora de renda.

Em outubro de 2012, houve outra chamada para a contratação de técnicos e extensionistas rurais para estarem atuando em comunidades remanescentes de quilombo nos estados de Alagoas, Goiás, Maranhão, Piauí e Pará. As comunidades quilombolas, nessa chamada, foram agrupadas em nove territórios e corresponde aproximadamente a 4500 famílias quilombolas.

Cada território quilombola contará com a presença de 15 técnicos, sendo que necessariamente, o coordenador de cada equipe era obrigado a ter ensino superior. Além disso, foi determinado na chamada pública, que 80% dos extensionistas deveriam ser da área das ciências agrárias, enquanto 20% das ciências humanas.

Essas chamadas para assistência técnica e extensão rural, depois de um longo período de inexistência prática, são frutos das ações de inclusão produtiva rural do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria, e também se insere no eixo do desenvolvimento local e inclusão produtiva do Programa Brasil Quilombola.

¹² O Território Sapê do Norte compreende dois municípios da região norte do Espírito Santo: Conceição da Barra e São Matheus.

Nota-se a intenção do governo federal em promover o desenvolvimento local dessas comunidades através da inclusão produtiva, e por isso as ações de ater são fundamentais, pois nos processos de comunicação/extensão é possível identificar os potenciais de um grupo e assim pensar na melhor estratégia para o desenvolvimento rural.

A reestruturação na política brasileira, nos anos finais da década de 1980, nos permite afirmar que se tem avançando no que tange a políticas sociais para as minorias. Entretanto, a governabilidade de alguns atores políticos tem colocado em cheque as conquistas dos movimentos sociais.

A luta pela terra é um dos grandes estraves que ainda existe no país. As contradições entre o latifundiário e o agricultor familiar, ainda permanecem em nosso meio de forma bastante explícita.

A reforma agrária institucionalizada foi pensada ainda no governo militar, mas não apresentava um projeto político de transformação na estrutura agrária do nosso país. Atualmente, um conjunto de fazendeiros e proprietários de terras, constituem os espaços de representação política, articulando as ações do governo em prol da permanência da atual distribuição de terra, enraizando ainda mais as diferenças entre o campo e a cidade.

Nos últimos dez anos, as ações do governo, mesmo com algumas coligações, às vezes incoerente, tem buscado reverter esse quadro que se encontra o meio rural no Brasil. E as mudanças na orientação da ater, podem ser consideradas uma amostra desse esforço de transformação.

Porém, os esforços podem e devem ser intensificados, a fim de que se promova o desenvolvimento territorial nos espaços rurais, através da agricultura familiar, baseada nos princípios agroecológicos. A partir do momento que a PNATER foi instituída como lei, um grande passo se deu no processo de expansão desse modelo de agricultura.

O reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo como um grupo étnico e tradicional e que possui demandas próprias indica o sucesso parcial dos movimentos sociais diante as representações mais conservadoras do cenário político. Ainda é cedo para avaliar as ações da PNTER Quilombola, entretanto, as chamadas públicas e os processos de formação dos técnicos e extensionistas para estarem atuando nas comunidades quilombolas, revela-se como um instrumento para o sucesso total das políticas públicas de desenvolvimento rural em grupos étnicos.

CAPÍTULO II – QUILOMBOS: CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA E DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A história do negro no Brasil, geralmente, associada à escravidão tem sido revisitada constantemente pelos intelectuais. Diversas pesquisas sobre o tema têm ocupado os centros de pós-graduação das ciências humanas. A resistência ao sistema escravista tem indicado o papel ativo negro nos processos sociais.

A escravidão no Brasil durou mais de três séculos e pode-se afirmar que o sistema econômico, baseado na mão-de-obra escrava e no latifúndio, favoreceu a extensão dessa forma de dominação, sendo a última ex-colônia na América a romper com esse modelo de produção. A maioria dos escravizados era originária das diversas regiões do continente africano e no Brasil eram obrigados a se estabelecerem nos engenhos de cana, nas fazendas de café e no trabalho doméstico da Casa-Grande.

A opressão e a violência, que prevaleceram nesse período, é uma mancha na história do Brasil. As técnicas e práticas utilizadas pelo latifundiário para manter controle sobre o cativo acontecia de forma cruel. Entretanto, as pesquisas historiográficas passaram a identificar e reconhecer a existência da resistência escrava de muitas formas: a fuga, o suicídio, o boicote na produção e a formação dos espaços tratados como quilombolas.

O presente capítulo encontra-se estruturado da seguinte forma: inicialmente se faz um resgate sobre a constituição dos quilombos na história; em seguida, busca-se indicar o processo de ressignificação do termo ‘quilombo’ nos campos jurídicos e políticos, além do acadêmico, no tempo presente; pretende-se revelar a constituição das comunidades remanescentes de quilombo, enquanto campesinato, visando justificar a necessidade de políticas públicas para esse grupo.

2.1 – Os quilombos históricos

Sujeito de sua própria história, o negro escravizado contribuiu para o declínio do sistema de produção operante na época e devido a pressões internacionais, principalmente por parte da Inglaterra, que buscava expandir seu mercado de matéria-prima e de consumidores de produtos industrializados, no ano de 1888, é concedida a ‘liberdade’ a esse grupo que passou a viver na margem da sociedade brasileira.

Souza (2007) expõe que para além da questão racial, a marginalização do negro ocorreu graças ao ‘abandono’, por parte do Estado, do ex – cativo, que ficou vulnerável socioeconomicamente no Brasil republicano. Nesse contexto, as características organizativas que eram exigidas na sociedade, não pertenciam a esses libertos. “A ânsia em liberta-se das condições humilhantes da vida anterior, tornava-o, inclusive, especialmente vulnerável a um tipo de comportamento reativo e ressentido em relação às demandas na nova ordem” (SOUZA, 2007, p. 155).

Para além dos espaços de resistência escrava, os quilombos foram formados a partir de diversas combinações: doações de propriedade de ex-senhores falido, como forma de pagamento por algum serviço prestado ao Estado, além da ocupação de áreas sem demarcação, até então. O viés que primeiramente concebeu o conceito de ‘quilombo’, apresentava-o como um espaço isolado de fuga de cativos, no período da história brasileira, em que prevalecia o sistema escravocrata.

Na quarta década do século XVIII, o Conselho Ultramarino¹³ definiu ‘quilombo’ como *toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles*. Essa significação da categoria ‘quilombo’ prevaleceu até meados do século XX, e ainda permanece no imaginário de grande parte da população. A maioria dos registros sobre ‘quilombos’, ainda no período da escravidão, são encontrados em inquéritos policiais, visto que os escravizados viviam a margem da sociedade e conseqüentemente, qualquer forma de inclusão e educação formal estava fora do seu alcance e neste sentido ficaram isentos de deixar registros escritos sobre sua história.

Almeida (1998) indica que prevaleceram na história cinco características que definiram um quilombo: a ideia da fuga; uma quantidade mínima de fugidos; o isolamento geográfico; a configuração de um rancho e a existência de ‘pilão’ na comunidade de fugidos, que representava a capacidade de autoconsumo e capacidade de sobrevivência.

Com o fim da escravidão e a proclamação da República, no final do século XIX, o tema que se torna presente nos debates entre os intelectuais é sobre a maneira que se construiu o Estado brasileiro, em todas as escalas políticas, econômicas, culturais e sociais. E o papel do negro na formação da nação brasileira, passa a ser retratada limitadamente, associando exclusivamente a mão-de-obra escrava.

A limitação de fontes e documentos, na perspectiva do escravo, sobre a escravidão, gera lacunas na história. Na realidade o trabalho dos autores que pretenderam esboçar um panorama da construção do Brasil, enquanto nação baseou-se num discurso oficial que tentava redimensionar o fenômeno da escravidão.

Em outros escritos, evidenciei que “as discussões procuravam destacar o caráter bom ou ruim da escravidão, graças a características patriarcais e paternalistas encontradas nas relações entre senhores e escravos” (MENDES, 2011). Um dos autores que apresenta tais aspectos é Gilberto Freyre, especialmente em *Casa-Grande e Senzala*. Já na segunda metade do século XX, alguns sociólogos, como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, publicam materiais que evidenciavam o caráter cruel e violento, rompendo com a interpretação passiva e submissa do negro escravizado.

2.2 – Resignificação dos quilombos

Os estudos sobre as comunidades remanescentes de quilombo, nos dias atuais, tem ganhado bastante relevância, tanto na academia, quanto na política. As vertentes de análise desse grupo são bastante interdisciplinares, desde o estudo histórico da formação e continuidade desses territórios no pós-abolição até os estudos sobre o manejo sustentável agroecológico dos recursos naturais, presentes na maior parte desses povoamentos.

O’Dwyer (2002) afirma que o estudo da categoria ‘quilombo’ permaneceu durante muito tempo exclusivo de historiadores e especialistas, que buscavam através dos documentos, reinventar e/ou resignificar novas abordagens e interpretações no processo de formação do Estado brasileiro.

¹³ Órgão da Coroa Portuguesa para tratar assuntos da Administração da Fazenda, do controle marítimo, do provimento de ofícios de Justiça e da Fazenda, e assuntos relacionados a guerra.

A reformulação na percepção do fenômeno da escravidão orientou também um novo olhar sobre a constituição das comunidades quilombolas. E a partir da década de 1950, outros autores vão contextualizar os quilombos como locais para além de um espaço de fuga.

Ramos (1953) e Carneiro (1957) são autores que entende os quilombolas numa perspectiva mais culturalista. Para esses autores “a organização social dos aquilombados era identificada a um esforço ‘contra-aculturativo’, numa resistência à ‘aculturação’ europeia a que eram submetidos os escravos nas senzalas” (REIS e GOMES, p.09, 1996). A perspectiva desses autores é de que dentro das comunidades quilombolas, os escravos e ex - escravos pretendiam reconstruir as sociedades ancestrais da África, não apresentando e nem comentando a diversidade das relações entre escravos e sociedade colonial, de corte e imperial, além de não especificar o modo que os escravos se apropriaram da terra.

Na década de 1960, outro autor que se destacou nas discussões sobre a constituição dos quilombos no Brasil foi Moura. Esse autor apresentava um viés materialista, enxergando os quilombos como uma negação, conscientes ou não, ao regime escravista.

Uma parte desses elementos escravos, mesmo sem conscientização do processo e sem possibilidade de autoconsciência social, era já para si, criava barreiras defensivas ao sistema, organizava-se contra o mesmo. Outra parte dos escravos, no entanto, vivia prostrada sob o complexo escravista, não tinha óptica para ver sequer a sua situação imediata, o que levaria à rebelião, era ainda componente de uma classe em sim, simples objeto do fato histórico. (MOURA, p.272, 1959).

Outros historiadores a partir da década de 1980, se alinhando com os movimentos sociais e outras perspectivas das ciências sociais, passaram a entender a formação dos quilombos como um “processo de construção de novas instituições, culturas e relações sociais” (REIS e GOMES, 1996, p.10).

A permanência, no pós-abolição, dos ex-escravos nas propriedades abandonadas e/ou ocupadas, fez emergir um êxodo urbano de famílias afrodescendentes que passaram a constituir comunidades negras rurais. De acordo com Fiabani (2008), o uso da terra, em sua maioria, ocorria de forma coletiva e isso impediu que fosse dividida, além disso, evitou-se que houvesse a dispersão das famílias de ex-escravos, fortalecendo a barreira contra agentes externos que perseguiram tais grupos.

A ampliação no conceito histórico sobre as comunidades remanescentes quilombolas e a constituição desses grupos no pós-abolição, de tornaram alvos de pesquisas acadêmicas a partir da década de 1970. De acordo com Fiabani (2008) as primeiras análises desses territórios foram em comunidades localizadas em Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo. A articulação do movimento negro e do movimento do campo, junto com acadêmicos, criaram condições para dar voz à questão das comunidades negras rurais, que passaram a se identificar como quilombolas.

O movimento negro no Brasil se revelou no Estado Novo, através da criação da Frente Negra Brasileira, no primeiro ano da década de 1930, e reivindicava principalmente trabalho e outros direitos básicos a qualquer cidadão brasileiro. Já o movimento no campo no Brasil, desponta com destaque, no cenário político,

principalmente na metade da década de 1950, no governo JK, com um campesinato que se organizavam na busca pela garantia dos direitos fundiários.

2.3 – Quilombos e disputas políticas jurídicas

No ano de 1964 houve o golpe militar no Estado brasileiro, instaurando um período de ditadura civil militar no país. Nesse contexto, os movimentos sociais foram perseguidos, e nada se avançou nos processos de reafirmação dos direitos quilombolas e de diversas minorias que pleiteavam uma atenção do Estado.

Duas décadas posterior ao ‘silêncio’ político que vigorou na nação brasileira, iniciou-se o processo de reconstrução democrática e participativa da política nacional. No ano de 1988, foi promulgada uma nova Constituição, que continham elementos das demandas dos grupos organizados brasileiros. Durante a Assembleia Constituinte o movimento quilombola se colocou nas discussões, com o apoio de base do movimento negro e o movimento camponês, e garantiu a legitimidade de propriedade fundiária e o reconhecimento como um grupo étnico, que possuem especificidades.

O texto incluído na Carta, através do Artigo 68 do ADCT, dizia o seguinte: “Aos remanescentes das comunidades de quilombo que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. (CONSTITUIÇÃO, 1988).

A promulgação da Constituição, em 1988, coincidiu com o centenário da abolição da escravidão, nesse momento histórico, o movimento negro passou a se colocar mais firmemente na luta pelos direitos, visto que o cenário político era favorável ao reconhecimento da multiculturalidade do Brasil. Os legisladores apresentaram o Artigo 68 ADCT e os grupos organizados interessados no tema, perceberam que o dispositivo reduzia os territórios quilombolas, identificando-os apenas como comunidades negras formadas por escravos fugidos, percebiam os quilombos como um monumento histórico.

A partir desse período, outra batalha iniciou-se: a interpretação jurídica do termo ‘quilombola’. As instituições superiores do direito no Brasil se viram obrigadas a estabelecer critérios mais precisos para definir uma comunidade remanescente de quilombo, os historiadores, antropólogos, sociólogos, arqueólogos e geógrafos passaram a elaborar laudos que atestassem, ou não, a existência de uma comunidade quilombola.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) na década de 1990 se organizou para analisar a situação das comunidades negras rurais e propôs uma nova estratégia para identificar as comunidades remanescentes de quilombo: a autodeterminação desses indivíduos dessas comunidades rurais enquanto quilombolas, mesmo que essas comunidades não tenha sido originária de um quilombo formado por escravos fugidos, mas que tenha uma relação com o passado escravista e no pós-abolição.

Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de

resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. (O'DWYER, 2002, p.18).

Essa nova forma de identificar as comunidades quilombolas, foi um avanço na academia e podem contribuir nos processos de titularização das comunidades remanescentes quilombolas. A ressemantização do termo proporcionou que as comunidades negras rurais recorressem ao passado, a fim de encontrar os elementos necessários para afirmarem sua nova identidade.

Nos dias atuais, a definição de quilombo juridicamente é apresentado pelo Artigo 2 do Decreto Federal nº 4887, de novembro de 2003, que também é apresentado na Normativa nº 49, de setembro de 2008.

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-afirmação, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (INCRA, 2008).

Entendem-se as comunidades quilombolas não apenas como grupos descendentes de negros que se organizaram em refúgios, ou em terras compradas ou doadas por seus ancestrais. A ideia de pertença a uma coletividade e auto-definição, enquanto grupo étnico são os principais instrumentos que apontam para a existência de uma comunidade remanescente quilombola.

2.3.1 – Caminhos jurídicos para a titularização das terras quilombolas¹⁴.

Hoje em dia, as comunidades que pleiteiam o título de remanescente de quilombos, passam por uma série de etapas, organizadas pelo INCRA, são elas cronologicamente: abertura do processo administrativo - nesta etapa, um indivíduo solicita junto ao órgão responsável, a abertura do processo de titularização quilombola; em seguida, a comunidade deve buscar junto a Fundação Cultural Palmares, a certidão de autorreconhecimento; com a certidão de reconhecimento em mãos, a comunidade deve ser identificada e delimitada por técnicos do INCRA, em que será formulado Relatório Técnico de Identificação de terras ocupadas por quilombolas – RTID; posteriormente, o RTID será analisado por um conjunto de órgãos públicos, que confirmará ou não a continuidade do processo; em seguida analisa-se o território quilombola encontra-se em área de preservação permanente, se sim, será de responsabilidade do INCRA pensar estratégias que garantam a sustentabilidade socioambiental; o processo prossegue com a demarcação georeferencial da terra; superada essas etapas, cabe ao presidente do INCRA, titularizar a comunidade remanescente quilombola, em nome de uma associação que representa os quilombolas e por fim registra-se o título de posse no cartório da localidade em que estiver o território.

o reconhecimento jurídico de identidades coletivas constitui o resultado das lutas dos grupos previamente organizados a

¹⁴ Esse tópico tem a finalidade de evidenciar as etapas no processo de regularização e titularização dos territórios quilombolas, bem como a má funcionalidade e a pouca eficiência que os processos são realizados.

partir de “experiências de desrespeito” (Honneth, 2007), no caso das comunidades remanescentes de quilombos o reconhecimento no plano legal, não sendo produto das lutas específicas dos grupos diretamente interessados, constitui tão somente ponto de partida para as lutas por reconhecimento (VIDEIRA, 2008, p. 35).

A questão sobre a morosidade dos processos de titularização das propriedades quilombolas tem sido alvo de diversas avaliações. De acordo com dados da Fundação Cultural Palmares, atualmente, existem 207 comunidades remanescentes quilombolas titulados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, com processos abertos para a regularização fundiária contabilizam 1193 comunidades, e certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) revela-se o número de 2185 comunidades remanescentes de quilombo. Pode-se afirmar que um dos principais motivos do entrave nos processos regularizatórios dos territórios quilombolas, para além da ofensiva neoliberal, é a ausência de técnicos capazes de atender a demanda de tais processos.

A inter-relação entre as comunidades remanescentes quilombolas e os espaços físicos naturais, reproduz diversos aspectos da vida material e simbólica desse grupo. Os territórios quilombolas constituem o leque da diversidade fundiária existente no país. Não é apenas por uma questão da redistribuição de terra, que esses processos de titularização ganha relevância no cenário político, mas também possui o caráter de afirmação de uma identidade étnica.

Os territórios dos povos tradicionais se fundamentam em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva. A longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais. O fato de que seus territórios ficaram fora do regime formal de propriedade da Colônia, do Império e, até recentemente, da República, não deslegitima suas reivindicações, simplesmente as situa dentro de uma razão histórica e não instrumental, ao mesmo tempo em que mostra sua força histórica e sua persistência cultural. (LITTLE, 2002, pág. 11).

As comunidades quilombolas, também pertencem à categoria de ‘terras de uso comum’, que compreende uma série de situações de uso dos recursos naturais, como a terra, a água e a vegetação. Almeida (1998) vai dizer que a apropriação desses recursos é utilizada das mais diferentes formas do uso da propriedade pública e/ou privada, influenciada por fatores étnicos, de parentesco, de sucessão, fatores históricos, questões da identidade, além dos critérios políticos-organizativos e econômicos.

2.4 – A Ruralidade Quilombola

O espaço rural contemporâneo brasileiro se revela com múltiplas identidades. Essa multiplicidade colocou em evidência questões, tanto na academia e no cenário político, que recorrentemente sugerem, como por exemplo: o “fim do rural” e/ou o surgimento de uma “nova ruralidade”. Essa nova maneira de enxergar o campo rompe com os estereótipos criados sobre o que seria ‘rural’ ou o ‘camponês’.

Almeida (1998) assevera que existem duas categorias, que o Censo Agropecuário do IBGE (1996) e o INCRA, definem para categorizar a estrutura agrária no país: estabelecimento agropecuário, apresentado pelo IBGE como propriedade de área contínua, não importando a dimensão e nem a localização (rural ou urbana), constituído

de um ou mais recortes de uma única cultura, onde ocorra uma utilização dos recursos agropecuários, e o imóvel rural é definido pelo INCRA como ‘prédio rústico, de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencente a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizado em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial, independente de sua localização na zona rural ou urbana do município’¹⁵.

Entretanto, mesmo com essas definições, uma série de demandas dos indivíduos do meio rural não são tratadas, pois há uma invisibilidade por parte do Estado, ou seja, institucionalmente a categoria é reconhecida, porém a articulação do poder público, pouco tem sido precisa no atendimento das diversas comunidades rurais existente. As comunidades negras rurais, por exemplo, encontraram uma estratégia para afirmação da sua identidade e sua territorialidade, como Carneiro (2008) vai apontar:

As comunidades negras rurais, por sua vez, experimentam processos de reidentificação territorial na busca das origens de suas culturas e de suas territorialidades quilombolas. A nosso ver, há um processo de “requilombamento”, ou seja, estratégias políticas das comunidades negras rurais buscando os elos perdidos de suas origens ou os processos identitários coletivos para alcançarem a titulação de suas terras (CARNEIRO, 2008, p.01).

A maioria das comunidades quilombolas se encontra localizadas nas zonas rurais do país. A ocupação geográfica desses grupos possui sentido histórico: geralmente, não necessariamente uma regra, os espaços de fuga se localizavam em áreas afastadas dos centros urbanos; a ocupação das antigas fazendas declinadas e a experiência na prática da lavoura. Esses fatos contribuem para o desdobramento da formação de um campesinato quilombola.

A organização familiar dos escravos permite a criação de um sistema de produção específico, que nas palavras de Almeida (1998, p.51) conduzirá ‘o acamponesamento com o processo de desagregação das fazendas’ diante a diminuição da autoridade coercitiva dos grandes senhores de terra.

Tal sistema de produção, mais livre e autônomo, baseado no trabalho familiar e em formas de cooperação simples entre diferentes famílias, acha-se intimamente vinculado ao deslocamento do conceito de quilombo. (ALMEIDA, 1998, p. 51)

Ou seja, a organização das comunidades quilombolas era muito mais além de ‘laços tribais’. Elas possuíam uma lógica própria de produção, baseada na unidade familiar, destinada para o autoconsumo e o excedente para o mercado. Nesse contexto, pode-se afirmar que as comunidades remanescentes quilombolas estão inscritas na categoria do campesinato também.

A formação do campesinato negro ocorre duplamente subordinada, uma vez que se considera a construção da ruralidade negra ainda no período escravocrata. Ainda no século XIX, em 1850, é promulgado a Lei de Terras, que se apresentou como outro obstáculo ao acesso a terra para a maioria dos camponeses. A ocupação secular das propriedades por muitos agricultores os caracterizavam como posseiros, e a partir da

¹⁵ Fonte http://www.portalaz.com.br/coluna/adriano_holanda/139169

legislação, que pretendia organizar a distribuição de terras no país, os conflitos fundiários foram inevitáveis, entretanto, a maioria dos posseiros não conseguiram regularizar suas propriedades.

Outra característica do campesinato é a resiliência, que é evidente nas comunidades quilombolas. A história revela como esse grupo vem resistindo a investidas contra sua estrutura e a unidade familiar. Entretanto, muito das vezes, a ausência de documentos que comprovavam a legitimidade da posse, facilitou a expropriação por parte da ação gananciosa de quem pretendia expandir suas propriedades.

Os camponeses afrodescendentes com direito igual à sua terra tiveram alguma chance de resistir à usurpação dos proprietários de terras e até lucrar com o aumento da demanda por seus produtos, mas aqueles que haviam se instalado em terras públicas ou em terras privadas abandonadas estavam vulneráveis. (ANDREWS, 2007)

De acordo com Fidelis (2011) o campesinato quilombola inicia sua formação ainda no período histórico em que prevalecia a escravidão. Fidelis (2011) recupera Cardoso (1987) que indica a existência de uma brecha *camponesa*, no sistema dos grandes latifúndios. Nessa brecha os escravos eram ‘liberados’ para trabalhar num pedaço de terra, no interior da grande propriedade e o que fosse produzido, seria para a subsistência da família escrava, além disso, a brecha camponesa, não se limitou a produtos para a subsistência, e algum produto poderia ser comercializados entre cativos e até mesmo com os libertos.

O sistema repressor não fala por si só e precisa de suporte econômico. Escasseando os recursos financeiros dos grandes proprietários, os mecanismos de coerção e justiça privada não funcionam com a mesma intensidade. Nesse quadro, o processo de acamponesamento ou de formação de uma camada de pequenos produtores familiares tende a se expandir e consolidar. Eis o que explica esses casos de existência autônoma nos limites das fazendas, no quintal e na própria senzala. (ALMEIDA, 1998, p.59).

A ausência de estratégia eficiente nos processos de regularização fundiária para alcançar a população campesina quilombola, em muito, compromete a autonomia desses povos. A herança colonial contribuiu para a formação de uma sociedade, cuja estrutura está fundamentada no latifúndio associado ao capital industrial. As pequenas propriedades de agricultores familiares, muitos quilombolas, por sua vez, ficaram a margem do Estado.

CAPÍTULO III – A ATUAÇÃO DO INCAPER NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE MONTE ALEGRE

3.1 – Sobre o Instituto Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural

O Instituto Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) foi fundado em 2000, a partir da união da Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (EMCAPA) e da Empresa Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-ES), apresentando o intuito de criar condições de melhorias nos serviços oferecidos as famílias rurais capixabas e promover o desenvolvimento rural no Estado do Espírito Santo. Desde então, o INCAPER está vinculado a Secretaria Estadual de Agricultura, Aquicultura, Abastecimento e Pesca (SEAG), desenvolvendo ações em prol do desenvolvimento rural, em parceria com outras instituições e organizações.

Atualmente, o INCAPER está organizado em quatro Centros Regionais de Desenvolvimento Rural (CRDR), localizados nos municípios capixabas: Domingos Martins, Linhares, Nova Venécia e Cachoeiro de Itapemirim. Além disso, possuem 78 escritórios de desenvolvimento rural distribuídos por todo o território espírito-santense, e também 12 fazendas experimentais.

Apresentando como missão institucional a criação de soluções tecnológicas e sociais, na agricultura, sustentabilidade, empreendedorismo, organização e regionalização para o crescimento do Espírito Santo, através de programas e projetos, que envolva a participação da sociedade civil dos produtores rurais, inclusive os grupos étnicos e os povos tradicionais, o INCAPER tem estado em sintonia com as principais diretrizes da nova lei de ATER, a Lei de Ater nº 12.188/2010.

Como já foi salientada no capítulo I a nova Lei de Ater diz que as ações de extensão rural e assistência técnica devem ser embasadas no princípio da equidade de gênero, geração, raça e etnia, e incluem em seu artigo 5º, os remanescentes de quilombo como um grupo dos beneficiários. A instituição capixaba responsável por essas ações passa a se alinhar as diretrizes dessa nova lei e promovendo ações específicas para atender as demandas dos agricultores capixabas

E no ano de 2011, o INCAPER, por iniciativa própria, apresentou um projeto piloto – Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas - para alcançar 07 comunidades quilombolas do ES, entre elas estava a Comunidade Remanescente de Quilombo de Monte Alegre, em Cachoeiro e também comunidades localizadas nos municípios de São Mateus, Santa Leopoldina e Conceição da Barra. O projeto foi realizado através da abordagem da Aprendizagem e Ação Participativa.

O desenvolvimento deste projeto na comunidade quilombola de Monte Alegre pelo INCAPER foi executado em duas fases: a primeira que pretendia levantar as demandas da comunidade através do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e em seguida oferecer a assistência técnica a partir do que foi exposto pelo grupo.

No primeiro momento, em 2011, foram realizadas as seguintes ações: reunião de apresentação do projeto e formação de equipes; foi realizada uma oficina de diagnóstico participativo, para que as equipes quilombolas pudessem estar realizando essa atividade, houve também oficinas direcionadas para o planejamento participativo e também a elaboração de um plano de ATER, a ser desenvolvido na comunidade. As ações práticas ocorreram no decorrer de 2011 e vem acontecendo até o presente momento.

3.2 – História da Ocupação da Comunidade de Monte Alegre

A história da colonização no Espírito Santo indica que até o século XVIII, os habitantes desta província se distribuíam em poucos pontos, de acordo com Solthey, que é recuperado por Bittencourt (1987) os colonos não passava de 2480 indivíduos, no final da primeira metade do século XVIII.

As ocupações dos territórios pelos colonizadores, a princípio, ocorreram de duas formas: ao norte do Espírito Santo, se aventuraram os exploradores em busca de ouro, que, na maioria das vezes, eram surpreendidos por indígenas e tinham seus objetivos arruinados; ao sul da província, as missões jesuíticas prevaleceram e obtiveram sucesso, criando condições para a formação de grandes propriedades para a produção agrícola. (Bittencourt, 1987).

NETO (1892) do século XIX vai indicar que as ocupações na atividade agrícola dos jesuítas se estenderam por boa parte do território capixaba, mas também revelam que houve exploração do ouro no vale do rio Itapemirim, que se constituiu o primeiro ponto de povoamento do sul do Espírito Santo, no século XVIII. A exploração aurífera nessa região fez que houvesse aumento na migração. Porém, os constantes ataques dos habitantes nativos dessa localidade em relação ao invasor, fez com que os colonos se dispersassem pelo vale do rio Itapemirim. Alguns desses colonos ‘invasores’ se apropriaram de terras em volta do rio e formaram propriedades, que facilitaram a vinda de outros colonos para a região. Há registros de na segunda década do século XIX, a ida para essa região de outros exploradores mineiros, que já contavam com escravos e índios civilizados (MACIEL, 1999).

De maneira geral, a fixação do povoamento ao longo do período colonial ocorreu sempre de forma muito esparsa e condicionada às ameaças dos “sertões”. Grandes espaços de florestas povoadas por indígenas configuravam a maior parte do território do Espírito Santo, bem como todo o interior da colônia brasileira, sendo tais espaços denominados “sertões”. Com as frequentes investidas ao interior, sobretudo a partir dos séculos XVII e XVIII, este termo se tornou cada vez mais carregado de conteúdo e oficialmente apropriado para designar paisagens desconhecidas, espaços não dominados e, por conseguinte, selvagens e desumanos. Mesmo com a fixação dos primeiros povoadores luso-brasileiros no interior, o que não possibilitou de imediato o seu conhecimento e controle, o termo continuou sendo muito utilizado no século XIX para contrapor o civilizado do selvagem. (RTID, 2006).

A província do Espírito Santo, embora considerada pouco habitada, pela administração da Coroa, ela era ocupada por diversas tribos indígenas e agrupamentos de escravos fugidos, que formaram os primeiros quilombos do território capixaba, ainda nos oitocentista. Como Novaes (1963) aponta:

Multiplicavam-se [...] os quilombos no Espírito Santo, resultantes da fuga dos escravos. E muitos eram os pedidos de captura, pelos senhores. A 30 de maio de 1843, por exemplo, Domingos José de Freitas reclamava a fuga de escravos, para Serra e Cariacica. E, quando se iniciou o povoamento do Baixo

Itapemirim, já existiam ali numerosos quilombos. (NOVAES, 1963, p. 85)

Ou seja, a presença humana, na região sul capixaba já existia, em consideráveis números. Além disso, sabia-se da existência de tais agrupamentos, fator que evidencia que os quilombos não se constituíam apenas em lugares isolados, mas que também ocupavam espaços conhecidos e mantinha relações com a sociedade colonial e posteriormente imperial. “as fugas de escravos e a formação de quilombos caracterizaram a escravidão nesta região, fazendo das comunidades negras e mestiças um componente fundamental da exploração de novas terras e de territórios agrícolas no sul do Espírito Santo” (RTID, 2006, p.126).

A fim de controlar as terras espírito-santense, no início do século XIX, os governadores da província passaram a elaborar e aumentar as estratégias para o povoamento lusofônico no interior dessa região. Nesse contexto, se destacou o governador Francisco Alberto Rubim (1812-1819) que abriu novas estradas e instaurou quartéis militares, nas regiões afastadas. Essas ações como estão inscrito no RTID, se revelaram com sucesso.

Próximo à primeira cachoeira do rio Itapemirim, na margem sul, foi instalado o quartel da Barca (ANDRADE, 1976: 8). No fim do governo Rubim a região em torno deste quartel, que veio a constituir Cachoeiro de Itapemirim, já possuía grandes fazendas com 9 engenhos de produção de açúcar, e contava com a guarnição de 30 soldados que habitavam o dito quartel (OLIVEIRA, 1856: 182). A região de Itapemirim contava ainda com a provisão do quartel da Boa Vista. (RTID, 2006, p. 127)

No ano de 1815 é instituída a Vila de Itapemirim, graças ao povoamento que vinha sendo incentivado pelo governador da província. Além disso, a Coroa até o ano de 1822 havia concedido 174 sesmarias no intuito de que essas propriedades fossem ocupadas e cultivadas. Com o fim do regime de sesmarias, as Ordenações Filipinas ficaram responsáveis pela distribuição das possessões de terra.

Já no Brasil Império, é promulgado a Lei de Terra, em 1850, que estabelecia as normas para a ocupação de terra. Pode-se dizer que essa lei, passou a capitalizar a terra. A partir dela só era possível adquirir propriedade fundiária diante o pagamento a Coroa. Essa ação limitou o número de proprietários regularizados, visto que diversos pequenos proprietários não tinha condições de arcarem com a burocratização que era o processo de regularização fundiária, e nesse sentido passavam a ocupar áreas devolutas.

No RTID, recupera-se Almada (1984,1993) para apontar que na região do vale do Itapemirim houve um acelerado crescimento demográfico, graças a produção cafeeira que se instalou nas terras devolutas. Esse aumento populacional incrementou a economia da região, exigindo mão de obra e serviços que ali ainda não eram consolidados. Lavradores de diversos lugares do Brasil, principalmente das províncias vizinhas, foram os responsáveis por torna a região sul do Espírito Santo, uma das mais dinâmicas na produção cafeeira.

De acordo com RTID (2006) o primeiro proprietário da sesmaria de Itapemirim foi o capitão Francisco Gomes Coelho da Costa, tendo feito seu registro em 1811, mas o que tudo indica é que a ocupação da área já contava desde o século XVII. Posteriormente, a sesmaria fora herdada pelo seu filho, o coronel Heliodoro Gomes Pinheiro, que vendeu sua propriedade para Antônio Francisco Moreira.

No ano de 1815, ainda segundo os dados do RTID (2006), a sesmaria que foi registrada pertenceu ao Juiz de Itapemirim Luiz José Moreira, pode ser considerada uma

das maiores sesmarias da época e segundo Vasconcelos (1977) compreendia o espaço da vila de Itapemirim. Em 1823, encontra-se registrado a sesmaria de José da Silva Quintais e já possuía atividade agrícola a algum tempo.

O povoamento se desenvolveu no vale do rio Itapemirim a partir da instalação das grandes propriedades com seus muitos escravos e agregados. Contou com a colaboração de militares dos quartéis instalados para dar suporte ao povoamento e das populações pobres de pequenos posseiros, mestiços e índios civilizados que se espalhavam em torno deles. A fixação do povoamento no interior possibilitou a criação da Freguesia e Paróquia de “São Pedro das Cachoeiras de Itapemirim” em 1856. (RTID, 2006, p. 132).

Somente a partir de 1850, que se avoluma o número de registros de terra em torno da região de Cachoeiro de Itapemirim, graça a promulgação da Lei de Terras. Os registros eram muitos das vezes organizados pelas paróquias. Entretanto, essa estratégia de registro funcionou até o fim da década de 1850, visto que o que acontecia era a omissão de autoridades locais nos processos técnicos de medição, bastando apenas uma declaração do proprietário.

A partir dos anos de 1860 que se criou uma comissão de terras a fim de conferir mais legitimidade nos processos de regularização fundiária. Em 1892, é criada a Diretoria de Terras e Colonização do Estado do Espírito Santo, e Cachoeiro de Itapemirim, se destacou nesse cenário, como nos informa os dados do RTID (2006).

Em Cachoeiro de Itapemirim, no período destacado, expandia-se a lavoura agrícola, especialmente a cafeeira, que possibilitou todo o destaque e progresso econômico por ele alcançado em fins do século XIX. Sem dúvida, este município tornou-se o de maior importância e influência no Espírito Santo em termos sociais, políticos e econômicos. No período 1871-1876, o recém-formado município de Cachoeiro do Itapemirim aparece como o principal comprador de terras na Província. Se a região de Cachoeiro de Itapemirim foi a principal em termos de expansão da propriedade particular no Espírito Santo – porque também foi a área primordial de expansão agrícola a partir de meados do século XIX – o mesmo ocorreu com a instituição escravista. Embora este processo de crescimento econômico tenha sido desencadeado na conjuntura da proibição definitiva do tráfico negreiro (1850), houve uma crescente concentração de escravos no sul à medida que esta porção se dinamizava. Deste modo, Cachoeiro de Itapemirim manteve altas taxas de crescimento da mão-de-obra escravocrata até o limite derradeiro desta instituição (1888). A população negra dessa região manifestou todas as formas de resistências ao regime, inclusive com a formação de comunidade de fugitivos – os quilombos ou mocambos. (RTID, 2006, p. 134-135).

A ocupação das terras de Monte Alegre remonta a primeira metade do século XIX. O nome do lugarejo ocorreu diante as condições geográficas da localidade, pois se tratava de uma região montanhosa (Monte), habitada por pessoas, principalmente negros, que realizavam festejos, celebravam a tradição, através da dança – o caxambu – e por isso eram pessoas felizes, alegres, mesmo com as adversidades enfrentadas.

Os dados apresentados pelo RTID indicam o primeiro registro sobre as terras de Monte Alegre foi feito em 1855. Seria de dois posseiros, André Gonçalves da Graça e

José Soares da Rocha, que se anteciparam no processo de regularização de suas terras, consideras ‘devolutas’. Outros registros aparecem em 1856, como dos mesmos posseiros, que indicavam outra parcela territorial da propriedade, como também o registro de Francisco Manoel Romão, o de João Francisco de Sousa Lopes e o de Antônio Francisco do Espírito Santo.

Ainda em 1855, foi registrada a fazenda Boa Esperança, pelo proprietário José Pires de Amorim. Já em 1856, foi inscrita a fazenda de Monte Alegre por Francisco Simão da Fraga. Segundo o RTID, são essas duas propriedades, de tamanhos inexatos, que deram origem ao quilombo de Monte Alegre.

Essas duas propriedades merecem atenção, pois no imaginário da população remanescente quilombola de Monte Alegre, não há lembrança dos outros proprietários. Como nos indica o RTID, possivelmente, essas duas fazendas incorporaram outras posses.

Entre 1856 a 1872, houve um aumento demográfico considerado em Cachoeiro de Itapemirim, pessoas que vinham de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, explorar o território capixaba. A população escrava cresceu numa proporção maior, em 1856, os dados apontam eram 4381 cativos, no ano de 1872, esse número alcançou a marca de 11722 escravos.

Os registros sobre as formações de quilombos no vale do Itapemirim eram frequentes, havia um grande temor dos grandes fazendeiros em uma insurreição escrava, e por isso demandavam ao governador da província mais segurança.

Com a abolição da escravidão, em 1888, e o fim do ciclo de café no século XIX, muitas propriedades foram abandonadas por seus latifundiários, e nelas muitas famílias escravas permaneceram, desenvolvendo uma agricultura de subsistência, sem recursos e dependente, porém o modelo de produção agrícola tinha o caráter tradicional e camponês, que inclusive deu origem a diversas comunidades remanescentes de quilombo. De acordo com parecer do RTID, foi dessa forma que se constituiu o quilombo de Monte Alegre.

Esta realidade marcou o destino de muitos ex-cativos da região de Monte Alegre, que permaneceram escravizados nas fazendas dos Amorim até o último dia de duração do regime cruel a que foram submetidos. Oficialmente libertos, permaneceram dependentes nas barras destas grandes propriedades em posses adquiridas por esforços próprios ou ganhadas daqueles senhores. Foi em função de sua permanência, luta pela sobrevivência e manutenção das posses a que tiveram acesso que gestaram uma comunidade tradicional, hoje denominada localmente como “Comunidade Remanescente de Quilombos de Monte Alegre”. (RTID, 2006, p. 168).

A família de José Pires Amorim, proprietários da fazenda Boa Esperança, tiveram participação sociopolítica, na região do vale do Itapemirim, bastante relevante. Ocuparam cargos de destaque na sociedade civil e no cenário político da época. Uma das ações de um dos membros dessa família foi à criação dos distritos do recente município de Cachoeiro.

Segundo Almada (1984), a Fazenda de Boa Esperança era considerada de média grande porte. Almada (1984) indicam que a fazenda tinha, em 1856, 45 mil pés de café 46 escravos. A permanência das gerações descendentes de José Pires Amorim, até a metade do século XX, está presente na memória das famílias remanescentes de quilombo de Monte Alegre.

Como o RTID (2006) indica grande parte das famílias tradicionais que ocupam Monte Alegre, são oriundas de uma ancestralidade escrava, que viveu e foram explorados nas fazendas dos Amorim.

As terras que a comunidade [Monte Alegre] ocupa hoje faziam parte destas fazendas: foram adquiridas pelos escravos e seus descendentes ou doadas por membros da família Amorim. É provável que algumas porções foram doadas para o cultivo de famílias cativas ainda durante o regime escravista ou no pós-abolição, quando muitos ex-escravos permanecerem trabalhando nestas fazendas. No pós-abolição, alguns libertos e mestiços migraram para esta região adquirindo terras, o que também contribuiu para a formação da atual Monte Alegre.

Essa migração de ex-escravos aconteceu em função da ‘fama’ da localidade, de receber festejos, comemorações religiosas, em que o batuque dos tambores ecoava até alcançar outras comunidades. Nos registros e na memória dos remanescentes de quilombo de Monte Alegre, duas famílias se destacam como ‘troncos’ na formação da comunidade: os Veridiano e os Ventura.

Além disso, as terras da fazenda de Monte Alegre, como revela o RTID (2006), era de excelente qualidade, o que favorecia a produção diversificada de tipos de cultura. Diferente de outras regiões, que tiveram suas propriedades abandonadas ainda no século XIX, diante a crise do ciclo do café, indica-se que as gerações dos Amorim permaneceram na fazenda até século XX.

Alguns dos filhos, netos e bisnetos de José Pires Amorim permaneceram à frente da fazenda Boa Esperança e outras na região de Monte Alegre até, pelo menos, meados do século XX: fazenda Monte Alegre, Barra do Mutum e Bananal do Norte. Assim, marcaram a memória de todos os membros mais velhos da comunidade negra remanescente, pois estes os conheceram bem proximamente, para eles trabalharam e dependeram por muito tempo. Além disso, ficou gravado nas histórias dos “troncos” da comunidade, memórias de exploração da mão-de-obra e expoliação das porções de terras que conquistaram. (RTID, 2006, p. 174).

A dispersão da família Amorim aconteceu aos poucos no pós-abolição. De acordo com o relatório antropológico dos remanescentes quilombolas, os últimos Amorim venderam parte da fazenda de Boa Esperança para Sebastião Machado. A parte que pertencia ainda aos Amorim foi transmitida de Emiliano Amorim, para seu filho Décio Amorim, que não deixou descendente. A propriedade então foi vendida para o fazendeiro Sebastião Machado. Muito do território da fazenda foram ocupados por famílias quilombolas: Adão, Ventura e Veridiano.

De acordo com o RTID (2006), que apresenta uma extensa pesquisa sobre a genealogia da comunidade, aponta-se que a família Adão, teve seu tronco no escravo Adão, o ‘velho Adão’, que foi escravizado Fazenda do Centro, município de Castelo; segundo na Fazenda Boa Conserva e terceiro na Boa Esperança. A família Adão não recebeu e nem negociou as terras dos senhores. Sua ocupação na fazenda de Monte Alegre é símbolo de “luta pela liberdade e pela conquista do espaço e deixou também o sentimento de pertencimento à uma comunidade de descendentes de africanos escravizados que hoje reconstrói seu passado de luta a partir desse ancestral”. (RTID,

2006, p. 205). A permanência da família Adão em Monte Alegre ocorreu principalmente por meio do casamento com as outras famílias ‘trancos’ do quilombo.

A família Ventura se estabeleceu na comunidade de Monte Alegre através do negro livre Manoel Ventura. Segundo as entrevistas com os remanescentes quilombolas, que encontramos no RTID, esse escravo liberto teria conquistado uma gleba de terras em Monte Alegre, ainda no tempo da escravidão. Entretanto, tudo indica que suas terras foram expropriadas pela família Amorim. O RTID indica que as gerações desse Ventura permaneceram na propriedade após perderem a legitimidade da ocupação, até que parentes de outras localidades (a história oral da comunidade apresenta diferentes versões sobre a origem desses familiares de Manoel Ventura¹⁶) retomaram as terras que foram roubadas.

A família Verediano, tem sua ancestralidade na figura de três irmãos: Antão, Romão e Raquel, que eram escravos na fazenda Boa Esperança, da família Amorim. Esses ex-escravos, no momento pós-abolição, receberam um pedaço de terra para viverem ali, por serem escravos ‘mais velhos’ a trabalharem na fazenda de Monte Alegre.

Essas famílias constituíram boa parte das famílias que hoje habitam na comunidade tradicional de Monte Alegre. A prática da agricultura sempre esteve ligada aos escravos, e no pós-abolição essas famílias, para sobreviver, utilizavam os recursos agrícolas para a manutenção do seu grupo.

As unidades familiares de produção de Monte Alegre, sempre foram concomitantes ao trabalho nas grandes fazendas. Como já foi apontado, muitas famílias permaneceram nas terras desses proprietários, e “a mão-de-obra dos ex-escravizados foi absorvida em relações de trabalho como arrendamento, meação e colonato¹⁷” (RTID, pág.243, 2006). O trabalho dos quilombolas nas fazendas, como a da família Amorim, utilizou-se o sistema de terça¹⁸, onde a maior parte da produção ficava com o proprietário.

A história contemporânea do quilombo revela uma continuidade da atuação de fazendeiros brancos, que se apropriaram de alguns terrenos das velhas fazendas da região, explorando a mão-de-obra e a posse dos agricultores quilombolas. A extorsão das terras no século XX ocorreu de diversas formas, como revela o relatório do INCRA, que exemplifica um caso de um fazendeiro da região, que oferecia energia elétrica em troca de parte das propriedades dos ex-escravos.

Atualmente, o reconhecimento pelos movimentos sociais e os direitos que estão na Constituição, as ações de extorsões e de injustiças cometidas com os remanescentes quilombolas de Monte Alegre, não tem sido recorrente.

¹⁶ Manoel Ventura teria tido apenas um filho: Benedito Ventura, ou seja, um único herdeiro das terras. As versões que foram apresentadas foram: 1) Benedito teria trocado a parte que pertencia por outra propriedade, sem registro, e a família Amorim incorporou essas terras; 2) Benedito e a sua esposa, teriam ido ao Rio de Janeiro em busca de emprego, e quando retornou os Amorim haviam invadido sua propriedade.

¹⁷ Trata-se de um tipo de trabalho que não emprega o trabalho individual, mas um trabalhador que combina as forças de todos os membros da família: o marido juntamente com a mulher e os filhos com mais de sete anos. Um sistema de trabalho familiar e que foi utilizado, principalmente, nas lavouras de café de todo o Brasil (MARTINS, pág.82, 2004).

¹⁸ Diferente da meação, em que a produção era dividida em 50 % para o agricultor e 50% para o fazendeiro, no sistema de terça, 2/3 ia para o fazendeiro, enquanto o agricultor ficava apenas com 1/3.

No caso das famílias que permaneceram na comunidade de Monte Alegre, a prática agrícola foi adotada como estratégia de reprodução e sustento de vida, sendo carregado de simbolismo, pois é um instrumento de resgate de costumes e tradições.



Figura 01 - Comunidade Remanescente de Quilombo de Monte Alegre (Fonte: Arquivo de Pesquisa).

3.3 - Características do município de Cachoeiro de Itapemirim

A comunidade de Monte Alegre está localizada no distrito de Pacotuba, que de acordo com dados do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico em 2010, possui aproximadamente cinco mil habitantes, pertence a Cachoeiro de Itapemirim, parte sul do Espírito Santo, a 37 km da sede do município. A cidade de Cachoeiro de Itapemirim, de acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), possui uma população de 189.889 habitantes, e encontra-se dividida em 11 distritos: Sede, Burarama, Conduru, Pacotuba, Coutinho, Itaoca, Gironda, São Vicente, Córrego dos Monos, Gruta e Soturno.



Mapa 01- Limites de Cachoeiro de Itapemirim (Fonte: <http://www.cachoeiro.es.gov.br/nap/censo/tecnico/Cachoeiro%20%20Divis%C3%A3o%20Geo-Pol%C3%ADtica.jpg>)

Ainda de acordo com IBGE (2010), a população rural em Cachoeiro de Itapemirim, corresponde a 8,58%. Segundo dados extraídos do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável (2012), essa população encontra-se distribuída em 63 comunidades rurais, sendo quatro delas comunidades quilombolas: Monte Alegre, Timbó, Vargem Alegre e Itaóca/São Bento. A opção por analisar a comunidade quilombola de Monte Alegre, deveu-se principalmente, ao acesso a materiais e dado pré-existentes da pesquisa, que possibilitou o acesso as informações sobre as atividades de ater que eram desenvolvidas na comunidade, além disso, nas outras comunidades quilombolas as atividades agrícolas não são o potencial do grupo, e por isso o INCAPER não desenvolve projetos específicos na região.

. A região do município encontra-se em área com “solos de baixa e média fertilidade, com topografia predominantemente ondulada e acidentada” (PLANO MUNICIPAL, 2012). Dados do INCRA (2011) revelam que 90,9% das 2788 propriedades, são da agricultura familiar. A participação da atividade agropecuária na economia do município, de acordo com dados do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável (2012), corresponde a 2,33%.

A atividade agrícola em Cachoeiro de Itapemirim é bastante diversificada. Destaca-se, segundo dados do INCAPER (2012), a produção de café, a cultura de frutas e alimentares (milho, feijão, arroz e tomate). Em relação a produção animal destaca-se a produção de leite e a criação de peixes.

A comunidade quilombola de Monte Alegre encontra-se situada no vale formado pela microbacia do Ribeirão Floresta. De acordo com dados do RTID (2006), é possível localizar a comunidade quilombola de Monte Alegre, no sistema cartográfico brasileiro na folha SF-24-V-A-V-1 (Anutiba), editada pelo IBGE em escala 1:50.000.

3.4 - Localização e acesso a Monte Alegre

O acesso à comunidade de Monte Alegre é bem restrito, via terrestre, pela estrada ES-482, existindo apenas dois horários de ônibus, com destino ao quilombo. A estratégia que muitos moradores e visitantes utilizam para chegar à localidade é embarcar no ônibus com destino ao distrito de Burarama, realizando uma parada na entrada da Comunidade de Pedra Lisa, que é vizinha do quilombo de Monte Alegre, e percorrer cerca de 4 km por uma estrada de chão, que inclusive passa nos entornos da Floresta Nacional de Pacotuba, até chegar à comunidade remanescente.



Figura 02 -Estrada de Acesso a Comunidade Remanescente de Quilombo de Monte Alegre (Fonte: Arquivo Pessoal)

A estrada de chão, que dá acesso à comunidade de Monte Alegre via Pedra Lisa, possui diversos cenários. Logo no início se depara com uma fazenda experimental Instituto Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), com uma plantação de milho crioulo, espécie característica dos povos tradicionais quilombolas. Na continuidade, encontra-se a FLONA de Pacotuba, com árvores e animais típicos das Mata Atlântica. Prosseguindo por essa estrada, nos deparamos com diversas propriedades e culturas bem diversas, destacando as plantações de café e vários tipos de verduras, há ainda, propriedades que possuem criação animal. Constata-se nesse trajeto a presença de alguns bares e mercados.

A paisagem dos distritos de Pacotuba e Burarama caracteriza-se, atualmente, por uma sucessão de micro, pequenas e médias propriedades rurais (menos de 1 até 300 Hectares) entrecortadas por áreas de mata de encosta, capoeiras em diferentes estágios

de desenvolvimento, pequenos brejos e campos característicos dos ecossistemas associados ao Bioma da Mata Atlântica. A própria comunidade de Monte Alegre localiza-se entre duas importantes unidades de conservação ambiental na região: a Floresta Nacional (FLONA) de Pacotuba, sob administração do IBAMA, e a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) da Fazenda Cafundó. Mais recentemente, a coordenação do projeto interinstitucional “Corredores Ecológicos” (MMA, 2005; MMA/SEAMARH-ES, 2005) definiu, como uma de suas áreas de atuação, um polígono que perpassa os distritos citados, interconectando as duas unidades de conservação e colocando a comunidade de Monte Alegre no centro geográfico de um dos principais corredores ecológicos do Espírito Santo. (RTID, 2006, pág. 99).



Figura 03 - Trilha da FLONA de Pacotuba (Fonte: Arquivo Pessoal)

Segundos dados do Relatório Técnico de Identificação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Monte Alegre (2006), existem 102 famílias na comunidade remanescente de quilombo de Monte Alegre, num total de 423 habitantes. As atividades socioeconômicas que tem ganhado destaque na comunidade se relacionam as atividades no setor primário e do turismo étnico.

De acordo com uma das lideranças da comunidade, uma parte das famílias, número que não chega à metade do total da comunidade, está envolvida com atividades na agricultura, parcialmente ou totalmente. Além disso, algumas famílias têm sido capacitadas para desenvolverem estratégias de turismo étnico, para a geração de renda.

No decorrer das visitas ao quilombo de Monte Alegre, foram realizadas entrevistas semi - estruturadas e livres e observação não - participante com seis quilombolas numa faixa etária superior a 20 anos, todos do sexo masculino. Todos os agricultores entrevistados se definem como quilombola e reconhece o caráter coletivo da comunidade.

Para o levantamento de dados para análise, foram feitas duas entrevistas com gestores públicos, que atuam em algum projeto em Monte Alegre. Além disso, teve-se a

oportunidade de participar de uma das reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

3.5 – Quilombo de Monte Alegre: um lugar pra ser feliz

A primeira ida a campo teve o objetivo de apresentar a proposta de estudo junto à liderança da, este se tornou meu principal interlocutor. Quem estabeleceu esse primeiro contato, foi um extensionista do INCAPER. O envolvimento com a comunidade, a princípio pareceu ser um obstáculo, principalmente em relação ao local que estive durante o ano de trabalho de campo. Entretanto, graças aos meios de comunicação, a minha distância em relação ao objeto, foi encurtada.

O atual presidente da associação é formado em Turismo por uma universidade privada da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, ele foi beneficiário de uma das bolsas¹⁹ concedidas à comunidade no início no ano de 2006. E desde então, vem trabalhando com turismo étnico. Em seu terreno, encontramos a seguinte estrutura: um jardim, com um projeto paisagístico bem aconchegante, com dois laguinhos, logo atrás desse jardim, fica o restaurante/lanchonete que a família administra e nos fundos do terreno fica a casa onde mora ele, sua esposa, seus quatro filhos e um ‘primo’ de criação.

A Comunidade Quilombola de Monte Alegre já recebeu bastante destaque da mídia local, enfatizando o turismo étnico da região sul – capixaba. Essa evidência é encontrada em sites de turismo da região, de acordo com o presidente da Associação Comunitária de Remanescente Quilombola de Monte Alegre (ACRQMA), foi nesse contexto que ele decidiu fazer o investimento em sua propriedade, visto que já possuía uma formação e existia uma demanda.

Ao conversar com a liderança, sobre as ações para a promoção do desenvolvimento rural do quilombo, ele me apontou que três projetos contribuem para a comercialização dos produtos agrícolas das famílias quilombolas: Feira Livre, que é um incentivo a produção agrícola e oferece aos servidores públicos a oportunidade de adquirirem os produtos dos pequenos agricultores da cidade; o PNAE, que é uma política nacional que exige que uma determinada porcentagem da alimentação escolar, seja oriunda da agricultura familiar e por último o CDA – Compra Direta da Agricultura, que é articulado pelo governo estadual e visa fomentar a produção agrícola dos pequenos agricultores do Estado.

¹⁹ Foram concedidas 24 bolsas de estudos em cursos superiores: 19 em gestão de turismo, 04 no curso de pedagogia e 01 no curso de Administração. Essa foi uma iniciativa da Universidade São Camilo em parceria com a prefeitura de Cachoeiro, que garantiu veículo para o transporte dos estudantes.



Figura 04 - Horta Agroecológica – PAIS (Fonte: Arquivo de Pesquisa)

Quando questionado sobre as características da produção agrícola na comunidade, o representante da comunidade afirmou que não existe um produto específico que seja o destaque da produção agrícola das famílias quilombolas. De acordo com presidente da ACRQMA, são produzidos na comunidade: verduras (alface, salsinha, taioba, entre outras folhas), legumes (abobora), raízes (batatas) além disso, também é cultivado arroz, feijão, café e milho crioulo.

Atualmente, para a maioria das famílias, a produção agrícola é uma estratégia de obter uma renda extra. Grande parte delas não vive apenas da agricultura. O representante da comunidade indicou que há uns 40 anos, seu pai e seu avô, utilizavam a agricultura como fonte para suprir a necessidade de alimentos. Entretanto, devido às transformações socioeconômicas, diversas famílias se viram obrigadas a buscar outras fontes de geração de renda. Mas a liderança afirma que um processo de retomada e valorização da agricultura passou a ocorrer a partir de 2006, ano que a Associação Quilombola foi criada, e alguns quilombolas optaram por voltar a trabalhar na roça. É válido ressaltar que as ações afirmativas, como por exemplo, a concessão de bolsas a moradores da comunidade, deu um novo animo aos remanescentes quilombolas.

Os parceiros que desenvolvem projetos e ações públicas de desenvolvimento na comunidade Monte Alegre são: INCAPER, a Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, a Universidade São Camilo e a empresa de abastecimento de água Foz do Brasil. São projetos voltados para a produção agrícola, geração de renda, educação e cidadania. Além disso, existe uma agroindústria, que fabrica pães e biscoitos, através de uma articulação da secretaria estadual de agricultura e a administração municipal.

O INCAPER tem sido um importante aliado na revalorização do setor primário dentro da comunidade. O extensionista da unidade do INCAPER surge como o ator que apresenta as técnicas aos quilombolas, e tem revelado agir de forma diferente do modelo difusionista vertical. Junto aos remanescentes, o INCAPER tem contribuído no cultivo do milho crioulo e também tem atuado com os agricultores do 'hortão' que existe na localidade. As ações dos técnicos do INCAPER se fazem também de maneira particular, junto a cada família de agricultores quilombolas.

A Associação Comunitária de Remanescentes de Quilombola de Monte Alegre (ACRQMA) foi pensada a partir de 2000 e estruturada em 2004. Não existe nenhum cargo oficial, para alguém tratar questões relacionadas a projetos de produção agrícola. Existe uma horta coletiva, aonde o responsável por ela foi articulado pela associação,

este sendo o responsável pela vigilância e organização dos trabalhos na horta, e conseqüentemente, sempre se envolve nos projetos relacionados à agricultura.

A liderança da comunidade possui um arquivo das notícias sobre a comunidade. Foi possível ver uma parte do conjunto de documentos. A maioria das notícias arquivadas dava bastante enfoque ao ecoturismo, ou o turismo étnico. Questionei se o turismo representava uma geração de renda maior que a agricultura, ele logo respondeu que não, e mesmo acreditando no potencial que a região oferece para ele a prática agrícola tem sido resgatada de forma positiva pelas famílias quilombolas.

A agroindústria é outro destaque nos projetos de desenvolvimento que são realizados na comunidade. Como já foi apontado, ela foi fruto de uma parceria entre o governo estadual, o município e comunidade. Começou a ser construída em 2011 e teve início de funcionamento em setembro de 2012. O principal objetivo desse empreendimento é a fabricação de pães, biscoitos e doces, utilizando a matéria prima da região, visando valorizar os produtos locais e gerar emprego e renda para as famílias. O terreno que o prédio da agroindústria ocupa, foi doado pela própria comunidade.

Outro projeto de apoio ao desenvolvimento local do quilombo de Monte Alegre, que existe desde 1997, é um projeto que visa evitar o contato dos jovens com as drogas, roubos e a prostituição infantil, “Projeto Nossa Criança”²⁰. Não é um projeto específico para os quilombolas, entretanto, a sede desse projeto encontra-se dentro da comunidade, que possui vários equipamentos como computadores e outros instrumentos para a educação e formação dos jovens quilombolas, que segundo o informante da pesquisa, no momento não está funcionando, por depender da instalação da empresa responsável. São parceiros desse projeto o Ministério do Meio Ambiente e a Unidade Médica (UNIMED).

A partir desse resgate das atividades na agricultura, os remanescentes quilombolas, através da articulação dos extensionistas, conquistaram uma cadeira no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, que reúne produtores, técnicos e a administração municipal de Cachoeiro de Itapemirim. O Conselho se reúne mensalmente, e tratam de assuntos relacionados à demanda dos agricultores do município.

Na pesquisa de campo se teve a oportunidade de estar junto a outro destaque na comunidade quilombola de Monte Alegre. Entrevistei a quilombola que é a guardiã do Caxambu²¹. De acordo com a entrevistada o Caxambu de Monte Alegre está sob a responsabilidade de sua família, desde seus avós que passaram para os tios, até chegar a sua mãe e por fim estar em sua tutela, sendo responsável por carregá-lo pra onde for.

O Caxambu assume um significado simbólico e material muito forte, que é compartilhado apenas por um grupo de famílias do quilombo. A festa da liberdade, comemorada no dia 13 de maio, organizada por essa guardiã, é ao som do batuque do Caxambu. São diversas canções que acompanham o tambor, e quase sempre são relacionadas ao fato histórico da abolição da escravidão.

²⁰ Esse projeto possui duas sedes: uma dentro do município, localizado num bairro carente do município e a outra em Monte Alegre.

²¹ É o principal instrumento utilizado nas rodas de jongs. Na cultura quilombola, diferente de outros tambores, o Caxambu tem significado sagrado, o Caxambu representa a Santa Cruz.

A guardiã do Caxambu é parteira, coveira e também é líder religiosa do Candomblé e destaque na mídia, foi protagonista de um documentário e de um livro, produzido pela Secretaria Estadual de Cultura e recentemente viajou a Moçambique para divulgá-los, ela ainda atua como representante titular das comunidades Quilombolas, na Comissão de Povos Tradicionais do Espírito Santo. Além disso, integra o Conselho de Mulheres do município, já foi representante das mulheres camponesas no Sindicato Rural de Cachoeiro.

A participação nas atividades da Associação Remanescente Quilombola de Monte Alegre é limitada. De acordo com a entrevistada, há um conflito por conta da religião. Ela já foi presidente da associação por duas vezes, e hoje conta que sua participação é restrita. Nota-se que as relações de poder interna, interferem também na aplicação das políticas públicas.

Quando questionada sobre a atividade agrícola, a guardiã do Caxambu afirmou que planta milho, feijão e mandioca e que não há nenhum produto específico da tradição quilombola. Perguntei sobre a assistência técnica do INCAPER, ela afirmou que a instituição se faz presente, entretanto, ela não se encontra inserida nos programas de aquisição do governo, o que ela produz não é destinado a integrar a produção das outras famílias.

Pelo fato das terras quilombolas de Monte Alegre não terem sido regularizadas, algumas famílias tem aberto espaços para que àqueles que foram pra cidade regressem com seus familiares. Entretanto, conflitos têm surgido a partir desse fato também, visto que há um grupo que limite o número de moradores que venham pra comunidade.

Segundo a entrevistada, são poucos que mantem a tradição. A ‘demonização’ do Caxambu, por parte de alguns moradores do quilombo, por exemplo, é algo que entristece a guardiã, que afirma que religião não tem nada a ver com o Caxambu. E ela fala o que se apresenta para os turistas na comunidade, é um Caxambu ‘falso’, visto que o instrumento com que eles apresentam é como qualquer outro tambor. Há certo incomodo por parte de alguns membros da comunidade com o ritual do ‘caxambu’, entretanto, ele se torna um dispositivo que é acionado para afirmar sua identidade entre outros indivíduos não quilombolas.

Quando questionada sobre o desenvolvimento da comunidade, ela acredita que não tem chegado, e que as ações sociais só tem beneficiado um grupo. Ela considera insuficiente o que tem sido realizado. No entendimento dela as políticas sociais só tem contemplado os membros que estão ativos nas reuniões da associação, fato que exclui alguns moradores que não são frequentadores das reuniões.

Graças ao caráter da pesquisa ser qualitativa, buscando evidenciar a percepção que os remanescentes quilombolas têm sobre o fenômeno do processo de comunicação dos agentes do INCAPER, acompanhamos mais de perto seis agricultores, num universo de aproximadamente 35 famílias que trabalham de alguma maneira com a atividade agrícola. As famílias que me foram apresentadas, pelo presidente da comunidade, evidenciaram que elas têm forte participação na organização da associação quilombola, além disso, esses quilombolas estão envolvidos ativamente nos projetos desenvolvidos pelo INCAPER e pela prefeitura.

Em relação à faixa etária dos entrevistados metade deles são jovens, que permaneceram ou regressaram a comunidade, no período que surgiram novas

oportunidades, através dos projetos do INCAPER e da prefeitura para ações no setor primário. Em relação à escolaridade, metade dos entrevistados não concluiu o ensino fundamental. A ausência de uma escola com o segundo ciclo do ensino fundamental, pode ser indicado como um dos fatores para a ausência da escolaridade básica.

Quatro dos entrevistados exercem a atividade agrícola desde sempre, os outros dois voltaram a produzir em suas hortas no prazo de 2 - 3 anos atrás. Foi justamente no período que o INCAPER chegou à comunidade com o projeto 'Desenvolvimento no Quilombo', além disso, no mesmo período e a secretaria de agricultura, da gestão atual, reformulou as estratégias das políticas sociais realizadas na comunidade. Quatro dos entrevistados possuem relação com a agricultura por parte da família, enquanto dois dos entrevistados, um foi incentivado pela associação e o outro resgatou as práticas agrícolas a partir das ações da assistência técnica. O resgate e o incentivo da produção entre os quilombolas tem sido instrumento de fortalecimento da identidade quilombola.

Em relação à geração de renda, três dos entrevistados indicaram que alcançam até um salário ou mais com os produtos cultivados em sua propriedade e/ou fruto da horta coletiva que há na comunidade. Fica evidente o quão estratégico, no processo de geração de renda, as atividades agrícolas se revelam eficientes junto ao aparato que o Estado tem oferecido.

Quando questionados sobre a geração de renda, apenas um dos produtores possui sua renda exclusiva da agricultura familiar. Três dos quilombolas agricultores trabalham em fazendas vizinhas, como meeiros, um trabalha como motorista e outra recebe a aposentadoria. Nota-se que a produção agrícola não é suficiente para a manutenção do padrão de vida da comunidade, pois a mesma ainda não remunera o suficiente, ela tem funcionado como um instrumento que tem fortalecido a identidade dos moradores.

Os entrevistados estão envolvidos com atividades na associação, de acordo com a fala deles, estão sempre participando das reuniões. Esse fator tem possibilitado uma maior articulação do técnico do INCAPER e os técnicos da prefeitura com os moradores da associação.

Dos entrevistados, apenas dois não possuem documento de posse da terra. Há uma insatisfação quase geral a respeito do tamanho da propriedade, que é considerada insuficiente para o incremento da produção. A expropriação e especulação imobiliária nas décadas passadas fizeram muitas famílias a venderem partes da propriedade, por preços não compatíveis ao valor que a terra possuía. O retorno de alguns quilombolas só possível graças às relações de parentesco existente, que permitia a ocupação de um familiar na propriedade do quilombola que permaneceu por isso a ausência de documentos de posse.

A falta de estrutura na comunidade e em seus arredores, durante muito tempo, por parte dos gestores públicos, acabaram obrigando que as famílias remanescentes quilombolas buscassem uma condição melhor na cidade, e por isso vendiam suas propriedades.

A horta é a forma de uso do solo mais frequente entre os moradores da comunidade. Existe uma horta coletiva, fruto de uma ação da parceria com INCAPER e as hortas familiares. Dos produtores entrevistados, apenas um não possui uma plantação em seu terreno, sendo o trabalho na horta coletiva sua relação com a atividade agrícola,

os outros produtores se dividem entre a produção familiar, a comunitária e os trabalhos para terceiros.

O trabalho em cada uma delas tem o sentido diferente. A horta familiar criam-se condições de geração de renda ou apenas a complementa, além de garantir a segurança alimentar para as famílias que cultivam. O hortão coletivo é fruto de um projeto da Secretaria Estadual Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG) visa gerar renda, resgatar a prática da atividade agrícola e fortalecer a identidade dos moradores quilombolas. A atividade em hortas de outras propriedades, tem o sentido de ser um canal de geração de renda.



Figura 05 - Horta familiar Quilombolas (Fonte: Arquivo de Pesquisa)



Figura 06 - Horta de uma propriedade familiar (Fonte: Arquivo Pessoal)

A percepção sobre a qualidade dos recursos naturais é a seguinte: quatro entrevistados consideram bom e dois definem com regular a qualidade do recursos naturais. Todos consideram que houve melhorias no cuidado com a natureza, através da educação ambiental oferecida por diversas instituições.

Todos entrevistados possuem a Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP). O que é relevante nesse tópico é que metade dos quilombolas abordados possui o documento há 01 ano, um possui há 02 anos, o outro possui há 05 anos e o mais antigo possui o documento há 06 anos. Fica evidente que houve uma mobilização dos agricultores, justamente no período que o INCAPER passou a atuar na comunidade.

Entre os produtos que são cultivados foram citados pelos agricultores foram: couve, alface, palmeirão, chicória, salsa, cunto, maracujá, aimpim, cebola, jiló, repolho, chicória e alguns legumes, café, milho, cebolinha. Sendo que a couve e a alface foram citadas por 83,3% dos agricultores. A diversificação da produção é algo que é incentivado pela prefeitura.

A produção de todos é voltada para a comercialização na Feira Livre, organizada pela prefeitura do município e para a merenda escolar, há também a comercialização interna, para outros moradores da comunidade.



Figura 07 - Produção Familiar Quilombola destinada a Feira Livre do município de Cachoeiro de Itapemirim (Fonte: Arquivo de Pesquisa)



Figura 08 - Feira Livre de Cachoeiro de Itapemirim (Fonte: Arquivo de Pesquisa)

Dos agricultores entrevistados todos reconhecem o trabalho do INCAPER. Apenas um dois dos entrevistados estenderam o auxílio a outras instituições: um reconheceu o papel de prefeitura, e o outro citou a prefeitura, o IBAMA e a Universidade São Camilo, como instituições que tem contribuído no processo de

comunicação da assistência técnica. Apenas um quilombola questionado na pesquisa, acessou ao crédito rural do PRONAF.

É unânime entre esses produtores o desejo de viver no quilombo. Porém, quando perguntado se preferem trabalhar na comunidade quilombola ou na cidade, quatro afirmaram ser melhor trabalhar na localidade, os outros dois apontaram ser melhor o trabalho na cidade, visto que a disponibilidade de terra não é suficiente para a produção necessária para manter a família.

Sondados sobre a relação terra e o ser quilombola, todos afirmaram que a terra possui um valor para a identidade quilombola, pois ela recupera a história dos ancestrais escravos, que por três longos séculos foram à única força de trabalho nas terras do Brasil. Além disso, consideram o espaço de reprodução da vida material, pois o cultivo de produtos agrícolas é uma estratégia de geração de renda.

Sobre as práticas agrícolas tradicionais quilombolas, apenas um dos entrevistados cultivava algo relacionado à especificidade da cultura quilombola, que é a 'araruta' (*Maranta Arundinacea*). Entretanto, um dos agricultores afirmou ter o desejo de resgatar o cultivo de plantas medicinais que eram feitos na época de seus avós. A fazenda experimental do INCAPER, localizada a 4 km da comunidade, possui uma plantação de milho crioulo, aonde alguns quilombolas atuam. Todos afirmaram que há uma relação de diálogo com os extensionistas. Provavelmente o elemento fundiário, da dimensão da propriedade desses produtores, limita o cultivo, por exemplo, do milho crioulo em suas propriedades.

Quando abordados a respeito da percepção do desenvolvimento na comunidade, o produtor (P)1 acredita que o desenvolvimento tem chegado sim na comunidade, pois há melhorias de habitação e preservação dos recursos ambientais. O P2 acha que o desenvolvimento na comunidade é pouco. O P3 entende desenvolvimento como bem-estar e geração de renda e para ele é o que tem acontecido nos últimos anos. O P4 numa comparação com o passado acredita que o desenvolvimento chegou, graças a geração de renda e a melhoria na qualidade de vida. O P5 também considera que tem ocorrido o desenvolvimento em Monte Alegre. O P6 pensa que deve se melhorar o processo de desenvolvimento na comunidade.

O desenvolvimento para esse agricultores se relaciona principalmente a questões estruturais e a disponibilidade de serviços na comunidade. A presença do poder público tem sido uma estratégia para atender a esse grupo, entretanto, os desafios serão superados com a organização interna da comunidade quilombola de Monte Alegre.

No mesmo período que na fomos na comunidade, convidaram-nos a comparecer a uma das reuniões do Conselho de Desenvolvimento Rural, aonde o secretário de agricultura do município (presidente do conselho) se faria presente. O Conselho é formado por 24 representações: um agricultor por distrito de Cachoeiro (Pacotuba, Gruta, Burarama, Conduru, Córrego dos Monos, Coutinho, Gironda/Soturno, Itaoca, Tijuca e São Vicente), ainda compõe o conselho a Cooperativa de Laticínios – SELITA, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sindicato Rural, a Cooperativa de Crédito – SICOOB, as secretarias municipais de saúde, meio ambiente, educação, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, agricultura e abastecimento, participam também o INCAPER, o IDAF, a Escola da Família Agrícola de Cachoeiro e as comunidades Quilombolas da região.

O CMDRS iniciou suas atividades em 2009 e realiza reuniões mensais (todas as primeiras quartas-feiras de cada mês) e discute temas como aquisição de maquinário para as comunidades rurais, assim como a contemplação de projetos de desenvolvimento para essas comunidades e temas de organização. Todas as comunidades que se representam no Conselho, fazem parte da 'Feira Livre' do município. A 'Feira Livre' conta com a presença de outras comunidades, que não se encontra inserida no conselho.

Diversas secretarias de governo têm atuado nos processos de desenvolvimento da comunidade quilombola de Monte Alegre. O reconhecimento enquanto quilombolas, a organização da comunidade e uma administração municipal que tem garantido ações de desenvolvimento para Monte Alegre, que tem ganhado destaque constantemente em diversos espaços. Isso tem articulado a inserção de diversos projetos, na área da cultura e turismo, por exemplo.

O destaque das atividades de incentivo da produção agrícola na comunidade, por parte da prefeitura, é a compra direta dos produtos para a merenda escolar e a inclusão dos quilombolas na 'Feira Livre', que é uma feira que ocorre semanalmente na cidade, e os servidores municipais, são incentivados a comprar seus alimentos nessa feira, através de um ticket válido somente nessa feira. Essas ações da prefeitura tem permitido que as famílias gerassem uma renda ou complementem-na, garantindo o bem estar socioeconômico.

A reunião Conselho é fundamental para os processos de desenvolvimento rural que são articulados no município. Na reunião, a representação quilombola não estava presente.

Além da secretaria municipal de agricultura, os órgãos estaduais têm contribuído e incentivado as ações para o fortalecimento da agricultura. Um exemplo disso é a disponibilidade de transporte que a prefeitura oferece para que as mercadorias cheguem a cidade, e também a doação de uma caminhonete por parte da secretaria estadual de agricultura a comunidade, para o transporte dos produtos da agroindústria.

As informações colhidas na entrevista com o secretário de agricultura do município de Cachoeiro de Itapemirim vão ao encontro do que a liderança da associação me apresentou. O secretário de agricultura é formado em Engenharia Agrônoma, isto é uma vantagem nos processos de articulação das políticas agrícolas e agrárias do município. Desde a década de 1990 desenvolve trabalhos, em organizações não governamentais, que visam à inserção dos pequenos agricultores nas cadeias de comercialização dos produtos agrícolas, no chamado mercado *fair trade*²². No início dos anos 2000, assessorou um município vizinho de Cachoeiro de Itapemirim. Passou a desenvolver um trabalho junto a EMBRAPA, no resgate, na multiplicação e na comercialização de variedades crioulas de milho, além de ter trabalhado na variedade de outras culturas.

No ano de 2009, foi convidado a assumir a Secretaria de Agricultura de Cachoeiro de Itapemirim, aonde vem realizando, nas palavras do entrevistado:

um trabalho bem diversificado, na área da diversificação, da produção, do processamento e

²² Um modelo de comércio que busca o preço justo das mercadorias.

comercialização acho que o forte nosso hoje é a questão comercialização. Nós criamos vários canais de comercialização para os produtos produzidos pela agricultura familiar.

Fica claro que os projetos desenvolvidos pela secretaria de agricultura tem privilegiado o agricultor familiar.

O reconhecimento da importância da agricultura quilombola, na manutenção da cultura camponesa, fez com que as atividades agrícolas da comunidade de Monte Alegre fossem incluídas nos projetos que são desenvolvidos junto aos pequenos e médios produtores do município de Cachoeiro. E segundo o secretário, logo no início de seu cargo, visitou a comunidade para conhecer as demandas e os potenciais que ela poderia oferecer.

Não existia uma estratégia de promoção de autonomia e geração de renda que na comunidade até antes deles assumirem, segundo o secretário, as ações anteriores se baseava numa política assistencialista. A atual gestão municipal, entretanto, teria evidenciado que mesmo com os limites, fundiários, por exemplo, que as famílias da comunidade tinham ali um real potencial para desenvolverem a atividade agrícola e dessa forma contribuir não só para o desenvolvimento da comunidade, mas também para o desenvolvimento do município.

Durante muito tempo, os remanescentes quilombolas eram taxados de ‘preguiçosos’ por outras comunidades, por receberem tudo ‘na mão’. Essa forma preconceituosa e estereotipada tem sido superada graças à nova forma de assistência do município, que tem inserido os instrumentos necessários para que eles possam gerar o seu desenvolvimento, criando assim autonomia.

Os agricultores quilombolas foram inseridos nos seguintes projetos: Cesta Verde, CDA quilombolas, nas compras da merenda escolar, além disso, há produtores que já atuam no mercado convencional do município. A produção na comunidade remanescente de quilombo de Monte Alegre vem crescendo e atendendo as demandas do município de Cachoeiro.

O ‘Cesta Verde’ é um projeto de segurança alimentar da prefeitura, que atende aproximadamente 560 famílias que se encontram em situação de pobreza. Nesta ‘cesta’ há uma diversidade de hortaliças produzidas por diversos pequenos agricultores, inclusive os remanescentes do quilombo de Monte Alegre. Quem coordena esse projeto é a Secretaria de Desenvolvimento Social, em parceria com a Secretaria de Agricultura.

O ‘Compra Direta de Alimentos Quilombola’ (CDA - Quilombola) chegou à comunidade quilombola de Monte Alegre em 2010. O projeto destina-se a aquisição de gêneros alimentícios produzidos na comunidade local, com a finalidade de despertar o incentivo entre os agricultores, ou seja, os quilombolas deixam de receber uma ajuda ‘assistencialista’ por parte do governo e se torna um fornecedor para prefeitura. Em 2010 a produção quilombola estava destinada a APAE, ao Lar Adelson Rabelo, ao Lar João XXIII, ao Lar Nina Aroeira e a Casa de Passagem, no ano de 2012, outras instituições passaram a consumir os alimentos produzidos em Monte Alegre: Albergue Cáritas, Villagindo para Ser Feliz (organização da Igreja Católica), Aprisco Rei Davi, Recanto da Criança e o Grupo de Apoio aos Doentes de Aids ‘Solidários pela Vida’ (GAASV).

Atualmente são 22 agricultores participando desse programa. Os gêneros alimentícios adquiridos pelo programa são os mais diversificados: abóbora madura, abobrinha, aipim, alface, banana da terra, banana prata, batata doce, chicória, couve, inhame, laranja, palmito, taioba e salsinha; produtos de origem animal, como mel, ovo caipira e peixe. Outros produtos beneficiados na agroindústria, também entram na lista, como os doces e biscoito caseiro.

A compra de produtos agrícolas feitos no Quilombo de Monte Alegre destinado a merenda escolar tem tido sucesso. Recentemente, no final do ano de 2013, o município de Cachoeiro venceu o Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar²³, em todo o sudeste, a categoria que premeia o município que utilizasse a produção indígena ou quilombola.

De acordo com a nutricionista responsável pela merenda escolar de Cachoeiro, existem 150 agricultores familiares, que representam os 30% de fornecedores que lei que determina para compra de alimentos para a merenda escolar. Desse número, 84 produtores quilombolas estão registrados como fornecedores de alimentos para a prefeitura.

Quando questionado sobre o cardápio quilombola, a servidora da secretaria de educação, respondeu que não há muitas diferenças entre a merenda de uma escolar regular e de uma escola rural. Ela afirmou que a partir desse ano, a merenda escolar seria diferenciada para a escola localizada no quilombo, segundo a nutricionista, seria incluído a ‘canjiquinha’ e o ‘angu de banana’, que são pratos tipicamente quilombola.

Na opinião do secretário, esse movimento de resgate da atividade agrícola, tem ocorrido, principalmente, graças à organização da comunidade. A forma que eles tem se organizado, tem permitido que novos horizontes se abrissem na vida socioeconômica das famílias. Um fato que ilustra essa oportunidade de crescimento e diversificação de produção foi à construção de uma agroindústria comunitária através do PRONAF Infraestrutura Capixaba²⁴.

A articulação da prefeitura e o INCAPER nas ações de desenvolvimento rural/etnodesenvolvimento na comunidade de Monte Alegre, tem se revelado como positiva. A participação do técnico do INCAPER, que atua no quilombo, no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável tem permitido que as demandas dos quilombolas ganhassem relevância entre os conselheiros. Além disso, a Secretaria de

²³ O Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar é considerado uma premiação pedagógica. Nessa edição foram 56 cidades finalistas que receberam visita técnica. Para chegar a esta etapa, o projeto da cidade passa por uma avaliação criteriosa com etapas quantitativas e qualitativas. As cidades são premiadas em categorias que, sem hierarquia entre elas, são estrategicamente definidas em função dos pontos mais relevantes do Programa de Alimentação Escolar e para os quais há necessidade de investimento do gestor municipal. (fonte: <http://www.portalcfc.org.br/noticia.php?new=11562>)

²⁴ A partir do ‘Programa Nacional da Agricultura Familiar’ – Pronaf - desenvolvido pelo Governo Federal, a administração estadual do Espírito Santo criou, de forma inédita no país, o seu próprio programa, voltado ao atendimento dos agricultores familiares com a finalidade de gerar desenvolvimento e oportunidades. Desde 2005, o Pronaf Capixaba oferece recursos para investimentos em infraestrutura, como a realização de obras, aquisição de veículos, maquinário agrícola e equipamentos, conforme as necessidades identificadas pela comunidade. (fonte: <http://incaper.web407.uni5.net/revista.php?idcap=984>)

Agricultura tem se mobilizado e junto a outras secretarias, como a de desenvolvimento social, a fim de que os projetos sejam desenvolvidos com eficiência.

De acordo com o secretário, existe a *assistência técnica no que diz a produção, tanto campo, produção na agroindústria, nós temos economista doméstica e também assim, na questão da comercialização, no gerenciamento. Nós já demos cursos de gerenciamento da agroindústria. Então não é só incentiva a produção, eles produzirem e a prefeitura vir e pegar*. Ou seja, a atuação da prefeitura tem sido planejada, para que se fortaleça a agricultura entre os quilombolas. A organização da prefeitura nesse sentido tem acompanhado as políticas de nível nacional tanto para remanescentes de quilombos quanto para o fortalecimento da agricultura familiar.

Nota-se que os avanços, nesse contexto apresentado, têm criado condições para que os moradores do quilombo de Monte Alegre sintam um bem estar na comunidade.

3.6 – A atuação do INCAPER na comunidade Quilombola de Monte Alegre.

A chegada do INCAPER no quilombo de Monte Alegre se deu no ano de 2009. Na entrevista com o extensionista, ele revelou que a instituição capixaba de assistência técnica havia elaborado um projeto de ATER Quilombola e tinha apresentado junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, entretanto, essa proposta de ATER não foi aprovada junto ao órgão federal. Na concepção dos atores sociais do INCAPER, os quilombolas de Monte Alegre estavam ‘invisíveis’ diante as políticas públicas.

A partir dessa tentativa de promover ATER Quilombola em Monte Alegre, é que surgiu, nas palavras do extensionista, a ‘brecha’ para que o órgão pudesse estar atuando juntos aos agricultores quilombolas. A formação e a trajetória profissional do técnico agrícola, foram baseadas nos princípios da agroecologia, participou inclusive, nos debates da sociedade civil, durante a construção da nova política nacional de ATER. Essa característica contribui para que suas ações sejam realizadas também dentro dos princípios e diretrizes que o INCAPER propõe como Assistência Técnica e Extensão Rural.

Em 2011, uma parceria do INCAPER junto a Comissão Estadual Quilombola foi elaborado o projeto “Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas”. O projeto seria desenvolvido em duas partes: organização de um Diagnóstico Rural Participativo e aplicação de um questionário para levantar informações de caráter socioeconômico.

De acordo com o extensionista mesmo com a desarticulação da associação comunitária quilombola de Monte Alegre, as ações do DRP conseguiram envolver a participação de um grupo expressivo quilombolas da comunidade. Outra parceria que levantou os dados socioeconômicos do quilombo de Monte Alegre foi o Instituto Jones dos Santos Neves, que é um órgão vinculado a Secretaria de Economia e Planejamento do Espírito Santo, e possui a finalidade de produzir conhecimento para a elaboração de políticas sociais.

Os dados levantados pelo Instituto Jones dos Santos Neves sobre o quilombo de Monte Alegre, publicados em 2012, foram os seguintes: a média de pessoas que vivem por casa é de 4,62, sendo que 2,71 são jovens e adultos e uma média de 2,3 são crianças. O número de pessoas que trabalham por casa é de 1,67. A renda mensal média é de R\$925,70.

Em relação aos estudos, 75% não possui estudo ou tem o fundamental incompleto; 15,9% possui o médio incompleto, 2,3% tem o ensino médio completo e 6,8% possui curso superior. A religião evangélica predomina, correspondendo a 57,8% da comunidade, a católica equivale a 28,9% e 13,4% são de outras religiões, não especificadas pelo estudo.

Em Monte Alegre, 58,5% tem o trabalho na atividade primária como a principal fonte de renda. E 85% deste trabalho são desenvolvido na própria propriedade. Quando questionado sobre a importância da produção na sobrevivência da família, 75% afirmam que dependem, 18,8% dizem que tem importância média e 6,3% consideram de pouca importância.

No quilombo de Monte Alegre, a condição do uso da terra é a seguinte: 71,4% são posseiro; 19,9% possuem escritura e 9,5% possui recibo. Na comunidade 32,6% tem água disponível para irrigação, 40,5 % utilizam fossa séptica, 52,4% usam fossa rudimentar e 7,1% vala a céu aberto. A coleta de lixo ocorre em 77,3% dos domicílios. A iluminação com medidor próprio 82,2% das casas e 17,8% utilizam medidor de energia coletivo.

De acordo com dados do Instituto Jones dos Santos Neves, 66,7% das famílias quilombolas de Monte Alegre recebem o Bolsa – Família²⁵. O Programa Saúde da Família atende a 88,9% das famílias do quilombo. 93,2 % já foram beneficiados pelo PRONAF.

Para o técnico agrícola do INCAPER, o diagnóstico rural participativo, apontava que a organização interna da comunidade era essencial. A associação quilombola estava passando por uma reestruturação, que estava possibilitando um maior dinamismo, entre a comunidade e os órgãos públicos.

A comunidade já havia estabelecido contato com a prefeitura, através da secretaria de agricultura e a secretaria de ação social, através do programa de compra direta de alimentos (CDA), nesse contexto, o INCAPER passou a auxiliar as ações da produção agrícola na comunidade.

No Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, antes dos quilombolas terem representantes, o INCAPER esteve envolvido no processo de escolha da alocação de uma agroindústria na comunidade, segundo o técnico do INCAPER, a ideia era incentivar a produção local de matérias primas para a agroindústria. A ideia era que os próprios quilombolas fossem gestores da agroindústria, garantindo autonomia ao grupo, pois se reconheceu a potencialidade da comunidade.

O INCAPER passou então a realizar ações voltadas para o aumento e a diversificação da produção dos agricultores quilombolas. A princípio, junto com 04 quilombolas, o técnico agrícola do INCAPER, iniciou um trabalho de incentivo a produção de milho. As atividades agrícolas ocorriam numa parte cedida pelo INCAPER da Fazenda do Cafundó, e isso passou a contribuir para que eles compreendessem que aquela instituição encontra-se disponível para uma comunicação entre o agricultor e os técnicos agrícolas, não precisando de um intermediário.

²⁵ Além disso, 83% das famílias estão cadastradas no CadÚnico.

Atualmente, nessa localidade eles continuaram plantando milho e feijão de porco. Inclusive, participaram de um evento de agroecologia e comercializaram a produção de feijão de porco. A produção de milho, em 2013, enfrentou um período de seca, o que ocasionou perda de parte da produção, mas o pouco que se salvou foi utilizado na polenta de um restaurante que há na comunidade. Ele reconhece a dificuldade estrutural que há no sistema de irrigação da fazenda Cafundó, o que inviabiliza o sucesso de algumas culturas.

Percebe-se que o extensionista tem realizado nos processos de comunicação é o incentivo ao empoderamento dos quilombolas e também a formação de lideranças. Fica evidente que a ideia de extensão que se baseia o técnico agrícola do INCAPER, que tem estado presente com maior frequência na comunidade de Monte Alegre, tem seus princípios baseados na concepção freiriana de extensão. Romper com as ações assistencialistas tem sido o foco de suas ações. Segundo ele, o que se propõe a realizar é a socialização do conhecimento, a troca de saberes. Essa percepção é comprovada através de como se dá a receptividade do profissional na comunidade.

O incentivo do representante do INCAPER na comunidade tem sido o de que o produto quilombola, seja ele primário, ou processado, tenha um diferencial, dos outros que estão no mercado. Pois, ele reconhece o valor que o pequeno agricultor quilombola possui com a terra e o meio ambiente, se diferenciando da produção em larga escala do agronegócio. Ou seja, pretende-se criar um selo quilombola, que agregue um diferencial na produção dos remanescentes quilombolas, essa ação futura fortalecerá a identidade quilombola além de garantir um retorno material.

IV - CONCLUSÃO

A possibilidade do Estado e das organizações não governamentais (ONG's) estarem interferindo, através de políticas públicas, na promoção do desenvolvimento de grupos que são vulneráveis socioeconomicamente no Brasil, é algo que constantemente tem sido levantado pelos movimentos sociais e outras instituições da sociedade civil. O objetivo dessa pesquisa foi o de analisar o papel da ater no território da comunidade remanescente de quilombo de Monte Alegre e investigar como os remanescentes quilombolas tem se relacionado com as instituições que promovem o desenvolvimento na comunidade.

Muitas organizações governamentais e não governamentais, atuam na promoção do desenvolvimento dos grupos étnicos. Entretanto, o modelo da abordagem de desenvolvimento, de algumas organizações não é capaz de atender as demandas de forma eficiente. Na realização da pesquisa, realizou-se uma revisão teórica sobre abordagem territorial de desenvolvimento e também sobre etnodesenvolvimento, onde se constatou que ambas as abordagens focam em ações que destacam a formação de redes.

Através das redes, o Estado, nos últimos anos tem criados estratégias, através de políticas públicas e programas governamentais, que utilizam elementos da identidade e território, para a elaboração da política. Esse fato revela-se como um avanço nas ações para o bem-estar e o desenvolvimento das múltiplas identidades brasileiras.

O presente estudo identificou e analisou os processos para o etnodesenvolvimento/desenvolvimento territorial de comunidades remanescentes de quilombo, que tem sido realizado nos últimos. A compreensão sobre o que é um território quilombola, após diversas ressignificações, no campo jurídico, político, histórico e das ciências sociais, é um fator que contribuí significativamente para o sucesso das ações estatais de promoção do desenvolvimento local.

Entretanto, notou-se que a apropriação do sentido 'ser quilombola' é algo recente na comunidade de Monte Alegre. As instituições públicas que tem atuado no incentivo da produção agrícola reconhecem a tradicionalidade do grupo, mas no tocante a criar estratégias específicas, de caráter étnico, percebe-se que há uma distância no que é proposto pela teoria e o que é realizado na prática.

Mesmo com o avanço do sistema de produção vigente, que privilegia e incentiva a mecanização dos processos socioeconômicos, o campesinato brasileiro tem se recriado e vem se afirmando como uma categoria que possui diversas identidades. Como foi revelado anteriormente, a maioria das comunidades quilombolas, ocupam áreas rurais e fazem parte desse cenário.

Donos de uma história, as gerações oriundas das famílias negras que no pós-abolição permaneceram nas fazendas de café e junto com os refúgios criados pelos cativos, ainda no período escravocrata, configuram o conceito de remanescentes de quilombo. No Brasil existem mais de 1500 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

A partir do entendimento da forte relação que a maioria dos remanescentes quilombolas têm com a terra, característica de um povo tradicional, a proposta da

discussão desse trabalho era de perceber como a atividade agrícola é capaz de fortalecer o processo de afirmação de identidade e promover o desenvolvimento.

A Comunidade Remanescente de Quilombo de Monte Alegre, não é titularizada pelo INCRA. O caráter não coletivo da terra, em alguns casos, cria uma disputa interna entre as famílias quilombolas. Isso se revelou presente nas falas de alguns quilombolas, que questionam a vinda de familiares de quilombolas já estabelecidos na comunidade, visto que o limite da propriedade vai reduzindo e conseqüentemente a área para o cultivo diminui.

A inoperância dos órgãos públicos responsáveis pelos processos de regularização fundiária cria situações que nem a que foi exposta acima. Muitas famílias retornam ao quilombo, entretanto, o caráter coletivo da terra, enquanto um território tradicional, não é respeitado.

Diante dessa contextualização, passamos a investigar como que o Governo Federal tem cumprido as ações afirmativas, garantindo em lei, para remanescentes quilombolas. A experiência do Programa Brasil Quilombola é algo relevante a se comentar. Os princípios e diretrizes que compõe a plataforma desse programa caminham no sentido da promoção do etnodesenvolvimento, possibilitando o empoderamento desse povo, através de ações que crie condições para a construção de sua autonomia.

A articulação de diversos Ministérios e Secretarias, mostra que tem se proposto a romper com o modelo de políticas setoriais. Entretanto, a eficiência no cumprir do que é dito ainda deixar a desejar. Os números indicados no capítulo I, sobre os dados do PBQ, revelam que não tem sido suficientes para atender a realidade e a demanda das comunidades quilombolas brasileiras, muitas ainda são esquecidas, às vezes, nem reconhecidas.

Em nenhum momento da pesquisa, foi apresentado algum projeto desenvolvido na comunidade de Monte Alegre, fruto do Programa Brasil Quilombola. A liderança da associação, afirma conhecer a existência do PBQ, mas a articulação dos programas e projetos ali desenvolvidos tem ocorrido a nível municipal e estadual.

A tentativa de superação do modelo de ATER que prevaleceu nas décadas de 1970 pode ser considerada como uma das bases do fortalecimento da agricultura familiar. A nova PNATER, que privilegia o saberes tradicionais e propõe o diálogo com os agricultores, é fruto dos movimentos sociais que batalharam pra normatizar um modelo baseado nos princípios agroecológicos. Porém, há uma lacuna entre a política e a prática, principalmente devido a uma formação nas universidades voltada para mercado, de profissionais da área de agrárias.

A PNTER garantia em sua plataforma, uma assistência técnica especializada junto a agricultores indígenas e a agricultores quilombolas. Em 2010, essa política se transformou em lei, a Lei de Ater. E no de 2011 e 2012 houve editais para a contratação de entidades não governamentais estarem atuando junto a comunidades quilombolas.

Evidenciou-se na pesquisa, o quão deficiente o Brasil é de técnicos que possui uma formação diferenciada para atender as demandas dos grupos étnicos, pois na chamada pública de 2012, algumas comunidades quilombolas deixaram de assistidas,

por não ter tido nenhuma organização proponente para operar junto a áreas de comunidades remanescente de quilombo.

Entretanto, além das ações do governo federal, outras instituições a nível estadual e municipal, atuam na assistência técnica e extensão rural, junto a agricultores familiares. Na pesquisa desenvolvida, a análise empreendida foi perceber como o Instituto Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) tem articulado suas ações diante a comunidade remanescente de quilombo de Monte Alegre para a promoção do etnodesenvolvimento.

A realização do trabalho em questão contou com levantamento de dados teóricos, documentos oficiais, aplicação de questionário junto a famílias quilombolas e entrevistas com gestores das ações de desenvolvimento rural.

A percepção de alguns atores que compõe o cenário do objeto de pesquisa é de que uma nova fase tem sido promovida na realidade do quilombo de Monte Alegre. Aponta-se para o potencial forte que a atividade agrícola tem no território de Monte Alegre. Entretanto, as disputas internas não têm facilitado à ampliação e divulgação dos projetos de desenvolvimento na comunidade.

O resgate da tradição e o incentivo da produção agrícola na comunidade ocorrem, principalmente, devido à organização da comunidade em volta de uma associação, em que não há a participação de todos. Através das reuniões da associação quilombola, os moradores da comunidade que participam se articulam e deliberam suas demandas.

A liderança da associação tem articulado junto a diversos órgãos, oportunidades para a melhoria do bem-estar da comunidade. O retorno à prática das atividades agrícolas pelos agricultores quilombolas é recente, entretanto, evidencia-se que mudanças positivas têm ocorrido através dessa retomada, por exemplo, as famílias que vivem exclusivamente da renda oriunda da comercialização da produção, evitando a saída para a cidade e a permanência, às vezes, em trabalhos insalubres.

Outros personagens fundamentais tem sido destaque no resgate da identidade cultural quilombola de Monte Alegre. O caráter representativo das lideranças da comunidade tem ocorrido pra além da associação. Percebe-se uma relação de tensão interna, entre essas representações, principalmente em relação à religião. Esse fato tem deixado diversas famílias sem contato com as políticas públicas, que não participam das decisões na comunidade.

A contribuição da secretaria de agricultura do município de Cachoeiro de Itapemirim tem sido fundamental, pois o vínculo que se estabeleceu entre os quilombolas e os gestores públicos foi uma relação de parceria e não dependência assistencialista. Isso demonstra que as ações do governo municipal, tem ido ao encontro com a lei de Ater, no que tange ao processo de construção da autonomia da comunidade. Além disso, existe o Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial, cujo há representação quilombola de Monte Alegre, em que são pensados e articulados ações para a promoção da saúde, da educação e da segurança do negro na sociedade, A prefeitura municipal, através de diversas secretarias, tem atuado na comunidade remanescente de quilombo de Monte Alegre, com intuito de criar condições para que os moradores do local tenham serviços públicos de qualidade.

Além da prefeitura, ONG's e Universidades, tem sido instrumentos facilitadores na capacitação e organização da comunidade. O INCAPER, tem se revelado como um grande parceiro junto à comunidade, incentivando a produção e também a organização social da comunidade, para que esta seja mais autônoma.

O INCAPER é outro ator importante nessa atividade. Além de transferir tecnologia, os técnicos do INCAPER buscam o resgate de uma agricultura na comunidade de Monte Alegre, para que as famílias quilombolas garantam a segurança alimentar e que também possam gerar renda, através da produção. Além disso, esse órgão tem sido articulador das políticas públicas e programas sociais que são desenvolvidos na comunidade.

No estudo, observou-se que as atividades agrícolas no quilombo de Monte Alegre têm rendido, literalmente, bons frutos a partir de uma assistência técnica convencional. Entretanto, cabe afirmar que há o reconhecimento ideológico que o grupo tem uma tradicionalidade, que não se encontra embutida na produção agrícola, mas na valorização de outros aspectos identitários. Para alguns a tradicionalidade quilombola se estabelece nas relações de parentesco, outros incluem alguns costumes, que não é compartilhado por todos da comunidade, por exemplo, o Caxambu.

A relação entre a prefeitura e o INCAPER com os quilombolas de Monte Alegre tem apresentado como um fator positivo para ambas as partes. A dificuldade da união da comunidade, em torno da associação, tem distanciado algumas famílias, que por vez, não são incluídas nos projetos de desenvolvimento.

O desenvolvimento territorial e/ou etnodesenvolvimento da comunidade negra de Monte Alegre é algo que nos últimos anos, tem gerado um resultado eficiente. Ampliar o resgate cultural na comunidade é uma boa maneira para se pensar numa agricultura tradicional, que necessite realmente de uma assistência técnica especializada.

Há muitos desafios a serem enfrentados. A presença de um Estado que continue elaborando estratégias de desenvolvimento, baseadas em laços e redes territoriais, junto a sociedade civil organizada, é possível desenvolver, não somente o econômico, mas sim promover a qualidade e a melhoria da vida.

VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Para una teoría de los estudios territoriales* – A ser publicado em livro organizado por MANZANAL, Mabel. Disponível em <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay>. 2006.

_____. Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo. *Revista Desafios do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 2000.

ALMADA, V. P. F de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1984.

ALMEIDA, Alfredo W. B de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. *Coleção “Tradição & Ordenamento Jurídico”*. Vol.2. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PPGSCA-UFAM, Fundação Ford). Manaus, 2006.

_____. de. “Os quilombos e as novas etnias”. Em: Eliane C. O’Dwyer (org.) *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ABA, 2002.

_____. Quilombos: tema e problema In: Projeto Vida de Negro. Jamary dos Pretos: terra de mocambeiros. São Luís, SMDDH/CCN-PVN, 1998.

_____. Terras tradicionalmente ocupadas – Processo de Territorialização e Movimentos Sociais. *R. B. E STUDOS URBANOS E REGIONAIS* v. 6, n. 1 / Maio, 2004.

ALTIERE, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária. S/1, 2002.

AMIN, Samir. *Accumulation on a world scale: critique of the theory of underdevelopment*. New York: Monthly Review Press, 1974.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru/SP. Edusc, 2006.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. Em P. Poutignat & J. Streiff-Fenart (orgs.). *Teorias da Identidade*. São Paulo, UNESP, 1998.

BATALLA, Guillermo Bonfil. *Etnodesarrollo: SUS premisas jurídicas, políticas y de organización*. México, 1995.

_____. El concepto de indio en América: una categoría de la situación colonial. *Annales de Antropología*. México, 1970.

BITTENCOURT, G. A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização – do engenho às grandes indústrias (1535-1980). Rio de Janeiro/Vitória: Livraria Editora Cátedra/ Dep. Estadual de Cultura, 1987.

BLUME, Roni. *Território e ruralidade: a desmistificação do fim do Rural*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento rural, 2004.

- BONNEMAISON, J. “Viagem em torno do território”. In: Rosendahl, Z. e Corrêa, R.L.(orgs). *Geografia Cultural: um século* (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1981.
- BOURDIE, Pierre. *O Poder Simbólico*. Editora: Bertrand Brasil *Edição: 12. Ano: 2006*.
- BRAGA, J.C.S. e MAZZUCHELLI, F. Notas introdutórias ao capitalismo monopolista. In: *Revista de Economia Política*, vol. 1, nº 2, abril-junho, 1981.
- BRANDÃO, André; da DALT, Salete; GOUVEIA, Victor Hugo. *Comunidades quilombolas no Brasil: características socioeconômicas, processos de etnogênese e políticas sociais*. Niterói: EdUFF, 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. 2004.
- CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Unesp, 2000.
- _____. *Uma agenda nacional para o desenvolvimento*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 183, agosto 2010.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 3a. Edição. Coimbra: Almedina, 1999.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 1, n.1, p. 16-37, jan./mar. 2000.
- CARDOSO, C. F. S. *Escravo Ou Camponês? O Proto-Campesinato Negro Nas Américas*. SAO PAULO: Brasiliense, 1987.
- CARNEIRO, E. Singularidades dos Quilombos. In: MOURA, C. (Org.). *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: Edufal, 2001.
- CARNEIRO, E: *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958.
- CARNEIRO, Leonardo. *Requilombarse São Pedro dos Crioulos: magia e religião em São Pedro de Cima*. Mimeo, 2008.
- CARNEIRO, Maria José. *Do Rural e do Urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade*. Campinas: NEA – IE – UNICAMP, 2001.
- CARRIL, L. F. B. *Terras de negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência*. São Paulo, [s, n] 1995. Dissertação de mestrado FELCH/USP . 1995.
- CEÑA, Felisa . El desarrollo rural en sentido amplio, en *El Desarrollo Rural Andaluz a las Puertas del siglo XXI. Congresos y Jornadas* (Andalucía, España) 1993.
- CHALITA, M. A. N. *Desenvolvimento rural, agricultura e natureza: novas questões de pesquisa*. *Agricultura*. São Paulo. 2005.

COHEN, Benjamin. A questão do imperialismo: a economia da dominação e da independência, Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. Estudos Avançados. 1994.

DA ROS, César; PICCIN, Marcos Botton. *As políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural no estado do Rio de Janeiro: uma análise das ações e resultados atingidos pelos programas PEATER e ATES (2004-2008)*. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ. Rio de Janeiro: UFRRJ, janeiro de 2012.

DELGADO, Nelson Giordano. As relações entre a macroeconomia e a política agrícola. Provocações para um debate interrompido. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 14, 2000.

DIEGUES, A.C. *O mito moderno da natureza intocada*. 3.ed. São Paulo: Hucitec USP, 2000.

DUNCAN, Marcelo. A construção de uma política de desenvolvimento: os territórios rurais do Brasil. In: *Habitus*, Goiânia, v. 8, n. 1/2, p. 187-223, jan./dez. 2010.

DYE, Thomas D. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice- Hall. 1984.

EHLERS, Eduardo. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 1999.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering development: the making and unmaking do the Third World*. Princeton, Princeton University Press. 1995.

FIABANI, Adelmir. *"Mato, Palhoça e Pilão. O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532—2004)"*. São Paulo. Editora expressão Popular, 2005.

FIDELIS, Lourival de Moraes. *Agricultura tradicional e agroecologia na comunidade quilombola João Surá no município de Adrianópolis-PR/ Lourival de Moraes Fidelis*. -- Campinas, SP: [s.n.], 2011.

FIGUEIREDO, André Videira de. *O Caminho Quilombola: reconhecimento étnico e interpretação constitucional*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2008.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 7º edição, 1983.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Comunidades Quilombolas Certificadas*. www.palmares.gov.br. Acesso em 2013.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1961.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GLIESSMAN, E. R. *Processos Ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS 3a edição, 2000.

GOMES, Flavio dos S. A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX). São Paulo: UNESP/ Polis, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GÚSMAN. Sócrates Jacobo Moquete. *Especificidade e eficácia do poder político*. Texto apresentado na disciplina “Teoria Política I”, do programa de Pós-graduação em Ciência Política do IFCH-UFRGS, Porto Alegre, RS, 1998.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. ; NAVARRO, Z. (Orgs.) *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais nas perspectivas do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/PGDR, 1998.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: Santos, M. et al.. (Org.). *Território Territórios*. Niterói: EdUFF, 2002.

HALL, Stuart. A identidade cultura na pós-modernidade. 10. ed. Rio de Janeiro: &A, 2005.

HOBSBAWM, Eric. “Introdução” In: HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

INESC. *Orçamento Quilombola: entre o previsto e o gasto*. Nota Técnica no. 139, São Paulo, abril de 2008.

KAY, C. Los paradigmas del desarrollo rural en América Latina. En: PASCUAL, F.n GARCIA (coordinador). *El Mundo Rural en la Era de Globalización: Incertidumbres y Posibilidades*, Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación y Lleida: Universitat de Lleida, 2002.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília. Unb, 2002. (Série Antropologia).

_____. *Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global*. Tellus, Campo Grande – MS, 2002. Ática, 1990.

LOWI, Theodor. “American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory”, *World Politics*. 1964.

LYNNLynn, L. E. *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.

MACIEL, Manoel G. *Voltando ao Cachoeiro antigo*. Cachoeiro de Itapemirim: Gracal, 1999.

MEAD, L. M. “Public Policy: Vision, Potential, Limits”, *Policy Currents*, Fevereiro: 1-4. 1995.

- MELLO, João Manuel Cardoso de. *A contra-revolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana. Um prólogo em homenagem a Celso Furtado*. Economia e Sociedade, Campinas, 1997.
- MENDES, João Francisco A. Políticas Públicas de Etnodesenvolvimento na Comunidade Remanescente de Santa Rita do Bracuí. Monografia de Conclusão de Curso. Seropédica, UFRRJ. 2011.
- MOTTA, F. C. P., & PEREIRA, L. C. B. Introdução à organização burocrática. São Paulo: Brasiliense. 1986
- MOURA, Clóvis. História do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1989.
- MUÑOZ, Maritza Gómez. Saber Indígena e Meio Ambiente: Experiência de Aprendizagem Comunitária. In: LEFF, Enrique (Coord). *A Complexidade Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003.
- NAEF, Werner, *La idea del Estado en la Edad Moderna* (versión del alemán de Felipe González Vicén, edición a cargo de José Luis Monereo Pérez, Granada, Editorial Comares, 2005).
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados* 15, 2001.
- NETO, J. J. G. da S. História das mais importantes minas de ouro do Estado do Espírito Santo. In: Revista do IHGB, tomo LV. Rio de Janeiro: Cia Typographica do Brazil, 1892.
- NOVAES, Maria Stella de. A escravidão e a abolição no Espírito Santo. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial, 1963.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. *Quilombos – Identidade Étnica e Territorialidade*. Editora FGV, 2002.
- PÁDUA, José Augusto de. *Um Sopro de destruição - Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- PEIXOTO, M.. *Extensão Rural no Brasil. Uma abordagem histórica da legislação*. Brasília: Conleg, 2008.
- PEREZ, E. C. (2001). Hacia una nueva visión de lo rural”. En: Giarracca, N. *Una nueva ruralidad en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO.
- PETERS, B. G. *American Public Policy*. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

- RAMOS, A. O Negro na Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: Casa do Estudante. 1953.
- RATZEL, F. Geografia do homem. In: Ratzel. MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo:
- REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (orgs). Introdução. In: Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- REIS, José. Epistemologia do Território. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 13, no. 1, 2005.
- RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: 1995.
- RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro. Companhia Brasileira, 2005.
- SACK, R.D. Human Territoriality. Its Theory and History. Cambridge, Cambridge University Press. 1986.
- SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. Best Seller, 1999.
- SANTANA, J. S; GUEDES, C.A.M; VILLELA L. E. *Desenvolvimento Territorial Sustentável e desafios postos por megaempreendimentos: o caso do município de Itaguaí – RJ*. Rio de Janeiro. S/d
- SANTOS, Milton. O retorno do território. En: OSAL : *Observatorio Social de América Latina*. Año 6 no. 16. Buenos Aires : CLACSO, 2005.
- SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio do desenvolvimento territorial. Caderno Prudentino de Geografia, nº31, vol.1, 2009.
- SEN, Amartya – *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.
- SILVA, A. F. O DISCURSO SOBRE ETNODESENVOLVIMENTO QUILOMBOLA NO GOVERNO LULA. Dissertação de Mestrado. 2010.
- SILVA, José Graziano. *O novo rural brasileiro*. Unicamp, Instituto de Economia. (Coleção de pesquisas, 1). Campinas, 1999.
- _____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: *Estudos Avançados*, 15 (43), 2001.
- SOROKIN, P.A.; ZIMMERMAN, C.C. e GALPIN, C.J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J.S. *Introdução crítica a Sociologia Rural*. São Paulo, Hucitec: 1986.
- SOUZA, Celina. *Sociologias. Políticas Públicas. Uma revisão da literatura*. Porto Alegre. 2006.
- SOUZA, Jesse. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2007.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico* 84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

SUBIRATS, J., & GOMÀ, R. 1998. Políticas públicas: hacia la renovación del instrumental de análisis. Barcelona: Editorial Ariel.

TEDESCO, J. C. et. ali. *Agricultura Familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

VASCONCELLOS, Ignacio A. de. Memória Statistica da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828. Vitória: APE-ES; Governo do Estado do Espírito Santo, 1977.

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. In: *Estudos Avançados* [online]. 2004.

VERDUM, Ricardo. Etnodesenvolvimento e mecanismo de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO-HOFFMAN, M. (org.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. 2002.

VILLELA, Lamounier Erthal; PINTO, Mário Couto Soares. *Revista de Administração Pública*. Governança e gestão social em redes empresariais: análise de três arranjos produtivos locais (APLs) de confecções no estado do Rio de Janeiro. FGV. Rio de Janeiro.